Coleção Documentos 87

ENSAIOS HISTÓRICOS A RESPEITO DO PERIODISMO PORTUGUÊS

CENTRO DE LITERATURAS E CULTURAS LUSÓFONAS E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

EDIÇÕES BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

ENSAIOS HISTÓRICOS A RESPEITO DO PERIODISMO PORTUGUÊS

Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)
António Ventura (Universidade de Lisboa)
Beatriz Weigert (Universidade de Évora)
Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)
Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Francisco Topa (Universidade do Porto)
Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)
Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)
Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)
João Relvão Caetano (Cátedra Infante Dom Henrique – CIDH)
José Eduardo Franco (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)
Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)
Maria Eunice Moreira (PUCRS)
Tania Regina de Luca (UNESP)
Vania Pinheiro Chaves (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Virgínia Camilotti (UNIMEP)

Francisco das Neves Alves

ENSAIOS HISTÓRICOS A RESPEITO DO PERIODISMO PORTUGUÊS

Coleção Documentos

- 87 -

CENTRO DE LITERATURAS E CULTURAS LUSÓFONAS E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

UIDB/00077/2020

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

EDIÇÕES BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Lisboa / Rio Grande
2024

Ficha Técnica
Título: Ensaios históricos a respeito do periodismo português
Autor: Francisco das Neves Alves
Coleção Documentos, 87
Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
Capa: O ANTÔNIO MARIA. Lisboa, 31 mar. 1895. A. 11. N. 419. p. 3-4.
Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Biblioteca Rio-Grandense
Lisboa / Rio Grande, Fevereiro de 2024

ISBN – 978-65-89557-98-2

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

ÍNDICE

Assassinatos de chefes de Estado nas páginas de três periódicos ilustrados lusos / 9

O reatamento diplomático luso-brasileiro segundo o jornalismo português / 87

ASSASSINATOS DE CHEFES DE ESTADO NAS PÁGINAS DE TRÊS PERIÓDICOS ILUSTRADOS LUSOS

Na virada do século XIX ao XX, a imprensa portuguesa, apesar da crise que abalava o país, encontrava-se em uma fase de expansão quantitativa e qualitativa, com a circulação de periódicos de variados gêneros[1]. Dentre eles estiveram as publicações ilustradas que ganharam o gosto do público luso, seguindo um padrão comum ao periodismo da Europa ocidental, ao acompanhar os progressos tecnológicos que permitiram a inserção de gravuras com alta qualidade gráfica, bem como serviu para atender a um público mais amplo, incluindo os não necessariamente letrados[2]. Tais folhas, além das temáticas voltadas ao âmbito nacional, dedicaram significativo espaço para a cobertura de assuntos estrangeiros, apresentando informações/opiniões acerca do cenário internacional.

---

[1] Acerca do periodismo luso nesse momento, observar: TENGARRINHA, José M. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.; TENGARRINHA, José M. Imprensa. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 3.; RODRÍGUEZ, Alberto Pena. História do jornalismo português. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta Editora, 1996.; CUNHA, Alfredo da. Periódicos e relações, periodistas e noticiaristas. Lisboa: Ottosgráfica Ltda., 1942.; MANSO, Joaquim. O jornalismo. Lisboa: Ottosgráfica Ltda., 1942.; ARANHA, Pedro W. de Brito. Mouvement de la presse périodique em Portugal de 1894 a 1899. Lisboa: Imprimerie Nationale, 1900.; ARANHA, Pedro W. de Brito. Rapport de la Section Portugaise – 1er. Congrès International de la Presse (1894 – Anvers). Lisboa: Imprimerie Universelle, 1894.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. O jornalismo português: resenha cronológica. Lisboa: Tip. Soares, 1895.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. Os jornais portugueses: sua filiação e metamorfoses. Lisboa: Imp. de Libanio da Silva, 1897.; e PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. Movimento evolutivo do jornalismo político em Portugal no século XIX. In: Revista de Sciencias Lettras e Artes. Lisboa, 1(2) jul. 1901, p. 52-57; 1(3).

[2] TENGARRINHA, José. *Nova história da imprensa portuguesa (das origens a 1865)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013. p. 865-866.

Dentre os temas abordados pela imprensa ilustrada lusitana, ao tratar do contexto internacional, estiveram os diversos atentados contra chefes de Estado que ocorreram nas décadas finais dos Oitocentos e nas iniciais dos Novecentos. O enfoque sobre tais crimes políticos voltaram-se normalmente no sentido de enaltecer os personagens assassinados, com textos laudatórios e imagens que visavam a fixar em meio à coletividade dos leitores os retratos dos mesmos e/ou detalhes de sua existência, de seus familiares e sucessores. A tendência fundamental do jornalismo era criar uma identidade entre o líder assassinado com o Estado e a própria nação, de modo que atentar contra aquele traria por significado fazê-lo igualmente em relação à própria nacionalidade. Buscavam assim estabelecer interpretações voltadas à sustentação da estabilidade e a evitar atos considerados radicais e como transgressores do *status quo*.

Na maior parte dos casos, os conteúdos textuais e imagéticos expressos pelo periodismo criavam um processo de heroicização da personalidade morta, elevando-a ao panteão dos chamados "grandes homens". Basicamente a imprensa agia no sentido de tornar público o atentado e a consequente morte[3], estabelecendo até mesmo um culto à memória do morto[4], dando a ele praticamente uma extensão de vida para além da morte, ao menos no imaginário, fator incrementado ao tratar-se de falecidos apontados como

[3] ARIÈS, Philippe. *O homem perante a morte*. Sintra: Europa-América, 2000. p. 29.
[4] ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. p. 100.

notáveis[5]. A intenção era a de construir associações mentais sistemáticas destinadas a identificar esta ou aquela pessoa, atribuindo-lhe um certo número de qualidades socioculturalmente elaboradas e tendo por papel essencial uma função pedagógica[6]. Nessa linha, os homens públicos vítimas de assassínio eram observados como verdadeiros retratos de Estado, surgindo como representações públicas de um ser idealizado[7]. Tais olhares sobre a morte podem ser observados a partir de breves estudos de caso acerca de três periódicos ilustrados lisbonenses, o *Diário Ilustrado*, *O Ocidente* e *Brasil – Portugal*.

O *Diário Ilustrado* circulou entre 1872 e 1910[8], e se consolidou como uma importante publicação periódica portuguesa. Seu diferencial em relação a muitas das demais folhas diárias então em circulação foi exatamente o caráter ilustrado, trazendo diariamente ao público retratos de personagens e gravuras de paisagens e acerca de usos e costumes. Uma das melhores formas de obter seus rendimentos provinha da divulgação do *high-life*, motivo de ostentação da alta sociedade, pois ver o nome naquela seção equivaleria "à categoria de pessoa

[5] GIACOIA JÚNIOR, Oswaldo. A visão da morte ao longo do tempo. In: *Medicina* (Ribeirão Preto) 2005; 38 (1), p. 19.
[6] JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Lisboa: Edições 70, 2004. p. 21 e 48.
[7] BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora da UNESP, 2017. p. 107.
[8] RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, Manuela. *Jornais e revistas portugueses do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. v. 1. p. 257.

fina"[9]. Ainda que se anunciasse como uma folha independente, o *Diário* foi um ardoroso defensor da monarquia[10] e chegou muitas vezes a ser qualificado com adjetivações pejorativas de parte de outros jornais, tendo em vista seu extremado governismo, de modo que, mesmo em períodos de maior repressão às atividades jornalísticas, continuaria a conseguir manter sua circulação até a implantação da república em Portugal[11].

Em seu "número-programa"[12], o *Diário Ilustrado*, buscava demarcar seu caráter diferenciado no que tange a estampar motivos iconográficos, prevendo que cada número traria "sempre uma ou mais gravuras executadas pelos primeiros artistas nacionais e estrangeiros". Divulgava também que seria utilizado o melhor dos papéis em publicações daquele gênero, devendo o tipo ser renovado duas ou três vezes por ano, para que o periódico fosse "sempre perfeitamente impresso". No que tange à parte ilustrada, o jornal anunciava que publicaria "retratos de todos os portugueses e estrangeiros mais notáveis"; vistas e monumentos mais célebres de Portugal, Brasil, Espanha, França", entre outros; "desenhos reproduzindo os acontecimentos mais notáveis da semana ou do mês"; gravuras "de modas copiadas dos principais jornais de Paris e Londres", de forma que pudesse o leitor "prescindir da assinatura dos jornais estrangeiros

---

[9] MARTINS, Rocha. *Pequena história da imprensa portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1941. p. 71-72.
[10] LEMOS, Mário Matos e. *Jornais diários portugueses do século XX: um dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora; CEIS20, 2006. p. 297.
[11] TENGARRINHA, José M. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989. p. 258.
[12] DIÁRIO ILUSTRADO. Número programa – jun. 1872. p. 1-2.

do gênero"; bem como "uma revista mensal ilustrada; brasões de armas de todas as terras de Portugal, acompanhados do resumo do foral em que lhe foram concedidos"; e "plantas e cartas topográficas, sempre que alguns acontecimentos importantes" as tornassem necessárias.

Ainda ao expressar seu conteúdo programático, o diário lisbonense afirmava que, "ao alistar-se nas honradas fileiras do jornalismo", não tinha "que hastear o seu pendão político, dizendo" que não pretendia entrar "na liça para servir aos interesses de nenhum partido". Explicava, entretanto, que tal posição, não significaria "uma sistemática abstenção de expender as suas opiniões acerca dos negócios que interessavam ao país", uma vez que considerava "o indiferentismo político" como "um delito social", o qual "a imprensa não poderia instigar com o exemplo ou com o conselho". Declarava que, se o jornalismo tinha "uma missão civilizadora a cumprir, buscando esclarecer o público com o facho luminoso da razão e da ciência, nenhum assunto" deveria merecer mais a atenção do que aquele que se referia à vida nacional, Desse modo pretendia estimular "os leitores a interessarem-se pelo bem da pátria, quer no progresso intelectual", ou "no desenvolvimento da indústria, do comércio", ou ainda "no estudo dos conhecimentos econômicos, sociais e administrativos", e, "enfim no constante movimento que resultava da aplicação dos princípios à gerência dos negócios públicos", com os quais se poderia educar "os bons e prestimosos cidadãos" e preparar-se "os elementos para tornar-se realizável a descentralização do poder, considerada como o grande desiderato da escola

liberal", a qual buscaria "implantar, sem sofismas, nos países cultos, o governo do povo pelo povo".

De acordo com essa perspectiva, o *Diário* manifestava a opinião pela qual, se um jornal, mesmo que noticioso, caso se abstivesse "de expor de maneira desassombrada as suas ideias sobre as questões políticas, ou discutindo-as no campo dos princípios, ou contestando-as na sua aplicação prática", não representaria "mais do que uma inutilidade ou uma hipocrisia". Dessa forma, a inutilidade se daria mesmo quando a abstenção da folha fosse sincera, pois, "recusando-se a cumprir uma das mais importantes partes da sua missão", ficava "limitada a apenas rivalizar com as folhas avulsas", nas quais "outrora os cegos apregoavam pela cidade os acontecimentos pavorosos que estimulavam a curiosidade pública". Já a hipocrisia estaria a ocorrer quando, sob o pretexto "do indiferentismo afetado", a publicação fosse "servindo aos interesses de uma facção, esquivando-se à responsabilidade que a cada um pertencia" pelas ideias que sustentava ou pelas doutrinas que advogava.

Em relação a essas duas tendências, o *Diário Ilustrado* garantia que seguiria "um outro caminho", anunciando que buscaria "ser imparcial no julgamento dos homens e dos seus atos, prestando homenagem a cada um, sem lhes indagar as procedências" e "sem se deixar influenciar pelo espírito apaixonado das facções". Explicava que estas tinham "razão de existir" e que eram "úteis até na grande luta em que se empenhavam os órgãos dos diferentes partidos militantes", mas que, num jornal que não vinha "à arena das discussões pugnar sob o pendão de nenhum partido", acima de inúteis, seriam condenáveis.

Considerava ainda que "a honestidade dos homens públicos lusos e o seu empenho em bem servir à pátria", estaria a autorizar "o jornalismo independente a fazer justiça a todos, sem vislumbres de servilismo", mantendo "a liberdade plena de aplaudir ou condenar os seus atos, segundo o consciencioso critério", com que deveriam ser julgados.

Outra das publicações desse gênero foi *O Ocidente*, uma das melhor elaboradas e mais longevas publicações ilustradas que circulou em Portugal. Constituiu um quinzenário editado em Lisboa entre os anos de 1878 e 1915[13] e que ostentava em seu cabeçalho a inscrição "revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro". Em seu prospecto, declarava que "o empreendimento de uma publicação ilustrada" que exprimisse "justamente o estado da arte em Portugal" e fosse exclusivamente lusa, que caracterizasse "o espírito público nacional" e correspondesse à necessidade que tinham "todos os povos de afirmar a sua individualidade moral e o seu modo de ser no concerto das civilizações", não poderia "ser apenas uma obra de interesse particular", e sim "um dever impreterível de interesse público", o que serviria para justificar a sua edição. Nesse sentido, garantia que serviria "à ideia civilizadora de trazer para a evidência da luz, a vida nacional" que palpitava "no mundo obscuro do esquecimento público". *O Ocidente* prometia reproduzir gravuras "dos monumentos nacionais, das curiosidades arqueológicas de todo o velho mundo", bem como "dos grandes homens do passado e os contemporâneos dignos de

[13] RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, Manuela. *Jornais e revistas portugueses do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional 2002. v. 2. p. 137-138.

homenagem nacional". Explicava que, em suas páginas, "tanto nacionais como estrangeiros", teriam "um lugar na galeria das celebridades". Além disso, destacava que "a indústria agrícola e manufatureira; a navegação, o comércio, a guerra, a religião, os costumes, as invenções, as viagens" e, enfim, toda uma "multidão de fatos comovedores e palpitantes de que o mundo moderno era teatro", seriam "comentados com o lápis e com a pena na galeria pitoresca e multiforme da publicação". Tinha ainda a expectativa de dedicar um cuidado especial à exploração portuguesa na África e à reprodução de obras de artistas portugueses. Em relação a outras revistas ilustradas editadas fora de Portugal, enfatizava que não poderia nem pretendia "rivalizar em magnificência com as publicações estrangeiras do mesmo gênero", mas desejava "ser portuguesa pelas forças" que a haveria de produzir, "sendo ao mesmo tempo universal pelo espírito" que iria dominar, de modo que esperava boa recepção do público português ilustrado, bem como dos "irmãos do Brasil"[14].

Também em Lisboa circulou uma publicação ilustrada especializada em assuntos luso-brasileiros, cuja circulação estendeu-se de 1899 a 1914[15]. Seu título era *Brasil – Portugal* e apresentava-se como "revista quinzenal ilustrada", constituindo uma edição de significativo primor gráfico, adicionando, inclusive, o uso da fotografia. Abordava questões comerciais, financeiras, sociais, turísticas e culturais entre ambos os países, buscando contar com um seleto

[14] O OCIDENTE. Lisboa. Prospecto (1877).
[15] RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 131.

grupo de colaboradores tanto na parte textual, quanto na artística[16]. Essa revista teve a colaboração de figuras emblemáticas dos meios cultural, social e político, trazendo a público, não só o âmago dos interesses que uniam as comunidades portuguesa no Brasil e brasileira em Portugal, como também a própria história de ambos os países, da Europa e do próprio mundo, através da publicação de textos de elevada qualidade, redigido por importantes personalidades de ambos os lados do Atlântico[17].

Entre os crimes políticos contra chefes de Estado noticiados pela imprensa ilustrada lusa, esteve o do imperador da Rússia. Alexandre II, o qual sofreu vários atentados, dois deles em seguida no ano 1881, até que o último o levou à morte, em assassinato vinculado aos movimentos revoltosos libertários contra o regime autoritário dominante no modelo czarista. O *Diário Ilustrado* estampou o retrato do czar assassinado informando que causara "profunda impressão em Lisboa a notícia da morte do imperador da Rússia". O jornal referia-se assim ao "infamíssimo assassínio", trazendo alguns dados biográficos acerca da vítima e demarcando que, "apesar das grandes reformas que empreendeu e levou a cabo", ele "teve sempre que lutar com o elemento revolucionário e particularmente com os niilistas", em um quadro pelo qual "as tentativas contra vida do czar repetiam-se nos últimos anos com uma

[16] BRASIL – PORTUGAL. Lisboa, 1º fev. 1899.

[17] COELHO, Thierry Dias. O silêncio dos conspiradores: Revista Brasil – Portugal (1899-1914). In: SARMENTO, Cristina Montalvão (coord.). *Culturas cruzadas em português – redes de poder e relações culturais – Portugal e Brasil, séc. XIX e XX: influências, ideários, periodismo e ocorrências*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2012. v. 2. p. 81.

frequência assustadora", passando a descrevê-las. Dizia ainda que "os sicários conseguiram afinal os seus nefandos intentos", de modo que "as monarquias da Europa acham-se todas de luto e, em face de tamanha calamidade, não há partido nem facção que se prese de digna, que não verbere e fulmine a fúria sanguinolenta de uma horda de canibais", os quais "têm tanto de infames como de covardes"[18].

[18] DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 15 mar. 1881. A. 10. N. 2814. p. 1.

IMPERADOR DA RUSSIA

O Ocidente também fez referência ao assassinato do czar russo, trazendo o seu retrato, o do seu sucessor, o da nova imperatriz, além de uma reprodução iconográfica da cena do assassinato e outra com a figura do imperador "horas depois da sua morte". Segundo a revista ilustrada, "os niilistas" executaram "o czar de todas as Rússias, com uma bomba explosiva", descrevendo detalhadamente o atentado. Informava que, na véspera, o imperador fora prevenido do atentado, entretanto o mesmo "Alexandre II tinha no mais alto grau essa qualidade característica da raça eslava – a resistência", de modo que "não dera ouvidos e teimara em sair" e "pagou caro essa teima". A respeito do czar morto, a folha destacava que, "quando novo, era tido por o homem mais varonilmente belo de toda a Rússia" e que "a sua valentia, a sua intrepidez selvagem, verdadeiramente eslava, revoltara-se com as precauções a que ultimamente o tinham obrigado os manejos terríveis do niilismo". Também apresentou alguns apontamentos biográficos do falecido, demarcando que ali estava "rapidamente a história do imperador, que acaba de sucumbir ao ódio implacável dos niilistas", citando que "a vida do czar foi toda cortada por tentativas de assassinato", sendo que aquela em "que sucumbiu, precedida de cinco tentativas frustradas"[19].

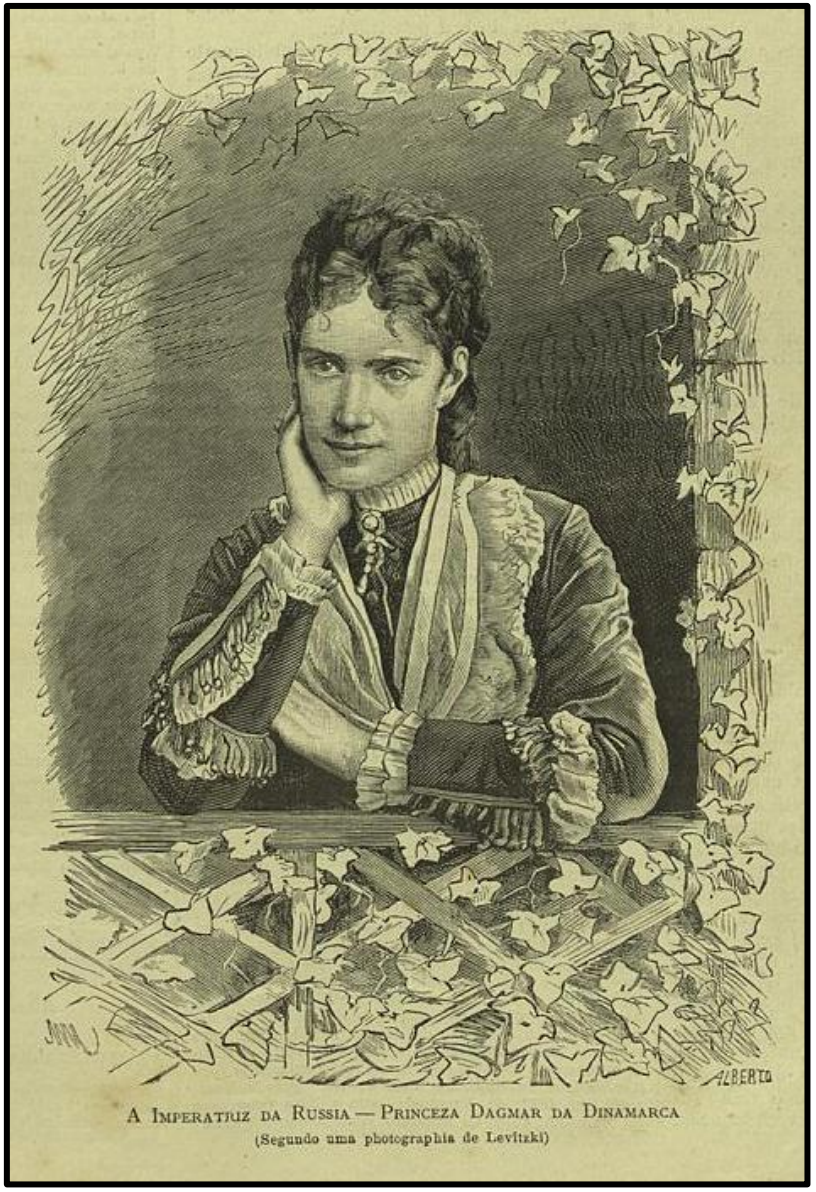
[19] O OCIDENTE. Lisboa, 1º abr. 1881. A. 4. V. 4. N. 82. p. 1 e 2-3.; 11 abr. 1881. A. 4. V. 4. N. 83. p. 1 e 4.; e 21 abr. 1881. A. 4. V. 4. N. 84. p. 1 e 4.

S. M. I. Alexandre II, Imperador da Russia
Assassinado na praça de S. Miguel, em S. Petersburgo, no dia 13 de Março de 1881
(Segundo uma photographia de Levitski de S. Petersburgo)

S. M. I. Alexandre III, Novo Imperador da Russia

(Segundo uma photographia de Levitzki de S. Petersburgo)

Assassinato de S. M. I. Alexandre II Imperador da Russia, no dia 13 de Março de 1881, em S. Petersburgo (Segundo um desenho enviado de S. Petersburgo)

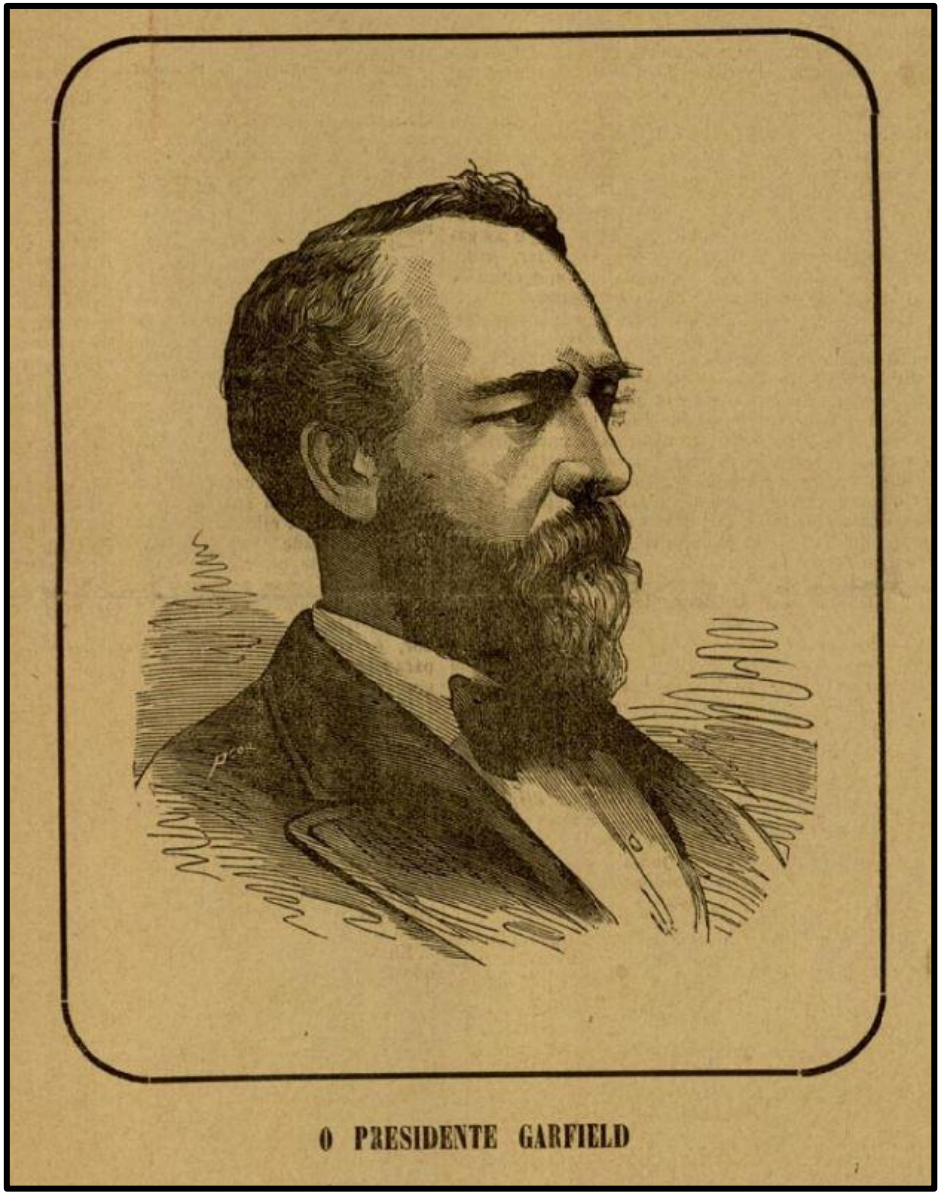


A Imperatriz da Russia — Princeza Dagmar da Dinamarca
(Segundo uma photographia de Levitzki)

O Imperador Alexandre II horas depois da sua morte (Segundo uma photographia de Levitzki)

Em crime com motivações pessoais, a partir de indivíduo que encontrara obstáculos para executar seus planos de obter colocações no serviço público ou na vida política, no ano de 1881, ocorreu o assassinato do presidente norte-americano James Garfield. A respeito desse atentado se manifestou o *Diário Ilustrado*, que apresentou a efígie do morto e constatou que se tratava do segundo presidente estadunidense "que morreu violentamente". Nessa linha, comentava que, "por estes fatos, aliás deploráveis, vê-se que nenhuma forma de governo logra trazer satisfeitos todos os homens", já que, "sob o regime monárquico, há sempre dissidentes que ambicionam a república" e, "sob o regime republicano, este e outros fatos demonstram que o contentamento não é geral". Dizia também que "é moda proclamar modernamente que os reis são uns tiranos, cuja raça cumpre exterminar, mas, além do atentado contra a vida de Lincoln, que foi fatal, houve" outros "contra o presidente da república do Peru, o da Bolívia, o do Equador e o do Paraguai". O jornal ainda apontava que, "para aqueles que consideram os cometas como precursores de terríveis desgraças, o atentado contra a vida do presidente Garfield vem a propósito, pois que os fortalece na superstição", e concluía que "ao passo que a superstição não faz mal nenhum, outro tanto se não pode dizer às vezes das balas que escolhem para alvo os chefes de Estado, como agora aconteceu"[20].

[20] DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 5 jul. 1881. A. 10. N. 2925. p. 1.



O PRESIDENTE GARFIELD

Também a França teve o seu quinhão de ato atentatório contra um chefe de Estado, com o assassinato do presidente da república Sadi-Carnot por um militante anarquista, em 1894. Tal assassínio foi noticiado pelo *Diário Ilustrado* que trouxe o retrato e informou os "pormenores" do crime contra o político francês, destacando que os seus redatores foram "surpreendidos por esta notícia que a esta hora tem ecoado tristemente em todo o mundo civilizado". Tal informe teria impressionado "dolorosamente, como sendo mais uma manifestação da decadência social" a qual se chegara "no fim de um século a que apelidaram *das luzes*, e que se encerra no meio de uma escuridão medonha de incertezas", em um "verdadeiro caos em que os princípios, as ideias e as ambições tumultuam, sem que ninguém possa prever" o que poderia sair "de definitivo de uma tremenda ebulição de elementos em luta". O periódico justificava o entristecimento "pelo fato em si, e por este se dar com um homem de bem, o melhor, em caráter, em sensatez, em prudência, para presidir aos destinos" franceses, ao "conquistar a simpatia geral, não só dos republicanos, mas dos monárquicos" e "não só do seu país, mas de todo o mundo". Nesse sentido, o jornal citava que a vítima "*era um verdadeiro rei constitucional*", qualificação que seria advinda "de sua individualidade superior, que de propósito parecia ter sido feita para harmonizar as multíplices dificuldades em que se digladiavam os ideais de sua pátria". Para a folha lisbonense, "o atentado foi anarquista, não há dúvida alguma" e "a sua causa remota encontra-se no desiquilíbrio de certos homens, que o progresso, na observação de um grande princípio, *associou* – doença grave", para a qual "ainda se não encontrou, ou para que não se procurou ainda, remédio conveniente". Considerava que "a

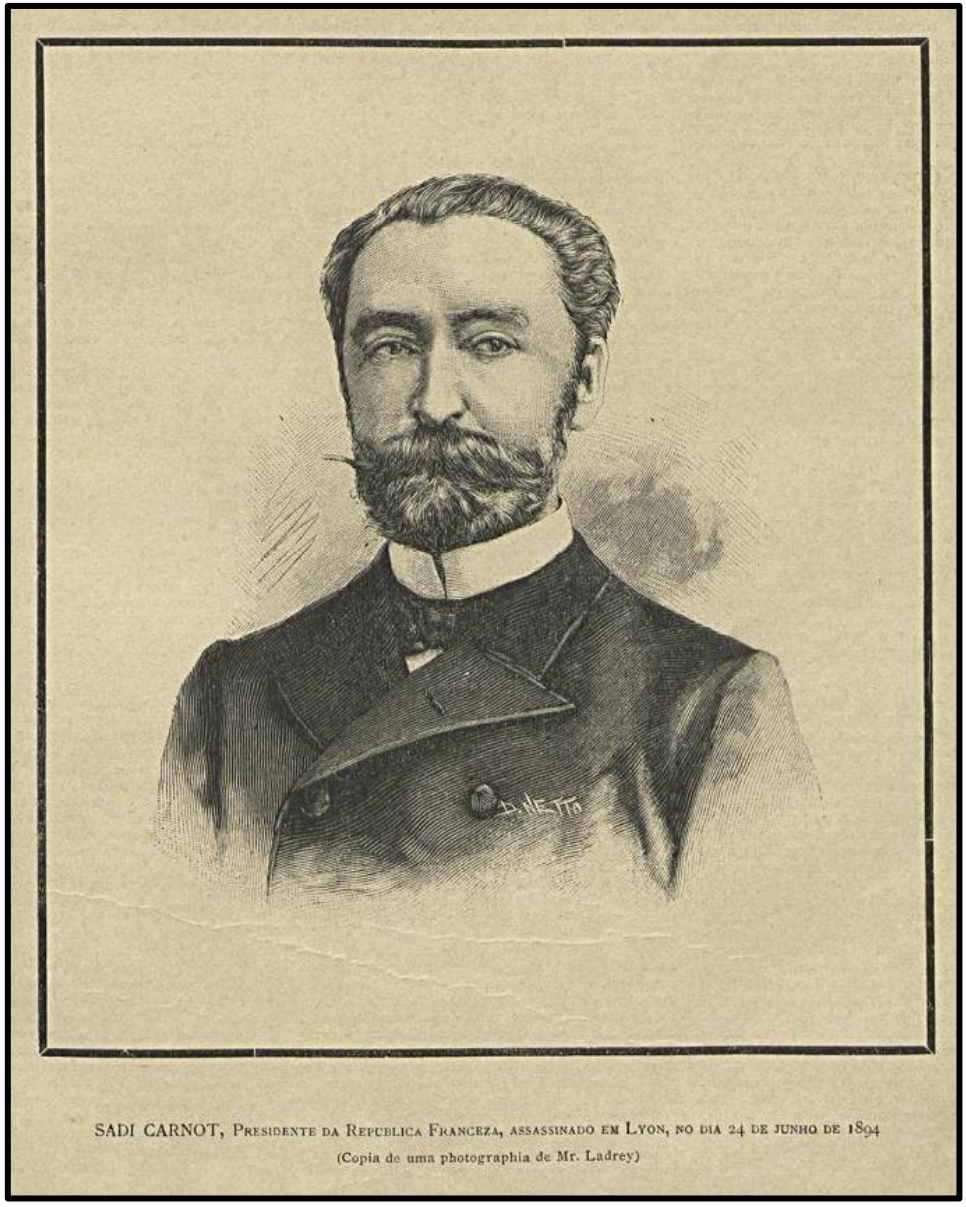
causa imediata deve estar no fato do presidente da república não ter perdoado aos anarquistas que nos últimos tempos foram condenados em França". Em termos didáticos, a publicação lusa demarcava que naquele "acontecimento triste, que dispensa largos comentários, porque eles estão na consciência indignada de toda a Europa e de toda a América, devem encontrar lição governantes e governados de todos os povos". Em seguida o diário português traçava alguns detalhes sobre a biografia de Carnot, enfatizando que, na presidência, começara "a sua obra de equilíbrio", pela qual, "entre os partidos, entre as facções, entre as volubilidades do gênio francês, entre as aventuras e paixões, soube ser, superiormente, um verdadeiro *poder moderador*"[21].

[21] DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 26 jun. 1894. A. 23. N. 7635. p. 1.

SADI-CARNOT

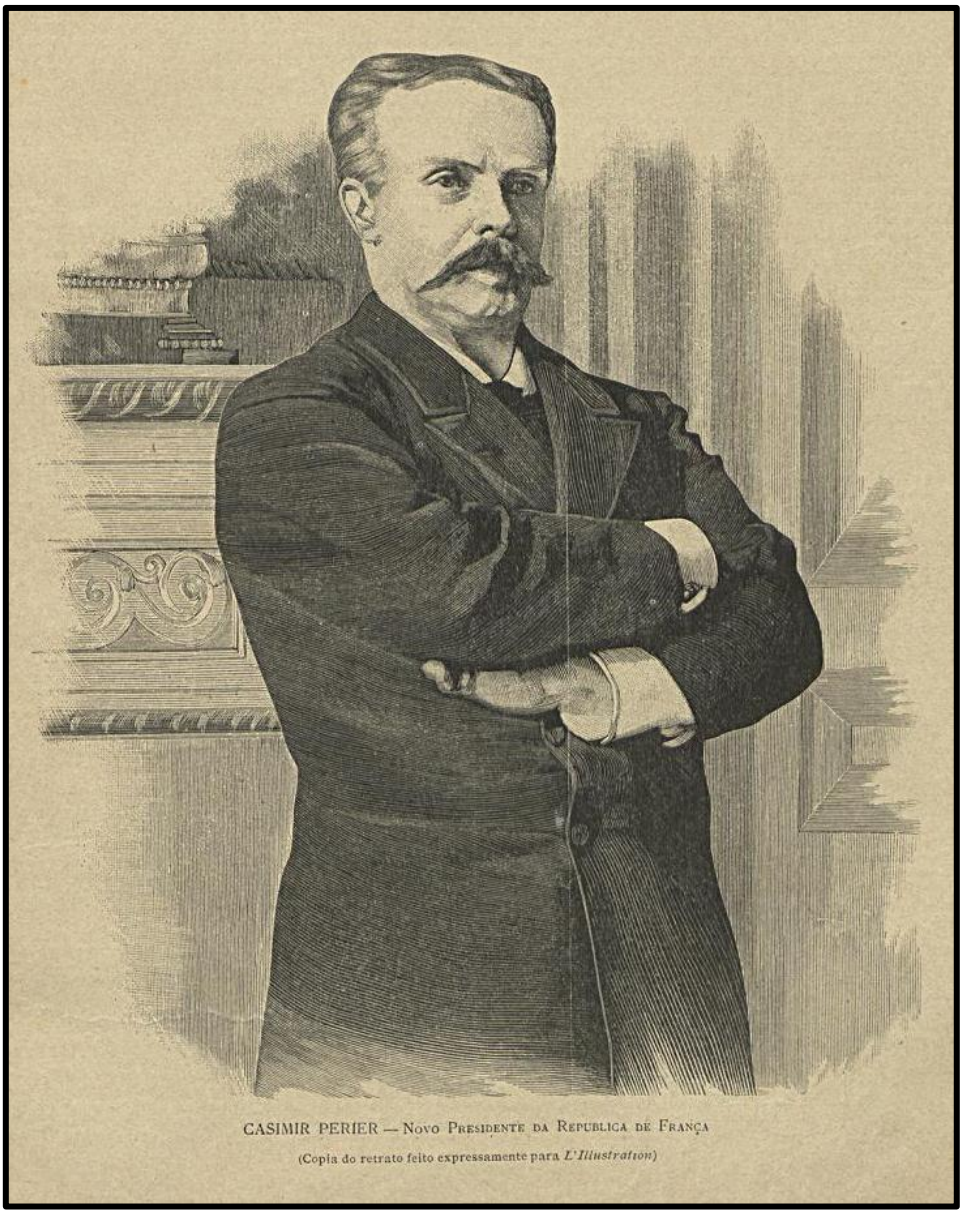
A partir de seus registros iconográficos, *O Ocidente* apresentou os retratos de Sadi-Carnot, de seu sucessor e de sua viúva, bem como reproduções da arma do crime, da cena do assassinato e do cortejo fúnebre, além das efígies dos representantes portugueses nos funerais. Para a revista ilustrada lusitana, tal "fato assombroso que vem de alarmar o mundo civilizado não é mais do que a consequência natural do que para aí se faz todos os dias". Conjeturava que "de há muito que a forma violenta como se têm transformado as sociedades e as nações, por meio de revoluções, e não pela evolução orientada", estaria a produzir "acontecimentos que são verdadeiras surpresas para quem lhe não queira ver a origem". Considerava que "o assassinato do chefe da nação francesa é mais uma prova dessa raiva concentrada do oprimido sem razão, da vítima sem motivo", uma vez que "Carnot foi apunhalado, tendo o assassino na mão direita, a destra, um punhal" e "na esquerda, a sinistra, um ramo de flores", em uma "singular irrisão". A publicação apresentava uma breve abordagem biográfica de Carnot, apontando o mesmo como "um homem muito sério, e a esta qualidade deveu principalmente a estima e consideração da nação francesa", de modo que seria "um homem bom no sentido mais lato da palavra" tenso sido injusto que tivesse sofrido com aquele crime "brutal e selvático"[22].

[22] O OCIDENTE. Lisboa, 1º jul. 1894. A. 17. V. 17. N. 559. p. 1 e 3.; 11 jun. 1894. A. 17. V. 17. N. 560. p. 1, 3 e 4.; e 21 jul. 1894. A. 17. V. 17. N. 561. p. 1, 4-5 e 8.



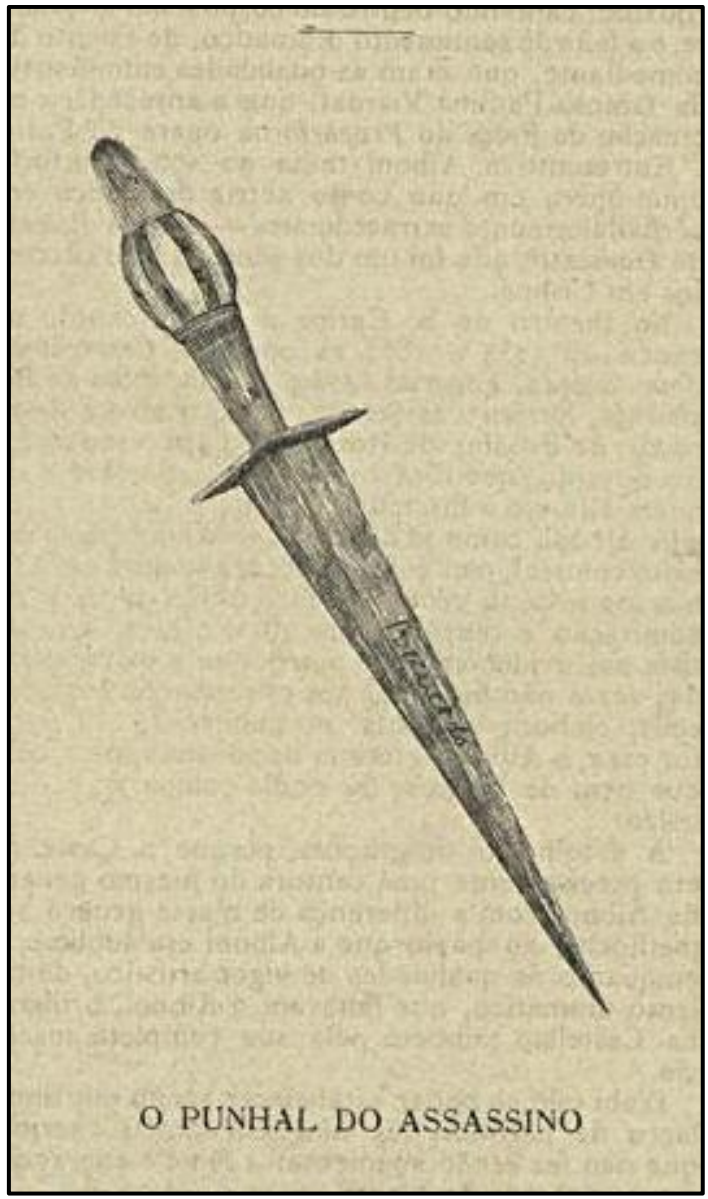
SADI CARNOT, Presidente da Republica Franceza, assassinado em Lyon, no dia 24 de junho de 1894

(Copia de uma photographia de Mr. Ladrey)



CASIMIR PERIER — Novo Presidente da Republica de França

(Copia do retrato feito expressamente para *L'Illustration*)



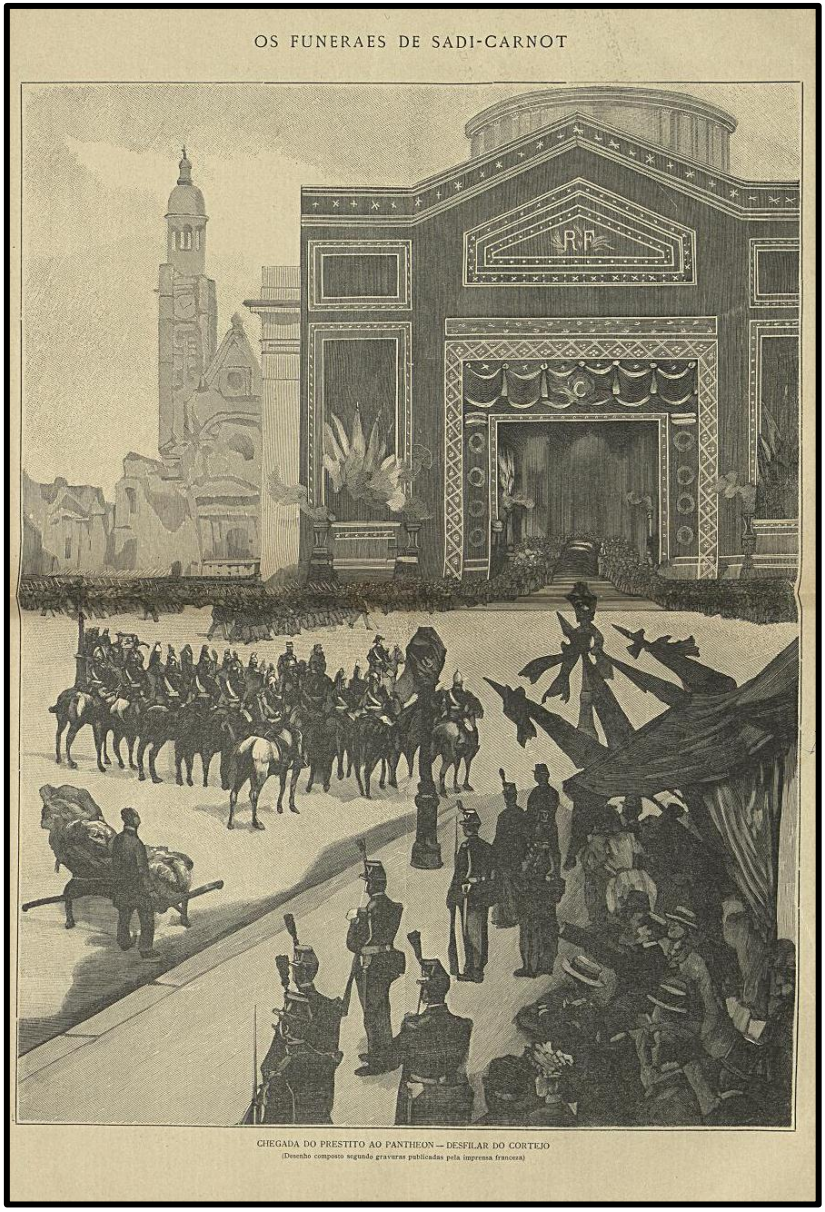
O PUNHAL DO ASSASSINO

O ASSASSINATO DE SADI CARNOT, PRESIDENTE DA REPUBLICA DE FRANÇA

(Composição e desenho do sr. C. Alberto, segundo gravuras publicadas pela imprensa franceza)

MADAME CARNOT

(Copia de uma photographia)



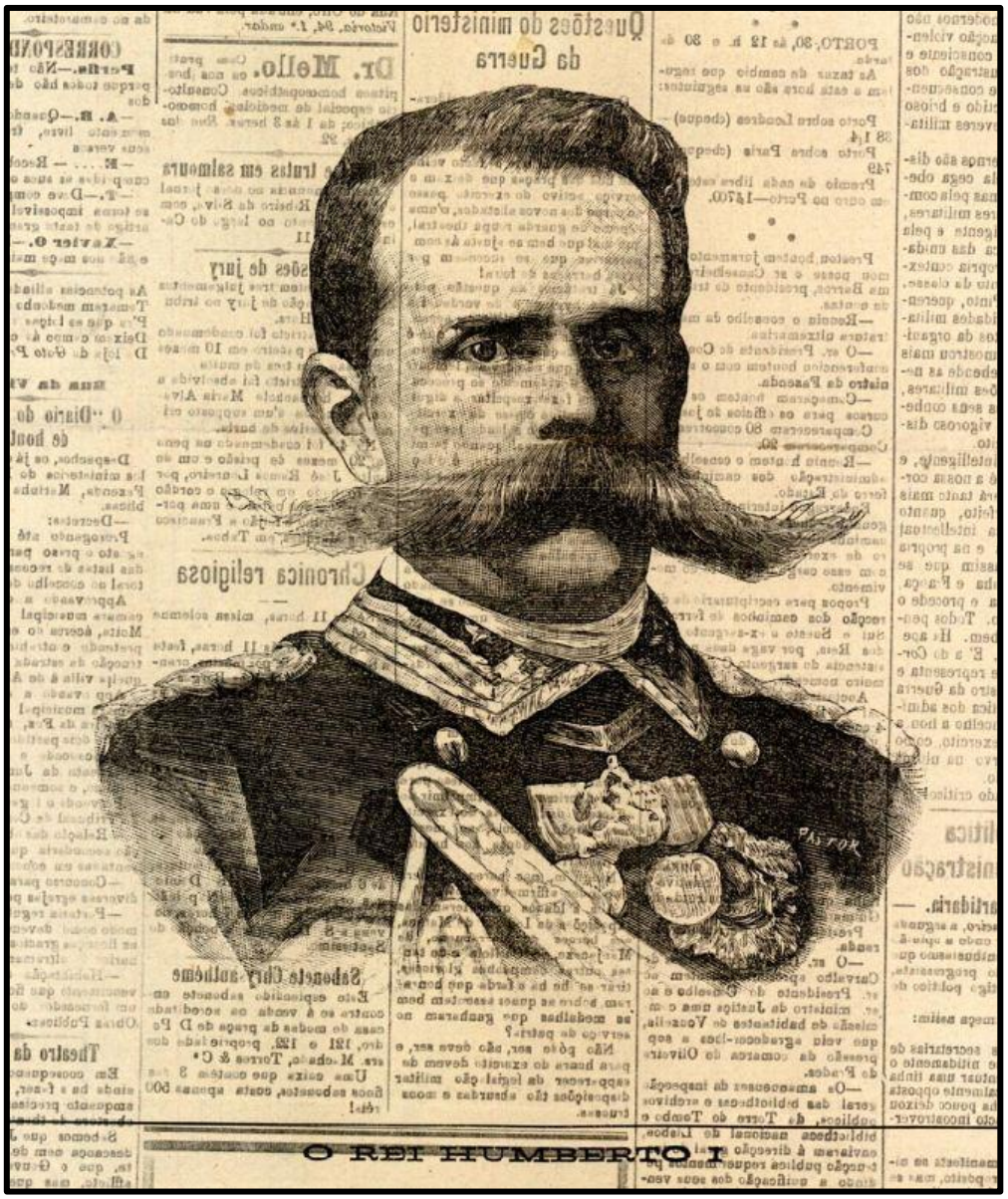
CHEGADA DO PRESTITO AO PANTHEON — DESFILAR DO CORTEJO
(Desenho composto segundo gravuras publicadas pela imprensa franceza)

OS FUNERAES DE SADI-CARNOT
CONSELHEIRO MIGUEL MARTINS D'ANTAS
CAPITÃO TENENTE
D. FERNANDO DE SERPA LEITÃO PIMENTEL
CONTRA-ALMIRANTE
RODRIGO AUGUSTO TEIXEIRA PINHA
CAPITÃO
ANTONIO FRANCISCO DA COSTA
REPRESENTAÇÃO DE PORTUGAL NOS FUNERAES DE SADI-CARNOT

A prática do regicídio voltou a ser realizada no contexto europeu, com o atentado perpetrado por um adepto do anarquismo que, em 1900, levou à morte do monarca italiano Humberto I. Ao noticiar "o assassínio do rei de Itália", o *Diário Ilustrado*, além de divulgar a efígie do soberano, afirmou que, "desta vez, os assassinos de Itália, o país clássico do punhal e da vendeta, não foram escolher a vítima entre os reis, príncipes e estadistas estranhos" e sim "no próprio solo italiano e alvejaram o seu próprio rei, que, despreocupadamente, tranquilamente, veraneava, muito longe, por certo, de imaginar que contra ele se havia ditado na sombra uma sentença de morte". O periódico considerava a Itália como uma "desgraçada nação, que encerra em si tanta coisa grandiosa", mas "está destinada a ser o ninho escuro onde se criam e acoitam todos os assassinos célebres, todos os regicidas de ofício, todas as monstruosidades torpes", as quais, "de vez em quando, se espalham pelo mundo para deixar aqui e acolá a marca sangrenta da sua negra passagem". Informava que não fora "a primeira vez que o braço armado de um assassino se ergue sobre o rei Humberto", pois "o simpático monarca italiano tinha já sido alvejado por mais de um criminoso odiento", entretanto, "as tentativas traiçoeiras malograram-se sempre, mercê de Deus". Lamentava que, naquele momento, "quis o destino que uma nova e torpe tentativa conseguisse vingar e o bom e magnânimo príncipe, tão generoso e afetivo, sempre tão inclinado à clemência ao altruísmo", fosse vitimado após "uma vida pura e santa, toda consagrada ao engrandecimento da sua pátria, e ao amor da sua família e do seu povo". As relações dinásticas do soberano italiano com a casa reinante em Portugal eram destacadas, com ênfase à perspectiva de que "a notícia do infame atentado" fizera com que "o

espanto e a indignação" fossem pintados "em todos os rostos" lusos. Em seguida o jornal trazia "apontamentos biográficos" do personagem, apreciando que, "nas questões de política interior, o rei mostrou-se sempre imparcial acerca da rotação dos partidos e esforçou-se por ser um monarca constitucional irrepreensível", encontrando também qualidades em sua política externa[23].

[23] DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 31 jul. 1900. A. 29. N. 9839. p. 1.


O REI HUMBERTO I

O assassinato de Humberto I foi igualmente noticiado por *O Ocidente*, que, além do retrato do morto, apresentou os dos novos rei e rainha da Itália. O periódico descrevia "a horrorosa notícia do assassínio" do "infeliz monarca", a qual teria enchido "de consternação o mundo inteiro", com "todos" protestando "contra a infâmia que assim pôs termo à vida do herói". A folha trazia breves traços biográficos do soberano, considerando-o como "um perfeito rei constitucional", que não fora "sempre feliz pelo estado de excitação política em que muita vez viu a Itália". Dizia que "o rei era estimado em toda a Itália", o que seria comprovado "com eloquência" a partir de "um sem número de fatos conhecidos, alguns deles resumindo-se em pequeninas e interessantes anedotas, quase todas demonstrando a lhaneza do seu caráter e a bondade de seu coração". Detalhava que, "em Roma, ao saber-se a notícia da morte do rei, houve manifestações tumultuosas contra os socialistas", além de terem havido "inúmeras manifestações de sentimento", já que "o povo dedicava a Humberto I um grande simpatia"[24].

[24] O OCIDENTE. Lisboa, 10 ago. 1900. A. 23. V. 23. N. 778. p. 1 e 3.; e 20 ago. 1900. A. 23. V. 23. N. 779. p. 1.

S. M. HUMBERTO I DE ITALIA, ASSASSINADO EM MONZA, EM A NOITE DE 29 DE JULHO DE 1900

S. M. A RAINHA HELENA
S. M. O REI VICTOR EMMANUEL III
OS NOVOS REIS DE ITALIA

A revista *Brasil – Portugal* também se manifestou sobre a morte do monarca italiano, estampando os retratos da rainha lusa D. Maria Pia, irmã de Humberto I, do próprio rei morto, em diversas versões, de membros da família real e do assassino, além de uma reprodução imagética da prisão do regicida e de registros fotográficos das exéquias promovidas em Lisboa alusivas ao falecimento do soberano italiano. Para a revista, "neste rei, que uma estúpida bala prostrou subitamente no mistério e na mudez da morte, havia três entidades" a "aplaudir e a admirar: o rei, o homem e o soldado". Considerava Humberto I como um rei extremamente constitucional, propenso até à "abstenção" do poder em favor de seus ministros, destacando "a sua escrupulosa, a sua inalterável fidelidade à noção, boa ou má, que assim tinha de qual era o seu dever de rei". Além disso, considerava que "o dever, como o entendeu, cumpriu-o, sem por nesse cumprimento ênfase ou preocupação que não fosse o aplauso de sua consciência satisfeita". Demarcava ainda que as atitudes do monarca mereciam lugar no "templo da memória"[25].

[25] BRASIL – PORTUGAL. Lisboa, 16 ago. 1900. A. 2. N. 38. p. 1, 3, 4, 5 e 6.

S. M. a Rainha D. Maria Pia

VIUVA DE EL-REI D. LUIZ DE PORTUGAL E IRMÃ DO REI HUMBERTO, DE ITALIA

Humberto I, Rei de Italia

(Nasceu em Roma a 14 de março de 1844—Assassinado em Monza a 29 de julho de 1900)

Em 1868

1875

1878

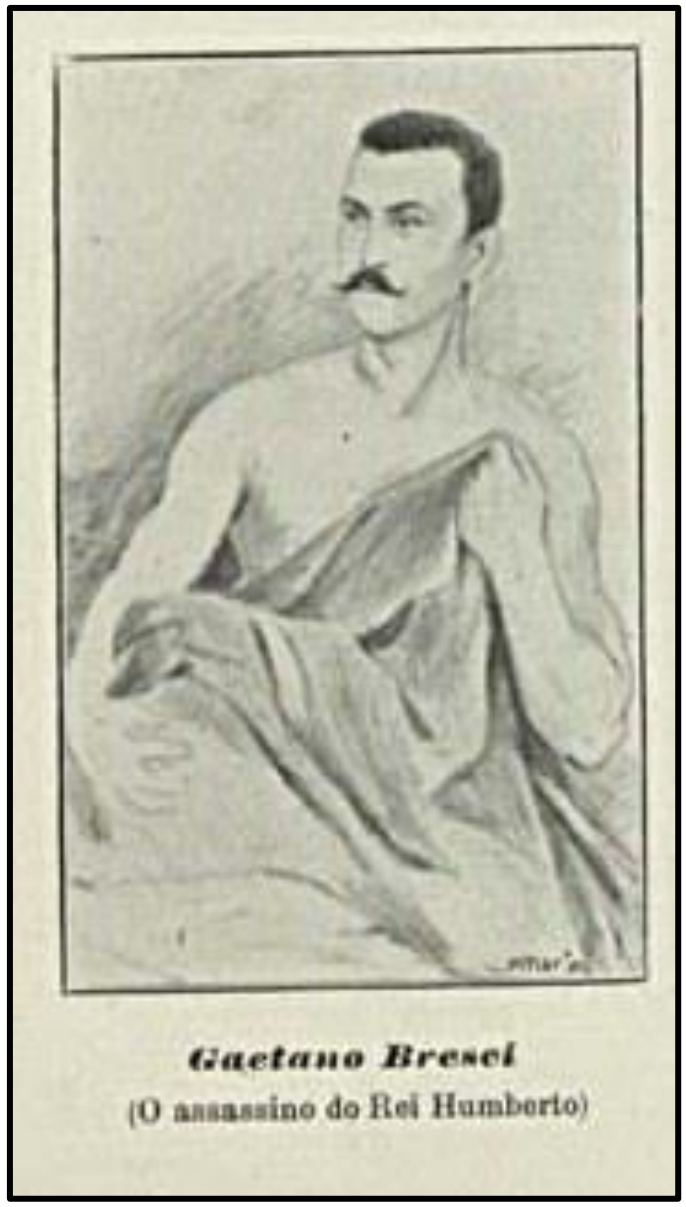
1896

Rainha Margarida, de Italia

Viuva do Rei Humberto I com quem casou em 21 de abril de 1868

O Principe Duque de Aosta

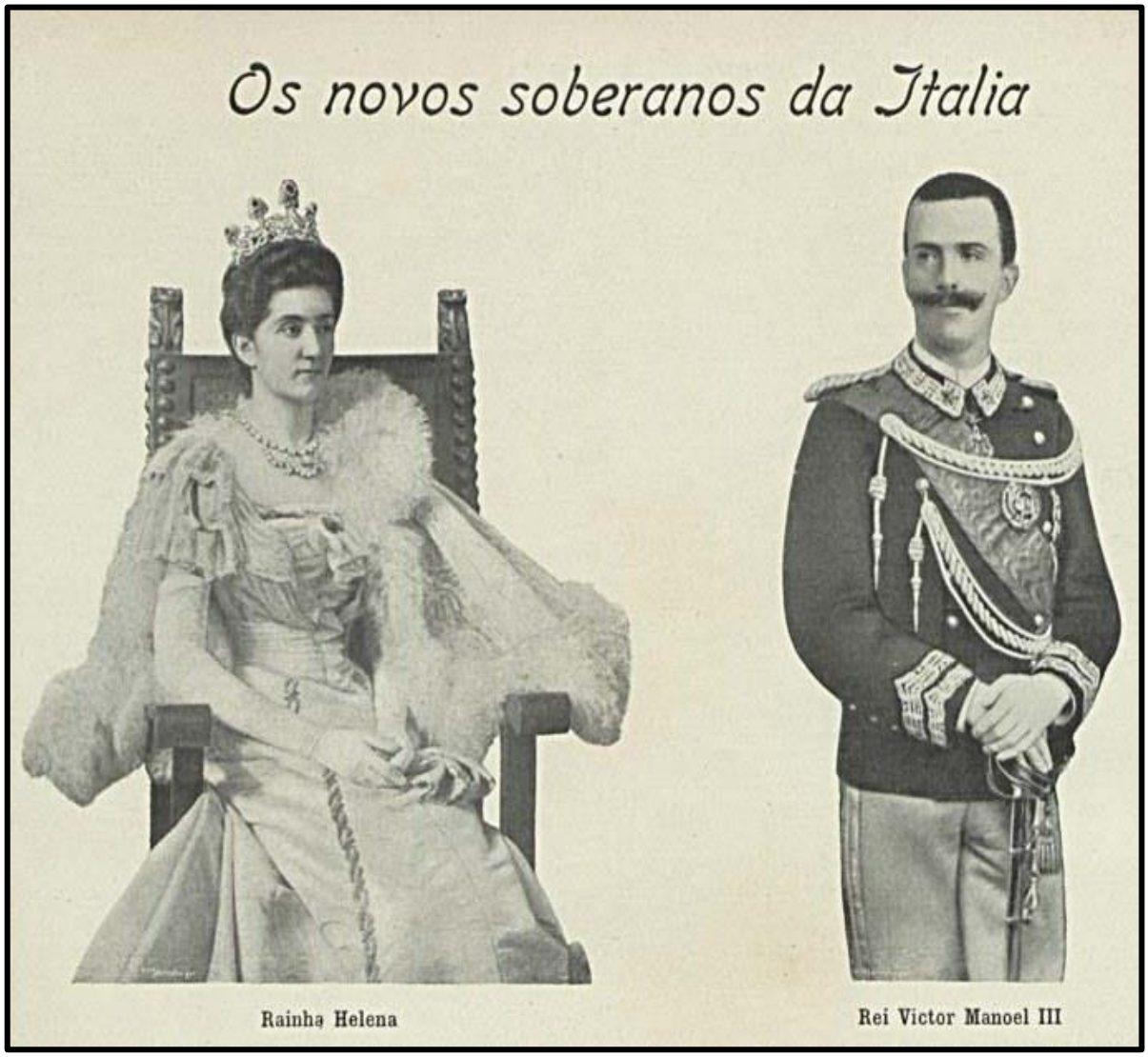
Actual herdeiro da corôa d'Italia, filho de Amadeu de Saboya e primo de Victor Manuel III

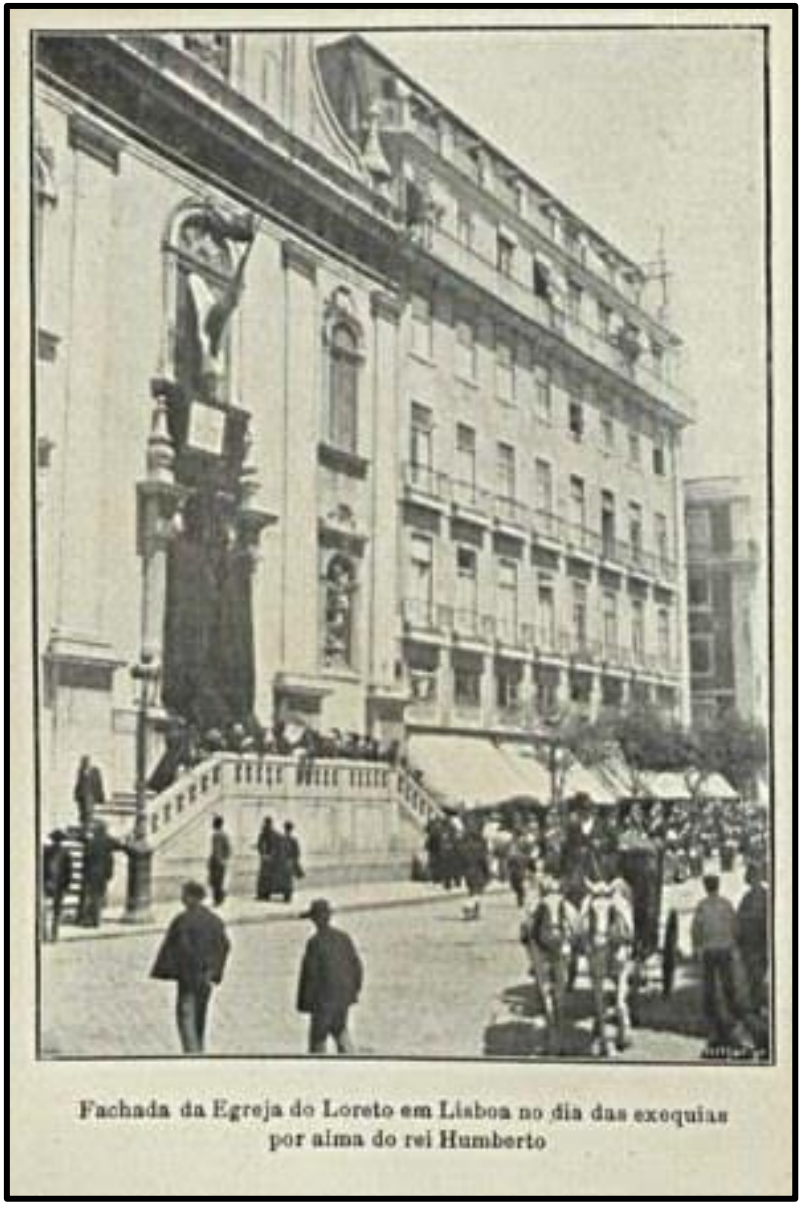


Gaetano Bresci

(O assassino do Rei Humberto)

Prisão do assassino


Os novos soberanos da Italia
Rainha Helena
Rei Victor Manoel III

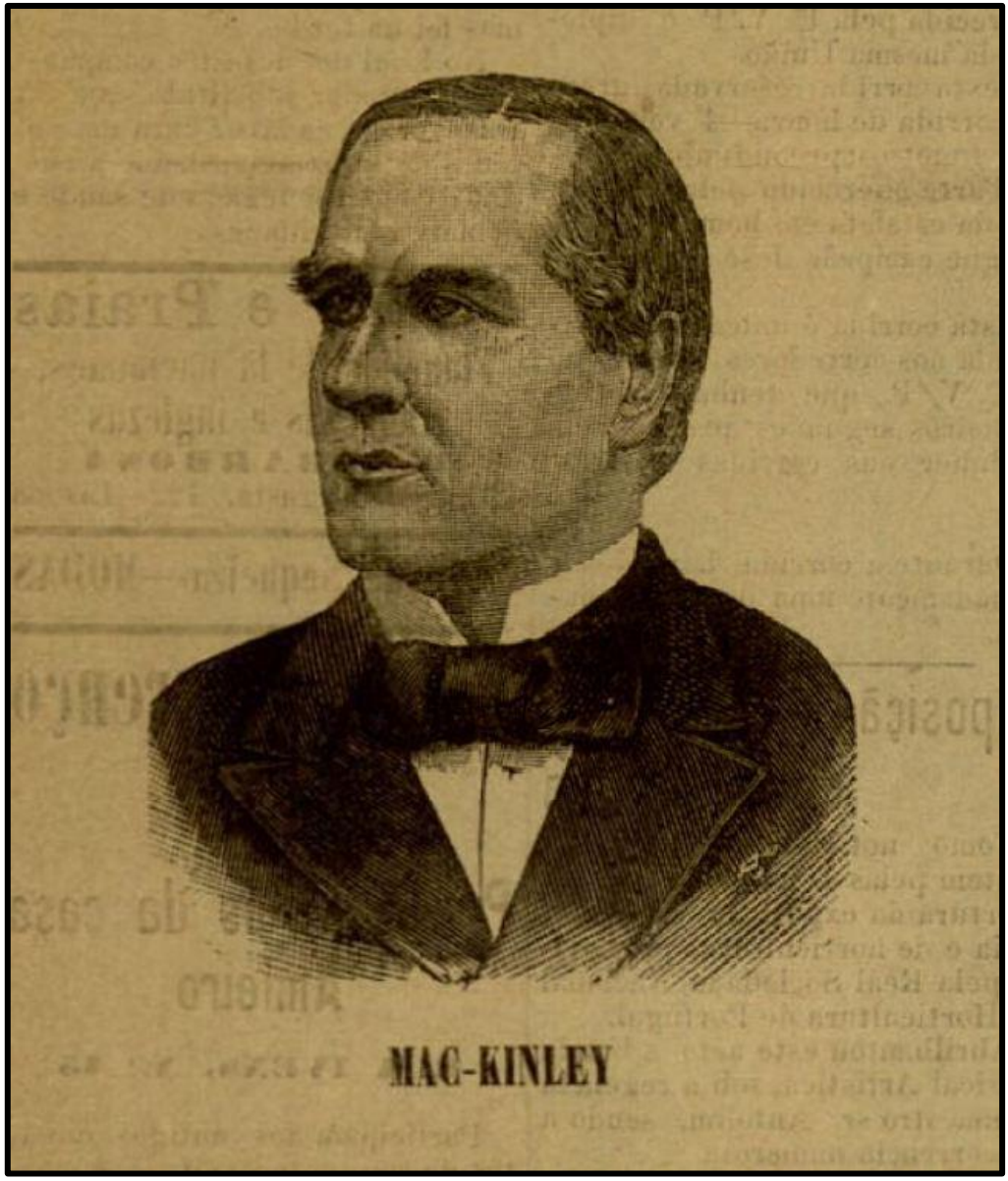


Fachada da Egreja do Loreto em Lisboa no dia das exequias por alma do rei Humberto

Piquete de Lanceiros que fez a guarda de honra à Egreja do Loreto (Lisbôa), no dia das exequias

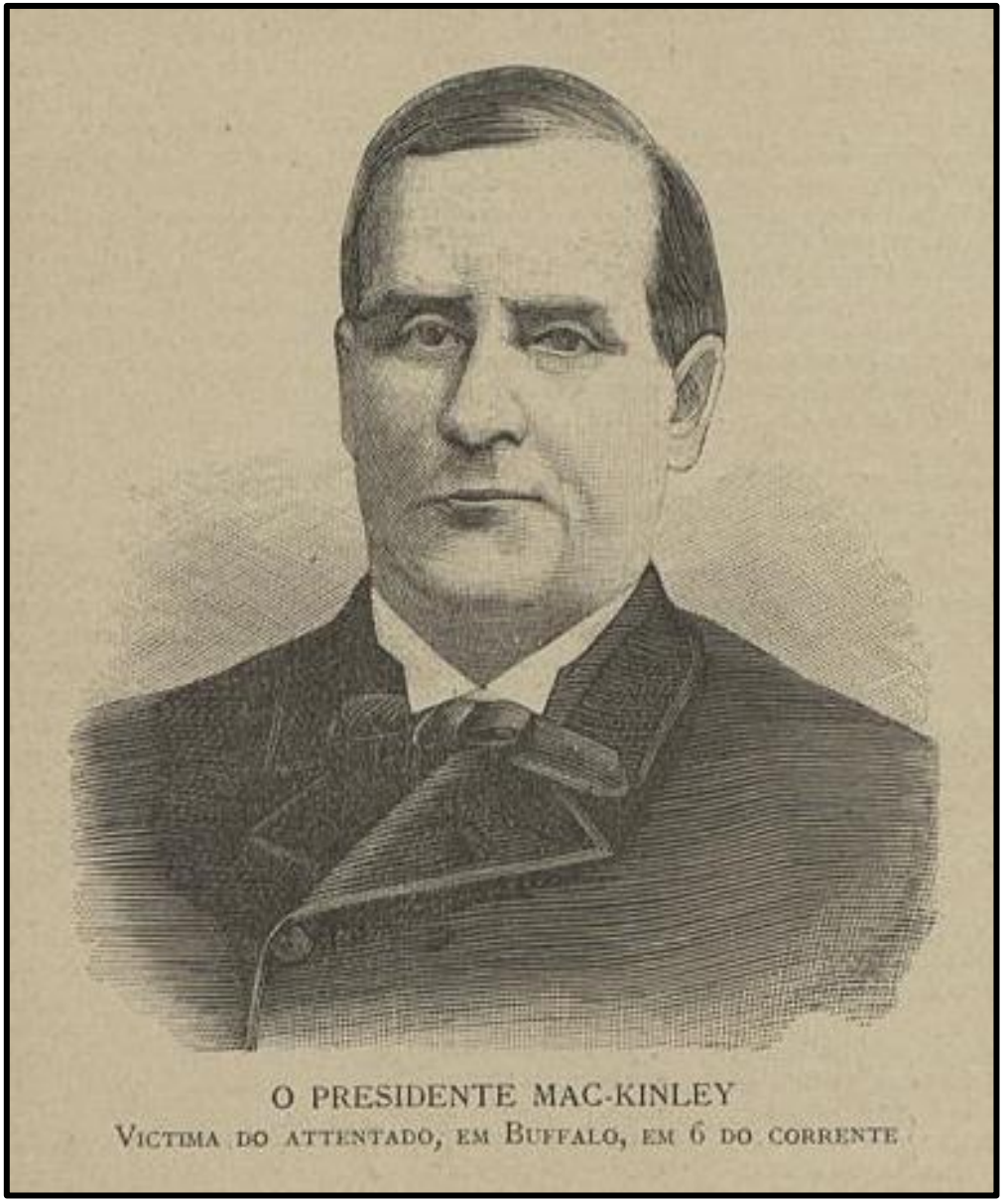
O presidente norte-americano William Mackinley foi vitimado por um atentado perpetrado por parte de um militante anarquista, levando à sua morte, em 1901, quando fora eleito para o seu segundo mandato. Ao noticiar tal crime político, acompanhado do retrato da vítima, o *Diário Ilustrado* dizia que "nada fazia prever este trágico desfecho de uma existência que pode considerar-se extremamente simpática e que é decerto típica, sob o ponto de vista das sociedades democráticas". Considerava que, "pela humildade da sua origem, pelos sucessivos incidentes da sua carreira, pela sua sincera piedade, pela energia dos seus afetos como pai e esposo e até pela sua indiferença pelos interesses intelectuais e artísticos", a personalidade falecida viria a constituir "o cidadão americano típico". O jornal apresentou dados biográficos e comentou as ações públicas do chefe de Estado assassinado, que foi apontado como "sobretudo um político hábil", vindo a "unir as correntes hostis num forte movimento de chauvinismo imperialista"[26].

[26] DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 8 set. 1901. A. 31. N. 10240. p. 1.


MAC-KINLEY

Em meio ao noticiário internacional, trazendo a efígie do presidente estadunidense falecido, *O Ocidente* enfatizou que tal "atentado causou, como era natural, uma profundíssima emoção em todo o mundo", de modo que, à longa lista de soberanos e altos magistrados alvo de idênticos ataques veio juntar-se o nome de Mackinley. Apresentava minudências sobre o atentado, informando que o ato destinara-se contra "um dos mais ilustres homens de Estado dos nossos tempos", destacando que ele era "dotado de grande energia, notável audácia e perspicácia", conseguindo "elevar-se de um berço humilde à mais alta magistratura do seu país". Teria tornado "o seu país uma potência colonial, dando-lhe verdadeiros dias de glória , apesar da sua política se tornar antipática para as demais nações", mas "parecia que o seu espírito se revirava, pois que, no último discurso proferido", declarara "que o desenvolvimento comercial e industrial dos Estados Unidos tomara tal extensão que era absolutamente necessário criar novos mercados" e, para tanto, "se tornava preciso abandonar a política do exclusivismo e adotar a política de reciprocidade"[27].

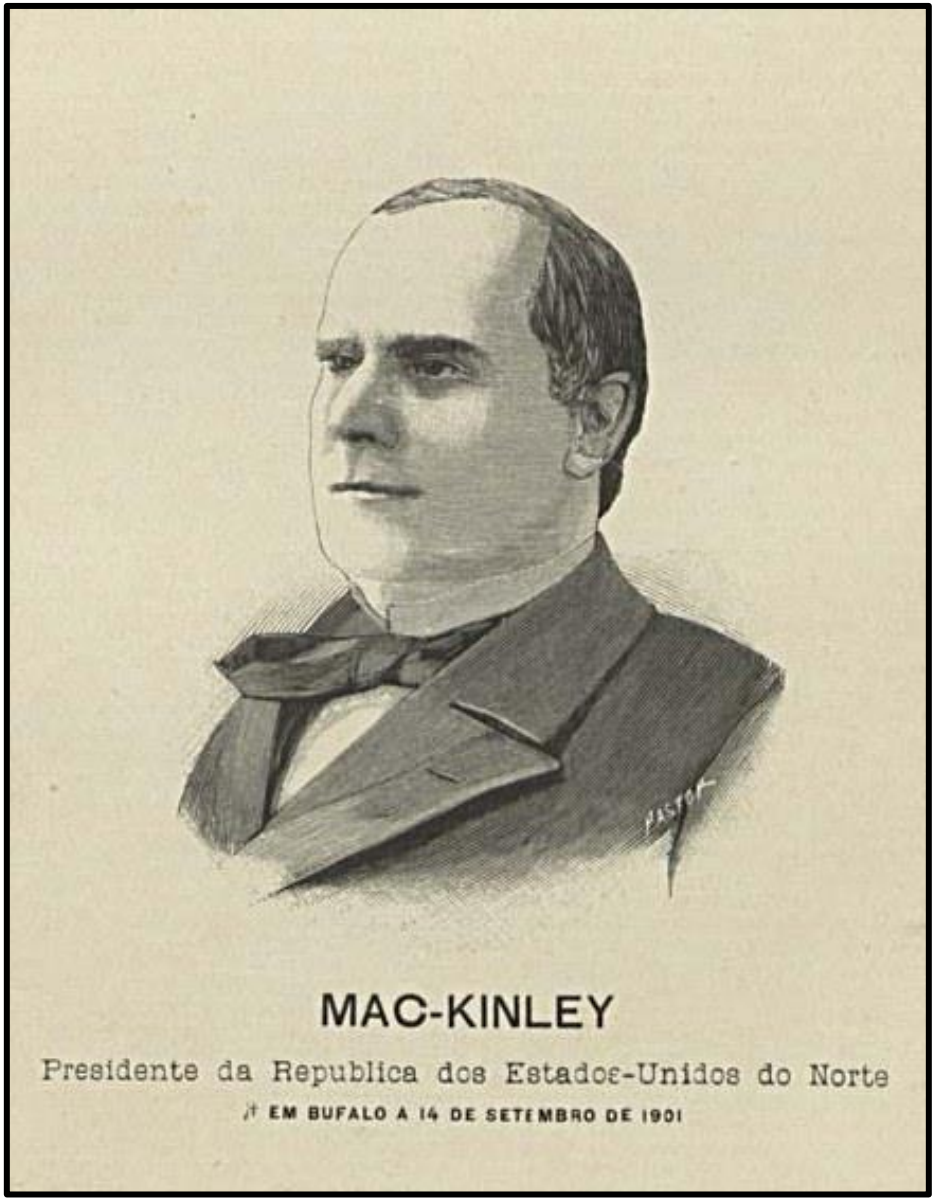
[27] O OCIDENTE. Lisboa, 10 set. 1901. A. 24. V. 24. N. 817. p. 2-3 e 4.

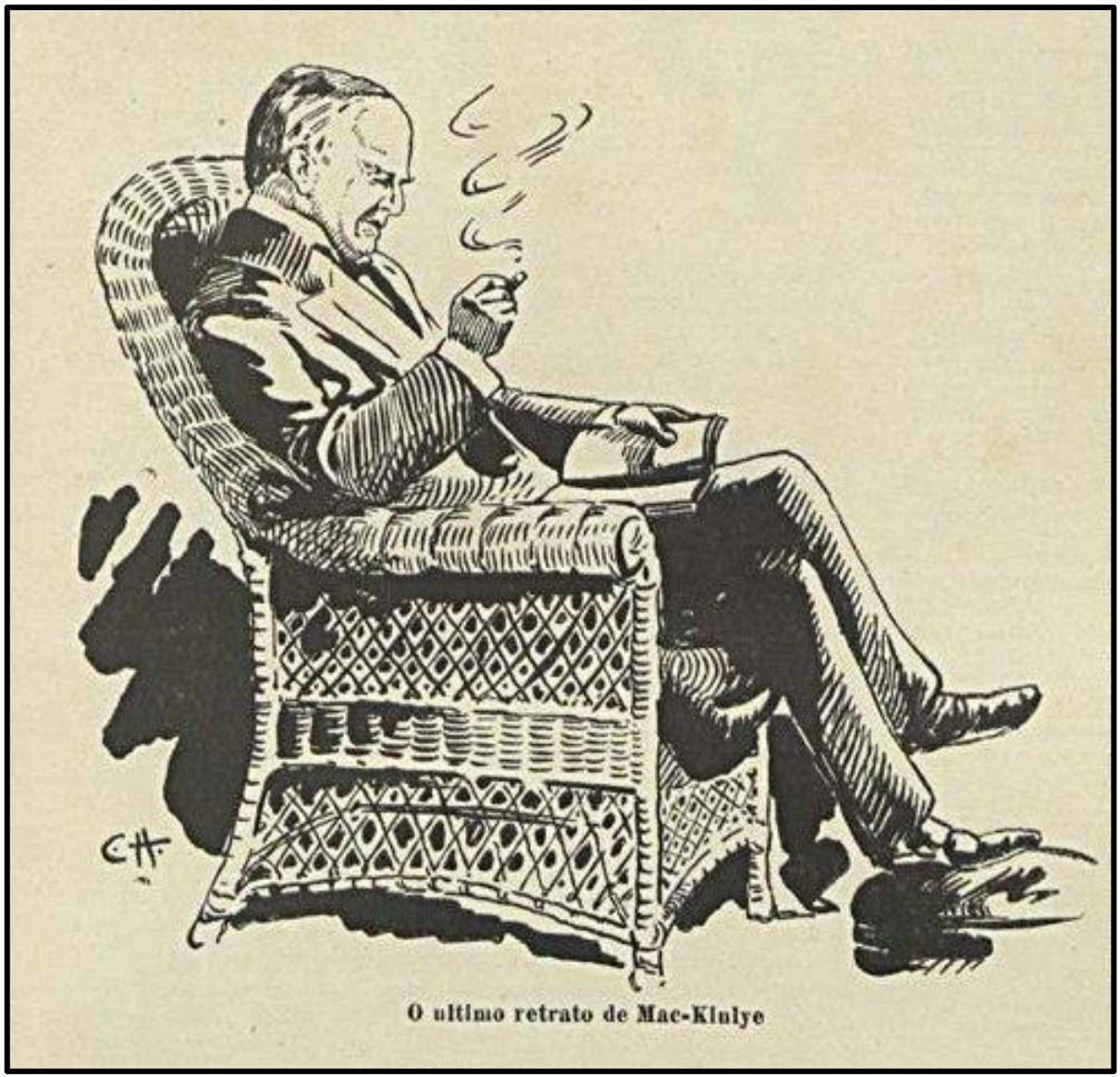


O PRESIDENTE MAC-KINLEY
VICTIMA DO ATTENTADO, EM BUFFALO, EM 6 DO CORRENTE

A respeito do "atentado contra Mackinley", a revista *Brasil – Portugal* publicou retratos do presidente morto, de sua viúva e de seu sucessor. Explicava que o coração do chefe de Estado não resistira ao ferimento, uma vez que o mesmo "estava gasto como o de todos os que trabalham e sofrem", trazendo alguns informes acerca de sua biografia. Demarcava que tal homem público defendera "um vasto programa político, cujo ideal entusiasmou os norte-americanos porque consistia na preponderância dos Estados Unidos nas duas Américas e no mundo velho" e, em seu governo teria obtido "vitória extraordinária das armas ianques". O periódico ainda apresentou pormenores sobre o casal Mackinley, dizendo que "os dois formavam o modelo dos lares conjugais" estadunidenses. Também se referia ao novo presidente, Theodore Roosevelt, apontado como "o homem mais popular dos Estados Unidos" e "aclamado por toda a América do Norte", além de ser "um belo orador e um distinto escritor"[28].

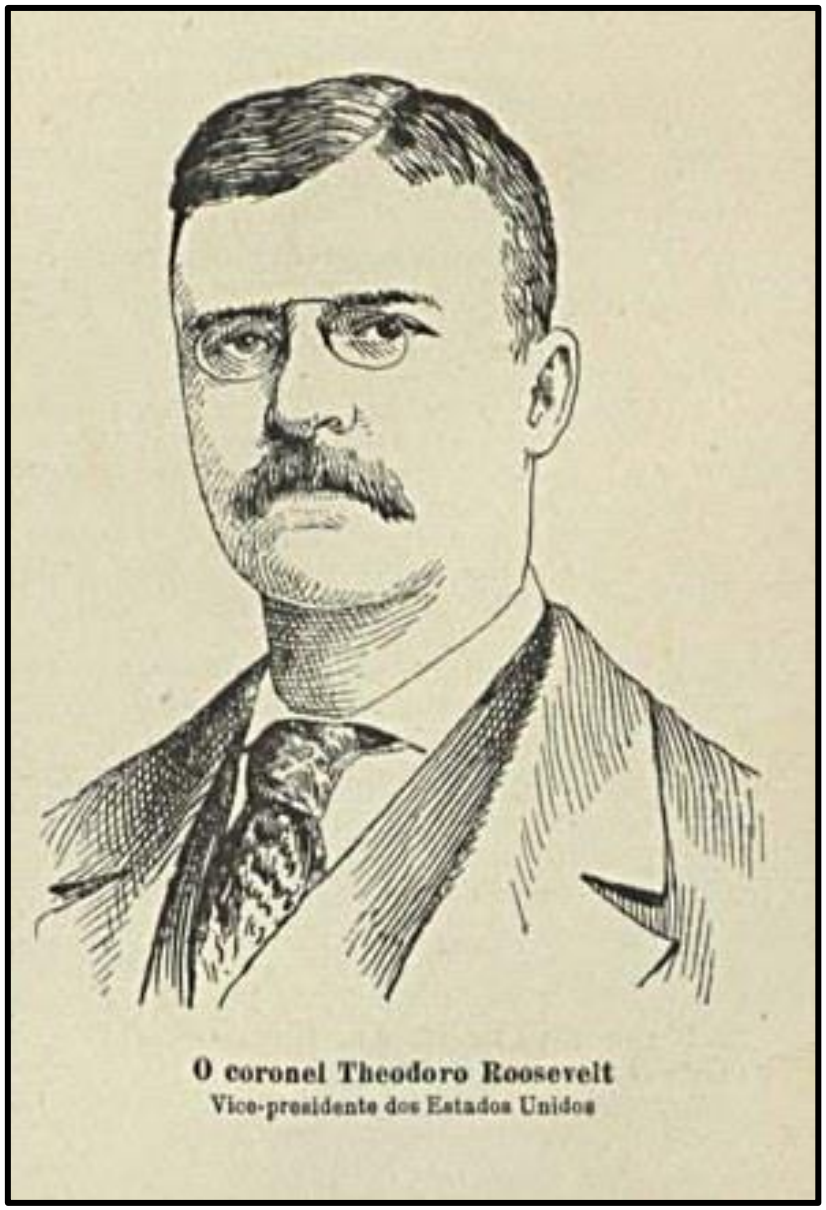
[28] BRASIL – PORTUGAL. Lisboa, 16 set. 1901. A. 3. N. 64. p. 1 e 9-10.


MAC-KINLEY
Presidente da Republica dos Estados-Unidos do Norte
EM BUFALO A 14 DE SETEMBRO DE 1901



O ultimo retrato de Mac-Kinlye

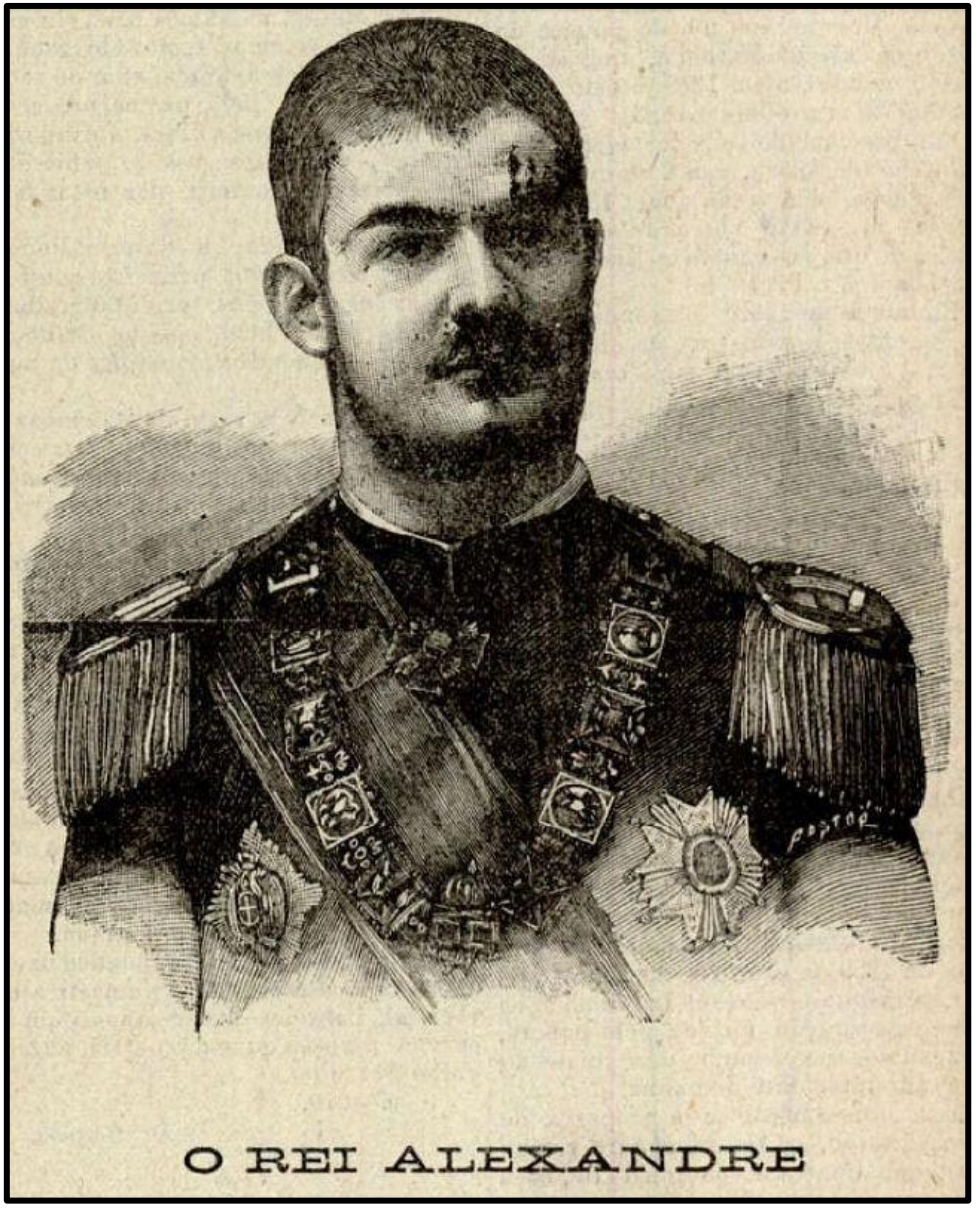
Lady Ida Mac-Kinley



O coronel Theodoro Roosevelt
Vice-presidente dos Estados Unidos

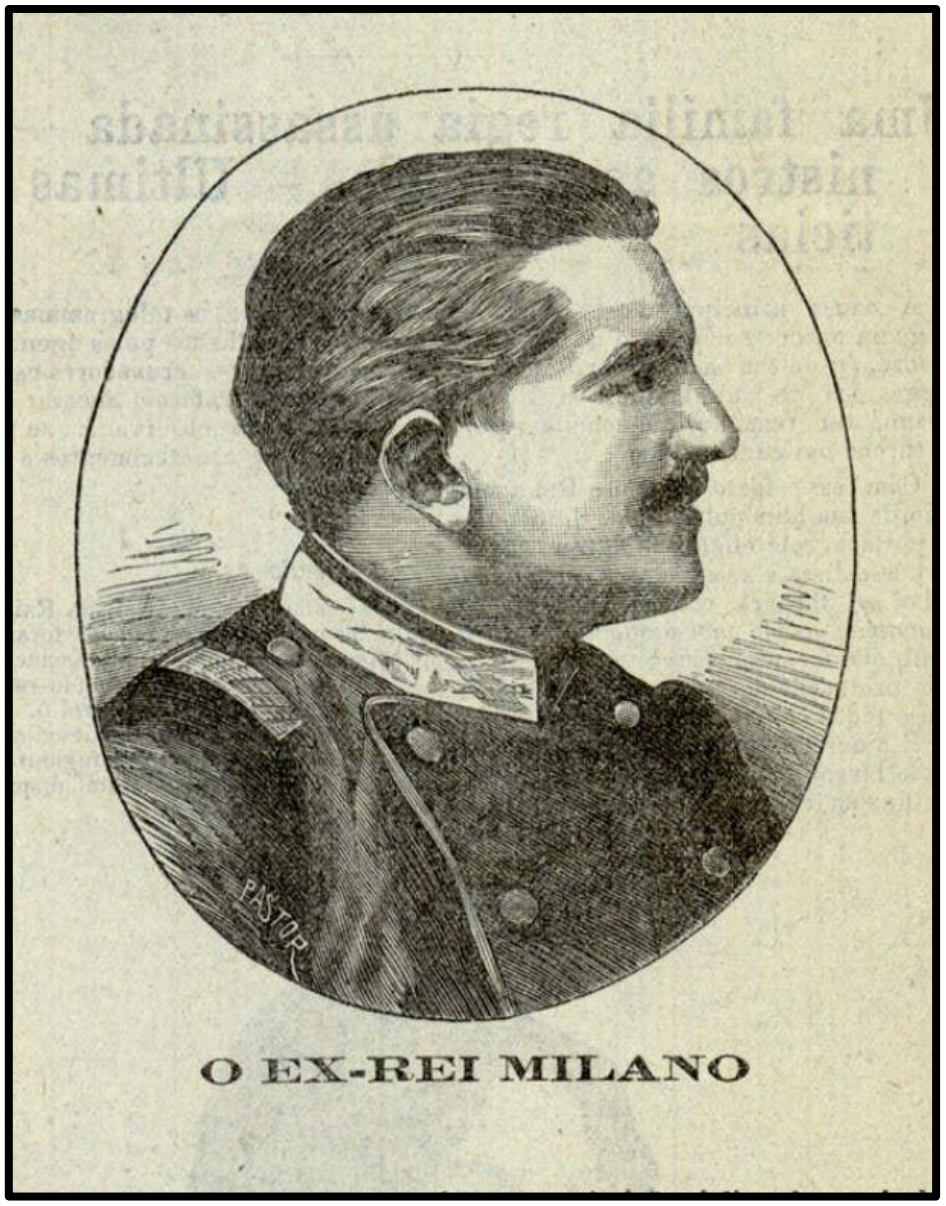
A partir de um golpe de Estado realizado por militares na Sérvia, com o intento de derrubar o governo, ocorreria o assassinato do rei Alexandre I e de sua esposa Draga, mortos a tiros e tendo seus corpos despedaçados, em 1903. A esse respeito, o *Diário Ilustrado* noticiava a ocorrência de uma "tragédia no reino sérvio", pormenorizando com os itens "revolta militar", "assassinato do rei Alexandre, da rainha Draga e de sua irmã", "assassínio dos ministros" e "novo rei e novo governo". Acerca do acontecimento, o jornal dizia que, "se politicamente nada nos interessa o reino da Sérvia, a tragédia que ali acaba de passar-se é de molde a surpreender-nos pelo seu caráter de insólita violência". Revelando o pouco conhecimento geral sobre o país em questão, o periódico fazia uma descrição de sua localização geográfica, além de esboçar alguns tópicos a respeito de sua formação histórica. A folha se referia a um "pronunciamento militar, tão decisivo como trágico, apesar de uma tradição de lutas constantes e assassínios de monarcas nesse povo aguerrido e no qual domina o sangue eslavo". Foram ainda citados alguns dados biográficos do soberano assassinado, destacando o contexto de crise que dominava o país onde ocorrera a "medonha tragédia" e publicados os retratos do rei e da rainha mortos, além dos progenitores de Alexandre I[29].

[29] DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 12 jun. 1903. A. 32. N. 10876. p. 1-2.; e 13 jun. 1903. A. 32. N. 10877. p. 1-2.


O REI ALEXANDRE

A RAINHA DRAGA

A EX-RAINHA NATHALIA



O EX-REI MILANO

Os retratos do rei sérvio, de sua mãe e de sua esposa, a rainha Draga, também assassinada, bem como uma gravura do palácio real de Belgrado ilustraram a matéria publicada por *O Ocidente* acerca do atentado no contexto sérvio. Sobre o crime, o periódico afirmava que "não se pode à tragédia horrível da Sérvia aplicar o ditado vulgar – quem conta um conto acrescenta um ponto", pois, "neste caso só poderão acrescentar balas, baionetas e punhaladas". A folha se referia à transição para um novo soberano, que teria sido conquistada "a tiros de revólver e golpes de punhal" e, citando representante da imprensa britânica, destacava que seria "bom averiguar" se não viriam a "arrepender-se os governos da Europa consentindo que fique impune o crime da soldadesca bárbara". Apontava que o monarca sérvio tivera um "desgraçado fim", sendo apresentados alguns detalhes da vida política recente do país balcânico até chegar ao morticínio da família real e de membros do governo, vindo a concluir constatando que "a Sérvia tem passado por grandes vicissitudes"[30].

[30] O OCIDENTE. Lisboa, 20 jun. 1903. A. 26. V. 26. N. 881. p. 1-2 e 4-6.

O REI ALEXANDRE, DA SERVIA

A RAINHA DRAGA, DA SERVIA

A RAINHA NATHALIA

O PALACIO REAL DE BELGRADO

A revista *Brasil – Portugal* estampou os retratos do rei Alexandre I e da rainha Draga e referiu-se a "uma espantosa tragédia ocorrida em Belgrado", que levou à morte dos soberanos, de membros da família real e do governo e de soldados. Comentava que "toda esta gente, desde o chefe do Estado até o mais modesto dos seus servidores, pereceu às mãos da soldadesca revoltada", em "uma chacina de que não há memória, mesmo nas páginas mais sombrias e sangrentas dos piores dias do império romano". Mantendo a comparação com os tempos da antiguidade, o periódico afirmava que "nem Caracala, nem Nero, nem nenhum dos monstruosos tiranos que manchavam com os vícios mais repugnantes a púrpura imperial de Roma, tiveram, ao caírem, um funeral tão horrivelmente trágico" quanto "o que acaba de iluminar com sinistro clarão o passamento" do soberano. O paralelo histórico permanecia, com a constatação de que, "ao ler a narrativa dos morticínios de Belgrado, parece que assistimos à evocação de alguns desse lúgubres sabás medievais", os quais "deixaram uma lenda de terror na memória das populações e que ainda hoje faz estremecer só o recordá-los". A publicação lisboeta considerava assim que aquilo que se passara na Sérvia "não é do século XX" e "está uns poucos séculos atrasado", vindo a constituir "um sangrento anacronismo de seiscentos anos pelo menos, que repentinamente se levanta diante da Europa espantada", ou seja, "aquilo não é do nosso tempo". Questionava ainda quanto à forma pela qual iria proceder "a Europa para com os *vencedores* de Belgrado" e "como encararão o novo estado de coisas especialmente a Áustria e a Rússia, as duas potências mais interessadas na política sérvia", prevendo que "não tardará muito que a situação comece a esclarecer-se, agora que um novo rei acaba de ser eleito para ocupar o

trono ensanguentado do pobre Alexandre". Definia ainda os episódios na Sérvia como "crueldade e selvageria", dizendo que tal país "espanta o mundo civilizado com a selvageria de uma chacina sem precedentes na história das nações cultas". Destacava também que "é sempre o mesmo atavismo, que por uma reversão triste mas fatal" levara a nação sérvia "a reproduzir na liberdade os agitados lances da vida que levou na escravidão". Ao final, levantava a questão de qual seria a influência que viria a "ter na política da Sérvia em particular e na balcânica em geral a revolução militar que acaba de triunfar em Belgrado", concluindo em termos temerários que, "como se vê, a situação não é tão simples como talvez tivessem julgado os assassinos do rei Alexandre ao cometerem o seu repugnante atentado"[31].

[31] BRASIL – PORTUGAL. Lisboa, 16 jun. 1903. A. 3. N. 106. p. 11.; e 1º jul. 1903. A. 3. N. 107. p. 7.

Rei Alexandre, da Servia

Assassinado na madrugada de 11-6-903 em Belgrado, pelos revoltosos militares.

Rainha Draga, da Servia
Assassinada na madrugada de 11-6-903 em Belgrado, pelos revoltosos militares.

À administração do rei grego Jorge I se antepuseram vários obstáculos, alguns deles advindos do mesmo ser considerado estrangeiro, por não ter nascido na Grécia, além dos vários enfrentamentos bélicos ocorridos durante seu governo, culminando com o regicídio ocorrido em 1913, por motivos controversos. Na seção "Pelo mundo fora", *O Ocidente* apresentou a fotografia do soberano morto e a matéria intitulada "Assassínio do rei Jorge da Grécia", descrevendo que fora "toda a Europa abalada pela notícia, verdadeiramente trágica, da morte do popularíssimo soberano da Grécia", morto por "um desvairado", que "alvejou o monarca com um revólver, atravessando-lhe o coração com uma bala". Considerava que, por uma ironia trágica da sorte, o rei morre no apogeu da sua glória", tendo "nos cinquenta anos do seu reinado sempre em mira a realização" do "patriótico intento" da "libertação da Macedônia helênica". Dizia que "a morte do rei Jorge produziu profunda consternação, como era de calcular, nas cortes de Londres e da Rússia, como de resto em toda a Europa, que mostrou para com o rei Jorge I a mais alta consideração e simpatia"[32].

[32] O OCIDENTE. Lisboa, 30 mar. 1913. A. 36. V. 36. N. 1233. p. 3-4.

REI JORGE I DA GRECIA
ASSASSINADO EM SALONICA

O informe sobre o assassinato do monarca grego nas páginas da revista *Brasil – Portugal*, foi apresentado com a publicação de sua fotografia, demarcando que "o rei Jorge da Grécia" fora "assassinado em Salonica em março último". A matéria na qual estava incluso o registro iconográfico do soberano tratava da "situação política internacional", considerando-a como "cheia de interrogações e de mistérios", em relação à "solução dos vários problemas que neste momento preocupam e agitam o mundo", em meio ao qual apontava que "o primeiro, o mais complicado de todos" era "o dos Balcãs", que continuava "ereto e ameaçador como uma esfinge". O periódico descrevia a situação "de tanto sangue derramado, de tantas destruições materiais, de tantas conferências europeias, de tantas negociações diplomáticas, de tantos interesses em jogo" e tudo isso "depois de um armistício convencionado" e "ostensivamente manifestado de todos os lados" referente à região balcânica. Lamentava a perspectiva pela qual "a Europa poderosa, e dentro dela as nações que decidem os destinos do mundo, se haviam de declarar impotentes para resolver a questão da paz"[33].

[33] BRASIL – PORTUGAL. Lisboa, 1º abr. 1913. A. 13. N. 341. p. 2.

O rei Jorge da Grecia

Assassinado em Salonica em Março ultimo

Assim, esses três periódicos ilustrados lisbonenses repercutiram em suas páginas alguns dos mais relevantes atentados cometidos contra chefes de Estado, cometidos entre os derradeiros decênios do século XIX e os iniciais da centúria seguinte, seguindo um modelo bastante tradicional do jornalismo em geral ao tratar de tais temas. Tais publicações moveram suas construções textuais e iconográficas no sentido de enaltecer o politico falecido, visando a criar uma identidade em torno dele para fixá-lo na memória do público leitor. A perspectiva fundamental era a de criar uma identidade entre governantes e governados, Estado e nação, governo e população, ou seja, o rei ou presidente aparecia como mola mestra de funcionamento não só da estrutura administrativa, mas da própria sociedade como um todo. De acordo com tal concepção, atentar contra a vida do chefe de Estado equivaleria a atentar contra a própria existência da coletividade. O intento fundamental era o apelo para a manutenção da estabilidade e, por conseguinte, do *status quo*, o que no caso português por muito tempo equivaleu à conservação da monarquia.

O Ocidente buscava manter uma linha editorial mais próxima do jornalismo noticioso, mas deixava transparecer certa tendência conservadora em suas manifestações, ao passo que o *Diário Ilustrado* e o *Brasil – Portugal* tinham vínculos intensos com o regime monarquista – tanto que todos os três mantiveram existências exíguas após o encerramento deste –, daí suas posturas voltadas a considerar as mortes dos governantes praticamente como um crime de lesa-pátria, normalmente praticado por indivíduos apresentados como "radicais", "niilistas", "anarquistas" e "socialistas", que teriam como escopo

primordial o rompimento com as instituições vigentes. Tais folhas ilustradas traziam aos consumidores de leitura a exaltação do morto, normalmente por um processo de heroificação, de modo que seus atos poderiam até mesmo transcender a morte e servir como exemplos de atitudes cívicas, que deveriam ser seguidas pelos seus coetâneos e pósteros, na qualidade de lições práticas de amor pátrio. Associando texto e imagem eles construíam então representações da morte, compreendidas por outros que não aqueles que a elaboravam, comprovando a existência de um mínimo de convenção sociocultural, de maneira que grande parte da sua significação advinha de seu aspecto de símbolo compreensível para a sociedade que consumia seu produto editorial[34]. Essa simbologia insistia na aproximação entre a finitude da vida e uma suposta heroicidade, levando em conta que a vida social também constitui um sistema de ação regido por símbolos, uma estrutura de condições sociais e de papéis, de costumes e regras de comportamento, destinados a servir de veículo para o heroísmo dos seres terrestres[35]. Dessa maneira, assassinatos de presidentes e regicídios surgiam nas páginas impressas como ações inaceitáveis para sociedades ditas civilizadas, mas uma vez tendo ocorrido – mesmo que apontadas como fruto do radicalismo e atentatórias à normalidade institucional e aos interesses da pátria – passavam a servir como ensinamento cívico para as gerações presentes e futuras.

---

[34] JOLY, 2004. p. 40.
[35] BECKER, Ernest. *A negação da morte*. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 23.

O REATAMENTO DIPLOMÁTICO LUSO-BRASILEIRO SEGUNDO O JORNALISMO PORTUGUÊS

Desde a proclamação da nova forma de governo no Brasil, iniciou-se um processo de desagregação nas relações luso-brasileiras. Tal tendência foi crescente e o asilo concedido a rebeldes brasileiros em navios lusitanos, durante a Revolta da Armada, levou o governo republicano a romper relações com Portugal. Assim, no período "entre 13 de maio de 1894 e 16 de março de 1895, as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal estiveram cortadas". Com "a entrega dos interesses portugueses aos cuidados do ministro inglês" no Rio de Janeiro, houve, "em Portugal, o repúdio tanto dos republicanos quanto dos monarquistas" opositores ao governo. Entretanto, "o gabinete de Hintze Ribeiro manobrava por meio de seu representante em Londres, sob pressão do governo inglês", que manifestava o desejo de, "por meio de um gesto de boa vontade e de um rápido resultado vivamente aguardado por toda a opinião lusa", conseguir "resgatar a simpatia e, assim, restaurar a tradicional aliança ente os dois países", prejudicada desde o ultimato de 1890. Mas "Floriano interpôs inúmeras dificuldades ao mediador inglês, de tal sorte que a pendência permaneceu sem solução até o termo de seu mandato presidencial", chegando-se "somente ao reatamento no início da presidência de Prudente de Morais"[36].

Dessa maneira, "as relações diplomáticas entre os dois países só foram reatadas em 1895, altura em que se encetou um processo de tímida aproximação

[36] CERVO, Amado Luiz. O século XIX. In: ALVES, Dário Moreira de Castro. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil (1808-2000)*. Brasília: Ed. da UnB, 2000. p. 223.

luso-brasileira"[37]. A ruptura das relações prendeu-se muito às questões diplomáticas, sem maiores interferências no contexto econômico. Ao longo de tal suspensão, "foram os interesses brasileiros protegidos em Portugal pelo ministro dos Estados Unidos e os portugueses, no Brasil, pela Legação Britânica". Passado o momento de maior embate, "as negociações para o reatamento dos laços diplomáticos foram mediadas pela Inglaterra, que apresentou as justificativas do governo português no intento do restabelecimento das relações". Em seus argumentos, os lusitanos afirmavam que teriam visto "com pesar que à concessão do asilo" não tivera por correspondência "a lealdade dos asilados", bem como, diante de atos que submetera "aos tribunais judiciais", acabara por estabelecer-se "uma situação internacional que não poderia constituir precedente". A diplomacia portuguesa "defendia que o asilo fora um ato de humanidade e não meio de favorecer hostilidades", assim como justificava que Portugal só fizera "cessar a detenção dos asilados que desembarcaram em território português" quando esteve convencida "que não abusariam da liberdade para continuar a luta contra o governo brasileiro, considerando-se assim relevado da responsabilidade que voluntariamente assumira"[38].

---

[37] GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro. Ressonâncias em Portugal da república no Brasil (1889-1895). In: HOMEM, Amadeu Carvalho et all (coord.). *Progresso e religião: a república no Brasil e em Portugal (1889-1910)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. p. 127.

[38] ALVES, Francisco das Neves. As relações Brasil – Portugal no século XIX: dois momentos de ruptura. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Brasil 2000 – quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas*. Rio Grande: FURG, 2000. p. 42.

Passado quase um ano da ruptura, em março de 1895, o governo brasileiro concordou "com o reatamento das relações com Portugal", declarando que "aceitava com prazer a declaração feita pelo governo português" e considerava "satisfatoriamente terminado o incidente entre os dois países", de modo que "como ato formal de sincera reconciliação", providenciava a nomeação do "representante que devia continuar as relações diplomáticas" entre as duas nações. Nesse sentido, "o restabelecimento das relações foi realizado concretamente ao nomearem-se e assumirem os postos, os ministros plenipotenciários em cada país". Ficavam designados dois indivíduos ligados à política e à intelectualidade, para o Brasil, o português Tomás Antônio Ribeiro Ferreira e, para Portugal, o brasileiro Joaquim Francisco de Assis Brasil[39].

Uma vez "restabelecidas as relações diplomáticas entre" os "dois países e, apesar das diferenças de regimes políticos e de algumas manifestações anti-portuguesas de núcleos nativistas, ambos os governos" viriam a procurar "restaurar o clima de entendimento e confiança existente entre eles antes da ruptura de relações". A escolha do ministro luso para servir no Brasil chegou a ser considerada como "uma atitude de particular deferência", recaindo sobre "uma personalidade de grande prestígio nos meios intelectuais e políticos de Portugal, o poeta Tomás Ribeiro Ferreira", que fora "várias vezes ministro em governos regeneradores e era autor de vasta obra poética em que se destacava o poema *D. Jaime*, muito popular em Portugal e no próprio Brasil". Tal "representante diplomático português foi cordialmente recebido", apesar de

[39] ALVES, 2000. p. 42-43.

certas manifestações do nativismo jacobino. Já "o governo brasileiro acreditou junto ao governo português, também uma figura de elevado prestígio intelectual e político – Assis Brasil", que "se tratava de um jornalista e escritor, que fora deputado e governador do Rio Grande do Sul, e que já exercera funções de ministro em Buenos Aires e na China". Ele foi recebido "com excepcionais manifestações de apreço e simpatia", sendo "homenageado com uma recita de gala no teatro D. Amélia, um banquete que teve lugar no Teatro S. Carlos, especialmente decorado pelo artista Rafael Bordalo Pinheiro", caricaturista que dirigia o jornal *O Antônio Maria*, "e um espetáculo em sua honra no Coliseu"[40]. O simbolismo da recepção aos ministros plenipotenciários bem representava a intenção da reaproximação, bem mais notória do lado lusitano, intentando demarcar um decisivo fim nos desentendimentos.

A chegada da notícia de que, a partir da mediação inglesa, encerrara-se o conflito diplomático entre Brasil e Portugal despertaria um certo sentimento de alívio no seio da imprensa portuguesa, cujos intensos debates, mormente entre as folhas monárquicas e republicanas, chegaram a constituir um dos elementos constitutivos do estremecimento nas relações entre ambos os países. Dentre as reações, a mais predominante foi a de manifestar o júbilo pelo reatamento, o qual foi expresso na ampla maioria dos jornais, independente de suas orientações e nortes editoriais, ainda assim, houve certas discrepâncias nas formas de enfocar o tema. Um número significativo de periódicos optou por

[40] MAGALHÃES, José Calvet de. O século XX. In: ALVES, Dário Moreira de Castro. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil (1808-2000)*. Brasília: Ed. da UnB, 2000. p. 255-257.

dedicar suas páginas à exaltação pura e simples do fim da ruptura diplomática, deixando de lado, ao menos naquele momento, os embates político-partidários. Por outro lado, ainda que manifestando a exultação pelo acontecido, várias publicações adotariam uma postura ainda predominantemente partidarista perante o evento, caso das folhas governistas e das oposicionistas, tanto as monárquicas quanto as republicanas. Finalmente, a pequena imprensa, representada pelos semanários caricatos, em essência, não fugiria do espírito geral de regozijo[41].

A imprensa e a exaltação perante a reconciliação

Exaltar efusivamente o reatamento diplomático brasileiro-lusitano foi a prática mais comum em meio ao periodismo português, mas no caso de algumas publicações, tal abordagem foi amplamente predominante. Nesse sentido, mesmo folhas com posturas bem demarcadas anteriormente, fosse pelo caráter noticiarista ou partidarista, fosse pelo governismo ou pelo oposicionismo, ou ainda fosse pelo monarquismo ou pelo republicanismo, ao enfocarem a temática em questão, deixavam de lado tais princípios, ainda que momentaneamente, para apenas exultar diante do acontecido. Alguns dos elementos constitutivos mais recorrentes nas estratégias discursivas desses jornais foi o destaque à busca pela imparcialidade na abordagem, enfatizando

[41] Texto adaptado a partir de ALVES, Francisco das Neves. *Visões espelhadas d'além mar*. Rio Grande: Editora da FURG, 2017.

que já não mais importavam os fatores que levaram à ruptura e sim o reatamento em si mesmo; a ênfase à premissa pela qual o rompimento de relações não seria comum ou aceitável entre nações irmanadas; o enfoque baseado no pragmatismo, pelo qual só haveria vantagens para ambos os países a partir do final do conflito; o realce ao caráter essencialmente oficial da ruptura, encerrado com o reatamento; e o destaque às novas representações diplomáticas de parte da parte.

Significativa parte da imprensa portuguesa optou por tal abordagem, para buscar manter um caráter noticioso-informativo em suas matérias e/ou no sentido de amenizar os conflitos até então latentes entre as duas nações. Um desses periódicos foi *O Comércio do Porto*, publicado no Porto de 2 de junho de 1854[42] até o ano de 2005 . A princípio era trissemanal, passando em seguida a diário, evoluindo também quanto às inovações tecnológicas e, ao final do século XIX, era um dos jornais mais antigos e de maior prestígio no Porto. Era um matutino cujo principal tendência voltava-se à informação geral[43], sustentando o intento de manter-se como uma publicação independente, exclusivamente comercial e alheia a questões de política partidária[44]. Desde o início, manifestava nitidamente os propósitos de representar a comunidade

[42] RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, Manuela. *Jornais e revistas portugueses do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. v. 1. p. 181.
[43] LEMOS, Mário Matos e. *Jornais diários portugueses do século XX: um dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora; CEIS20, 2006. p. 170.
[44] TENGARRINHA, José M. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989. p. 185, 202, 221, 229 e 234; e TENGARRINHA, José M. *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2006. p. 207.

portuense[45], afirmando que a praça precisava "de um jornal de comércio, agricultura e indústria", no qual fossem tratadas "as matérias econômicas, históricas e instrutivas destes três poderosos elementos" nos quais se assentava "a prosperidade das nações modernas", voltando-se também à divulgação do Porto "no interior" e "nos mercados estrangeiros". Garantia que "na história, na geografia, na jurisprudência privativa, na literatura estrangeira e nos grandes sucessos estrangeiros" que pudessem afetar aquelas "três indústrias", tomaria objeto para os seus artigos, que muitas vezes teriam "por fim o recreio e a instrução dos leitores, sem, contudo, sair da particularidade" que impusera a si mesmo. Dizia ainda que seriam feitos "todos os esforços para revestir o jornal" daquilo que se tornasse "interessante por qualquer modo aos comerciantes, agricultores e industriais" e se não pudesse alcançar tal fim, deixaria o campo a quem melhor pudesse substituí-lo[46].

Na capital portuguesa circulou um dos mais importantes e perenes periódicos portugueses, constituindo o mais marcante em termos de modelo noticioso. Era o *Diário de Notícias*, cujo programa foi editado ao final de 1864 e o primeiro número passou a circular em Lisboa, a 1º de janeiro do ano seguinte[47]. Constituía, assim, uma publicação cuja principal tendência era a informação geral[48] e, desde o início, optou pela "abstenção da polêmica jornalística",

---

[45] CARQUEJA, Bento. *O Comércio do Porto: notas para a sua história*. Porto: Oficinas Gráficas de *O Comércio do Porto*, 1934. p. 10.
[46] O COMÉRCIO (DO PORTO). Porto, 2 jun. 1854. A. 1. N. 1. p. 1.
[47] RAFAEL & SANTOS. 2001. v. 1. p. 252.
[48] LEMOS, 2006. p. 260.

mantendo "um corolário da supressão do artigo editorial político", em que "tal polêmica mais larga e mais azedamente costumava expandir-se"[49], mantendo o mesmo estilo ao longo de grande parte de sua longeva existência[50]. Ele marcou o início do jornalismo moderno no contexto luso, operando "uma verdadeira revolução no panorama jornalístico nacional". Era um "jornal popular de preço e estilo ao alcance de todos", noticioso por essência "e sem filiação partidária". Seu "espantoso êxito resultou da combinação do baixo preço e da aparente 'independência' perante as correntes políticas", além das "elevadas tiragens", que reduziam "o custo unitário de produção", aumentando também "os rendimentos com a publicidade". As pretensas "'objetividade' e 'imparcialidade' com que se iniciou e pretendeu" se "apresentar ao longo da sua existência, na verdade camuflavam habitualmente uma posição conservadora de apoio ao poder estabelecido"[51]. Tal publicação trouxe consigo amplas transformações nas práticas jornalísticas lusas, com o aprimoramento tecnológico, o aumento das tiragens, a redução de custos e o recrudescimento da matéria publicitária[52]. O *Diário de Notícias* dizia ter um único fim – "interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas, e compreensível a todas as inteligências", além de declarar que o seu próprio título dizia o que seria, ou seja, "uma compilação

---

[49] CUNHA, Alfredo da. O *Diário de Notícias: a sua fundação e os seus fundadores*. Lisboa, 1914. p. 16.

[50] DESLANDES, Venâncio. *Diário Nacional, o grande jornal português*. Lisboa: Imprensa do *Diário Nacional*, 1925.; e TEIXEIRA, Luís. *O Diário Nacional e o século XIX*. Lisboa: Ed. do Grupo de Amigos de Lisboa, 1941.

[51] TENGARRINHA, 2006. p. 214.

[52] TENGARRINHA, 1989. p. 213, 215, 221, 222, 225-229, 231 e 234.

cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os países, e de todas as especialidades", pretendendo ser "um noticiário universal", escrito "em estilo fácil, e com a maior concisão", e que informasse "o leitor de todas as ocorrências interessantes, assim de Portugal como das demais nações"[53].

De natureza ilustrada, o *Correio da Europa*, foi um periódico quinzenal publicado em Lisboa, entre os anos de 1878 e 1922[54]. Como indicava seu título, pretendia estender-se além das abordagens em relação à Portugal, voltando-se a temáticas concernentes ao continente europeu como um todo. Não seguia o modelo das revistas ilustradas tradicionais, e sim o padrão da maioria dos periódicos, mas estampava figuras referentes à personalidades, episódios históricos, acontecimentos e paisagens, com significativa qualidade gráfica. Trazia também uma edição voltada ao Brasil, no intento de levar informações da Europa para a América. Já ao final do século XIX, demarcando seus principais enfoques, anunciava que introduziria "importantes melhoramentos na parte noticiosa, literária e artística", buscando tornar-se "uma das primeiras revistas no seu gênero"[55]. Igualmente de natureza ilustrada em Lisboa *O Ocidente*, cujo breve histórico foi abordado no segundo capítulo deste livro.

---

[53] DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 29 dez. 1864. N. 1, programa. p. 1.
[54] RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 195.
[55] CORREIO DA EUROPA. Lisboa, 20 mar. 1895. A. 16. N. 6. p. 1.

O *Jornal do Comércio* foi outro longevo diário lisboeta, editado entre 17 de outubro de 1853 e 29 de setembro de 1989[56] e, conforme definia seu próprio título, buscava dedicar-se mais especificamente às causas mercantis. Era um matutino de tendência monarquista[57], mantendo uma proposta editorial mais noticiosa. Em seu programa afirmava que pretendia "empenhar todos os esforços" para que fosse digno da missão que tinha a cumprir, a qual era "importantíssima e de uma utilidade" que não poderia "ser desconhecida pela classe respeitável dos comerciantes". Assim, sua meta era "lançar a luz da publicidade sobre as transações e movimentos comerciais", prestando "um serviço ao mesmo tempo aos produtores e consumidores", dedicando-se "à discussão de assuntos econômicos e comerciais", que altamente interessavam "a todas as classes da sociedade". Tinha a meta "de fazer aparecer no país um órgão de todo o movimento mercantil, já nas praças de Lisboa, do Porto, e de todo o país, já nas do estrangeiro". Acreditava que seria através do comércio que a nação portuguesa poderia recuperar ao menos em parte a pujança do passado[58]. Contando com expressivos progressos técnicos, foi um dos mais importantes periódicos lisbonenses e, na virada do século, constituía um jornal de considerável influência no contexto luso[59]

---

[56] RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, Manuela. *Jornais e revistas portugueses do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002. v. 2. p. 40.
[57] LEMOS, 2006. p. 393-394.
[58] JORNAL DO COMÉRCIO. Lisboa, 17 out. 1853. A. 1. N. 1. p. 1.
[59] TENGARRINHA, 1989. p. 185, 202, 231 e 234.

Em Elvas foi publicado *O Elvense*, que circulou semanalmente e, depois, duas vezes por semana entre 10 de junho de 1880 e 20 de agosto de 1980[60]. Ao apresentar o seu programa, o periódico buscava "tornar bem patente" que não levaria "em mira o ocupar-se da política, nem mesmo muito de leve". Afiançava que, "no desempenho da missão" a que se propusera, "de propugnar pelos interesses mais vitais" da sua terra, procuraria "sempre ser benévolo para com todos, e só depois de muito pedir", quando não fosse atendido, em seus "justos clamores", empregaria "uma linguagem mais severa, frases mais sentidas, mas nunca por forma", que ofendessem "pessoalmente a ninguém"[61]. Acreditava que as reivindicações nacionais deveriam deixar de limitar-se apenas ao campo das reclamações, passando-se à ação. Nesse sentido, definia os lusos como "um povo meridional" que sofria "as consequências naturais" do "seu caráter impetuoso" e "entusiástico na concepção, como desalentado na execução". Tal espírito se reproduziria por ocasião dos reclamados empreendimentos e melhoramentos "apregoados na imprensa", o que já serviria para trazer o contentamento, sem a necessária realização dos mesmos[62].

Na cidade do Porto, desde de 2 de junho de 1888[63], foi editado o diário *Jornal de Notícias*. Ainda que predominantemente informativo, atuou como um matutino de tendência monárquico-regeneradora[64], tanto que em seu programa

---

[60] RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 287.
[61] O ELVENSE. Elvas, 10 jun. 1880. A. 1. N. 1. p. 1.
[62] O ELVENSE. Elvas, 6 maio 1900. A. 20. N. 2007. p. 1.
[63] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 35.
[64] LEMOS, 2006. p. 390.

declarava que combateria "nas fileiras do partido regenerador". Mas fazia a ressalva de que não representaria individualidades, ainda que elas se impusessem dentro do partido, nem favoreceria "os agrupamentos parciais", por considerar inaceitável "qualquer fragmentação que roubasse a força", que só poderia ser dada pela completa unidade. Dizia ter entrado "na luta política com as suas convicções e com o propósito a que elas o obrigavam"[65].

Na localidade de Ponte de Lima, no distrito de Viana do Castelo, foi editada entre 14 de abril de 1892 e 2 de fevereiro de 1905[66] *A Semana*, que se intitulava "jornal literário, noticioso e anunciador", era regionalista e apresentava forte influência de cunho religioso. Tal periódico semanal buscava dar "notícia de qualquer ocorrência" naquele "belo e formoso torrão do Minho redentíssimo", estando "completamente estranho às lutas e dissensões políticas", não as comentando, apreciando ou discutindo e intentando manter a sua independência baseada na "consciência e probidade"[67].

Mantendo a tradição de publicações diárias na capital do reino, foi publicado o *Correio Nacional*, editado entre 1º de fevereiro de 1893 e 3 de fevereiro de 1906[68]. Era predominantemente noticioso, com forte influência da religião católica. Dizia que o seu plano era "de uma simplicidade transparente", tendo "a firmeza de uma convicção profunda, e a sinceridade de uma boa fé

---

[65] JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 2 jun. 1888. A. 1. N. 1. p. 1.
[66] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 274.
[67] A SEMANA. Ponte de Lima, 14 abr. 1892. A. 1. N. 1. p. 1.
[68] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 214.

extrema". Pregava que a indisciplina e a rebelião deveriam ser sobrepujadas pelo "princípio da autoridade", calcado no "sentimento religioso". Afirmava que a sua doutrina teria por bases "a autoridade, a justiça, a lei, a paz, a verdade, como emanações puríssimas de Deus", sustentando abertamente ser um "jornal religioso"[69].

Em Braga foi editado, de 5 de março de 1894 a 19 de abril de 1896[70], *O Combate* que se identificava como "seminário independente". De caráter regional, a folha justificava o sentido de seu empenho combativo, explicando que saía "à luz não para sustentar estandarte de qualquer partido, mas para defender os legítimos interesses e as aspirações" daquela "cidade primaz", de modo que aproveitaria "o tempo e o espaço" que os outros jornais preocupavam-se "com uma política facciosa", para promover "o estudo e a discussão das causas" que mais interessavam "ao desenvolvimento e progresso do município". Dessa forma, confirmava que seu intento era o de ser "imparcial em política", mantendo "a dignidade profissional", e respeitando "a opinião pública", a qual seria o "lema das suas discussões". Com base em tal proposta, insistia que era "alheio a toda e qualquer política", por considerar que "a má orientação da imprensa facciosa" enfraquecia "a ordem social e a disciplina partidária", bem como concorria "poderosamente para a pouca consideração que o país" dispensava àquela "importante cidade". Assim, manifestava orgulho por

[69] CORREIO NACIONAL. Lisboa, 1º fev. 1893. A. 1. N. 1. p. 1
[70] RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 170.

manter-se defendendo, com as forças que lhe eram "peculiares, os interesses da terra" que lhe servira de berço, pretendendo seguir a trilhar tal caminho[71].

Na capital portuguesa circulou uma outra folha ilustrada, denominada *Mala da Europa*, uma revista quinzenal que durou de 13 de agosto de 1894 a 31 de outubro de 1916[72]. Tal qual inspirava o seu título, pretendia ser uma folha "de viagem", voltada também às populações lusitanas que habitavam fora do reino, trazendo como um dos atrativos a inclusão em suas páginas de gravuras referentes a paisagens, pessoas e acontecimentos. Nesse sentido, declarava que buscaria estimular as "relações entre a metrópole e a gente patriótica, laboriosa, intemerata", moradora na Ásia, na África, na América e na Oceania. Buscaria ser o "noticiador sincero, alvitrador consciencioso, servidor atento, encarregado zeloso, interlocutor bem criado e ameno"[73].

Impressa no âmbito açoriano, a folha semanal *A Terceira* foi editada na ilha Terceira, em Angra do Heroísmo, entre 8 de janeiro de 1859 e 22 de dezembro de 1905[74], que se intitulava "folha política, agrícola, comercial e noticiosa". Definia que seu intento seria o de "defender e sustentar os verdadeiros interesses econômicos" da ilha e do distrito, bem como "tomar parte geralmente nas questões" agitadas pela imprensa, que tivessem "relação com o bem estar dos povos, e com a melhor organização política ou financeira do país".

---

[71] O COMBATE. Braga, 25 mar. 1894. A. 1. N. 1. p. 1.; e 29 mar. 1895. A. 2. N. 54. p. 1.
[72] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 83-84.
[73] MALA DA EUROPA. Lisboa, 13 ago. 1894. A. 1. N. 1. p. 1.
[74] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 297.

No que tange à política, se propunha a defender o que considerasse "bom e condenando ao mesmo tempo tudo o que não se encaminhasse ao bem público". Garantia que respeitaria "as opiniões contrárias, as leis da cortesia e da urbanidade, banindo de suas colunas tudo quanto" fossem "provocações ou injúrias impróprias do jornalismo". Dizia estar "sempre pronta às questões no campo dos princípios", abandonando a discussão das personalidades, que só trazia "males à sociedade", desmoralizando e desvirtuando a imprensa, ao não considerá-la "como um dos primeiros elementos da civilização, quando bem dirigida e encaminhada"[75].

Em Lisboa foi editado um dos mais relevantes jornais antimonárquicos lusos, *O Século*, fundado como órgão do partido republicano e vindo a constituir um dos mais importantes periódicos da história da imprensa portuguesa, dedicando suas páginas também à ampla difusão de informações, à divulgação de folhetins e à inovação dos números ilustrados de domingo, em edições especiais de oito páginas, além de ampliar constantemente suas tiragens. A expressão de suas convicções republicanas levaria por vezes a uma vigilância próxima, ou mesmo a atitudes coercitivas de segmentos governamentais. À virada do século, o periódico figurava como um dos jornais de maior prestígio no contexto lusitano[76] e sua longeva circulação se estenderia de 4 de janeiro de 1881 a novembro de 1983[77]. Teve o sucesso como uma de suas características, pois "a

[75] A TERCEIRA. Angra do Heroísmo, 8 jan. 1859. A. 1. N. 1. p. 1.
[76] TENGARRINHA, 1989. p. 234, 237, 255 e 258-259.; e TENGARRINHA, 2006. p. 224 e 225.
[77] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 271.

aura do acolhimento público bafejou-o logo ao nascer, para o que muito contribuiu o estado de efervescência em que se encontravam os ânimos" e "os sucessos políticos que se desenrolaram"[78]. Em seu "número-programa", lançado ao país, em 1880, que foi profusamente distribuído, tendo provocado grande interesse[79], o jornal fazia sua apresentação fortemente vinculada à sua natureza político-partidária. Afirmava o periódico que os partidos monárquicos estavam "vivendo uma vida emprestada, sem elevação moral, sem dignidade e sem caráter", num quadro em que, a essa "imensa reação conservadora de hipocrisia, de falsidade e de mentira", convinha "opor uma grande e uma sólida ação democrática de verdade, de justiça e de sinceridade", de modo que para isso teria sido fundado *O Século*, ou seja, "para ser justo, verdadeiro e independente". Segundo a concepção da folha republicana, a sociedade portuguesa, "no jogo desconjuntado das suas instituições representativas e das corporações viciadas", tenderia "fatalmente a dissolver-se por uma completa ausência de convicções sérias e por uma absoluta escassez de educação científica e profissional". Visava a propugnar por "transformações amplas e radicais no organismo político nacional" e pela "moralidade nos homens e o senso comum e justiça nos governos"[80].

---

[78] BESSA, Alberto. *O jornalismo: esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias*. Lisboa: Liv. Ed. Viúva Tavares Cardoso, 1904. p. 255.
[79] LEMOS. 2006. p. 555.
[80] O SÉCULO. Lisboa, dez. 1880. N. programa. p. 1.

Um diário e editado em Lisboa foi o *Novidades* publicado de 7 de janeiro de 1885 a 30 de setembro de 1964[81] e que ocuparia um dos primeiros lugares entre os periódicos de sua época[82]. Era um vespertino monárquico[83], que, em seu número de estreia, trazia uma breve "Apresentação", na qual dizia chegar ao público sem um programa, uma vez que o mesmo pressupunha "um ideal definido", o que, naquele momento, não o possuía a sociedade portuguesa. Nessa linha, explicava que todos que lidavam naquele "marulhar de águas turvas e revoltas", chamado política, navegavam "um pouco à mercê dos ventos encontrados, em demanda de ignotas plagas", sem saber "que perigos e que tempestades" esperavam por "detrás dos cerrados horizontes", num quadro pelo qual todos iam em direção ao desconhecido. Segundo a folha, ao não fazer programa, trabalharia para "ter uma história", o que seria "a ambição legítima de todos os homens de boa vontade e coração limpo", como os que se juntaram para formar aquela empresa jornalística. Em síntese, afirmava que, se pudesse ter um programa, o tiraria do seu próprio título, como sinônimo de "coisas novas ou de vida nova"[84].

Lousã, no distrito de Coimbra, região litorânea da Beira, contou com o *Jornal da Lousã* editado de 1º de maio de 1885 a 11 de dezembro de 1898[85] e que chegou a ostentar no seu cabeçalho o dístico "semanário independente".

---

[81] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 130.
[82] TENGARRINHA, 1989. p. 220.
[83] LEMOS, 2006. p. 467.
[84] NOVIDADES. Lisboa, 7 jan. 1885. A. 1. N. 1. p. 1.
[85] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 21.

Levando em conta os intentos do jornalismo regional, o periódico se dizia "sinceramente devotado aos interesses" da sua "localidade e seu concelho", buscando combater "tenazmente pelo seu progresso e desenvolvimento". No que tange à política, declarava ser "inteiramente livre nas suas opiniões, não recebendo o santo e a senha de nenhum corrilho político", diante do que "o aplauso da opinião pública" vinha lhe fazendo "sempre justiça". Garantia que prosseguiria em tal caminho, "de cabeça erguida, combatendo pelo progresso" da sua "terra, tão esquecida" daqueles que teriam "o dever de velar pelos seus interesses"[86].

Primeiramente em Albergaria-a-Velha, para depois mudar sua sede para Águeda, foi publicado, entre 4 de outubro de 1891 e 12 de abril de 1896[87] *O Timbre*. O jornal se apresentava como "semanário independente" e, posteriormente acrescentaria a palavra "noticioso" ao dístico. No programa, afirmava que intentaria abster-se das lutas políticas, as quais "em terras pequenas" produziam "azedumes e irritações temerosas". Dizia ainda que faria todo o possível para "aplacar as demasias" de quem quer que fosse, e "para estabelecer a harmonia, procurando fazer justiça a todos e advogando os interesses locais", uma vez que aquela "terra merecia ter na defensa dos seus direitos e das suas conveniências", um periódico que olhasse pelo seu bem-estar[88]. Ao mudar de local, a folha justificava que manteria o "caráter inteiramente independente,

[86] JORNAL DA LOUSÃ. Lousã, 6 maio 1893. A. 9. N. 413. p. 1.
[87] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 299-300.
[88] O TIMBRE. Albergaria-a-Velha, 4 out. 1891. A. 1. N. 1. p. 1.

nunca adstrita a partidos, subordinada apenas ao bem da causa pública", mas passaria a ser editada em Águeda, tendo em vista "o procedimento incorreto" de uma autoridade pública em Albergaria. Ainda assim, enfatizava que continuaria a pugnar pela prosperidade daquele concelho, mas, "em especial" iria se "dedicar a procurar o engrandecimento do concelho de Águeda"[89].

Uma publicação lusitana voltada à divulgação de natureza cultural, artística e literária foi editada no contexto portuense, em período que se restringiu à aproximadamente um semestre, entre dezembro de 1894 e maio de 1895[90], foi a *Revista Portuguesa*. Era uma publicação mensal, voltada à difusão de trabalhos dos "homens de letras" da época, ou seja, representantes da intelectualidade nacional, regional e local, que, em prosa e verso, davam publicidade a seus escritos.

Póvoa do Varzim contou com *A Independência*, uma folha essencialmente informativa e localista que tinha por dísticos "liberdade e justiça - instrução e progresso". Era um semanário que circulou entre 29 de dezembro de 1881 e 22 de dezembro de 1895[91], que se considerava "perfeitamente independente, em tudo e por tudo", e isso seria notado pelos leitores. Tal independência seria constatada pelo fato que, nas suas páginas teriam "sido publicados os retratos de homens de todos os partidos quando pelos seus méritos" se tornavam dignos disso. Declarava ainda que tinha um ideal voltado

[89] O TIMBRE. Águeda, 6 mar. 1892. A. 1. N. 23. p. 1.
[90] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 257.
[91] RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 1.

a "pugnar pelo bem e pelo engrandecimento da vila e concelho, mostrando o progresso e aconselhando a ordem". Ponderava que nada era "mais bonito na sociedade do que cada um, na sua posição social, cumprindo o seu dever honradamente e nobremente", de maneira que permaneceria "de lança em riste para trabalhar" por aquela "nobre e importante povoação"[92].

Em Estremoz, localidade lusitana no distrito de Évora, região do Alentejo, foi criado *O Jornal de Estremoz*, que teve significativa longevidade, tendo circulado no período de 26 de março de 1887 até 22 de junho de 1922[93]. Em seu cabeçalho, ostentava o dístico "semanário político, literário e noticioso". De acordo com tal enunciado, intentou adotar uma prática editorial mais voltada à informação e de valorização e defesa dos interesses alentejanos e estremocenses.

Quanto ao reatamento diplomático luso-brasileiro, um dos tópicos presentes na argumentação dos periódicos que privilegiaram a exaltação do final do conflito esteve ligado ao intento de demonstrar a imparcialidade, afirmando firmemente que já não era mais o momento para serem discutidas as razões dos desentendimentos, nem de continuar a imputação de culpas e nem mesmo de promover debates quanto às formas pelas quais se tinham dado as negociações. Em síntese, para tais folhas, muito mais relevante que qualquer uma dessas discussões, era o reatamento propriamente dito. Dessa maneira, se manifestou *O Comércio do Porto* que, ao noticiar que estava "resolvido o conflito

---

[92] A INDEPENDÊNCIA. Póvoa do Varzim, 1º jan. 1894. A. 13. N. 599. p. 1.
[93] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 30.

diplomático entre Portugal e o Brasil", dizia não ser importar com "os termos em que se chegou a essa solução", pois, naquele "momento, tão somente" lhe cumpriria "saudar o desaparecimento de nuvens, de passageiros nimbos, no firmamento das duas nações irmãs". Segundo o jornal, era "certo que nem litígios diplomáticos, nem conflitos de direito seriam capazes de romper essa profunda e íntima aliança, que desde séculos" unia ambos os países[94].

Tal enfoque era também levado em frente pelo *Diário de Notícias* que, além de aplaudir o reatamento, confirmava que não era hora para debates sobre culpabilidades e chegava a dizer que o conflito tivera um lado positivo – o de fortalecer os laços entre as duas nações:

> O alvoroço com que foi recebida, no Velho e no Novo Mundo, a notícia de se terem reatado as relações diplomáticas entre Portugal e Brasil é a prova evidentíssima de quanto os dois povos estão unidos pelos laços indissolúveis da mais sincera e fraternal simpatia. O fato é tão natural, que só o contrário é que poderia ser estranhado. (...)
>
> A reconciliação fez-se incondicional e os dois povos nem têm sequer de passar o traço do esquecimento sobre o período da ruptura, porque, se as relações oficiais tiveram o seu interregno, as relações de confraternidade não sofreram a menor quebra. (...)
>
> Devemos até estimar que se tivesse dado semelhante fato, porque foi ele a verdadeira pedra de toque por onde se afinou e confirmou a solidariedade de sentimentos que prendem Portugal e Brasil. (...)
>
> É cedo ainda para julgar com toda a imparcialidade das causas que produziram a ruptura diplomática, que tanto alvoroçou e que tanto entristeceu o coração do povo português, que, graças a Deus, ainda não perdeu, no meio de tantos

[94] O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 16 mar. 1895. A. 42. N. 64. p. 1.

> desastres, a consciência do seu brio e da sua generosidade. A história um dia dirá da sua justiça, mais por curiosidade que por qualquer outro motivo, e então se distribuíra equitativamente o prêmio e o castigo. Por agora seria uma imprudência e uma ociosidade estar a relembrar fatos que todos esqueceram, que não há precisão nenhuma de avivar. Se alguém se sentiu ofendido, tomou a ofensa meramente como equívoco, ninguém também terá de perdoar qualquer agravo que de parte a parte se tivesse cometido. A reconciliação fez-se incondicional e os dois povos nem têm sequer de passar o traço do esquecimento sobre o período da ruptura, porque se as relações oficiais tiveram o seu interregno, as relações de confraternidade não sofreram a menor quebra.[95]

O *Diário de Notícias* viria ainda a ratificar tais posições, argumentando que havia "males" que vinham "por bem e este ditado" poderia ser aplicado "excelentemente à ruptura das relações diplomáticas entre Portugal e Brasil", que só teria servido "para tornar mais firmes os elos da amizade" que uniam "os dois povos irmãos". O periódico reiterava também a necessidade de isenção e esquecimento de mágoas diante daqueles eventos, enfatizando que houvera "um momento de perturbação, mas, dissipado o equívoco", verificara-se "de parte a parte que seria loucura, senão um crime, manter um estado de coisas, que só na paixão momentânea poderia ter razão de existência". Nesse sentido, o jornal afirmava que não valia "a pena estar a fazer considerações retrospectivas, quando na consciência de todos" permanecia "o convencimento de que não era possível quebrar-se, por um motivo tão fútil, a solidariedade fraterna" existente "entre Portugal e Brasil", ainda mais porque "as quebras das relações

[95] DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 23 mar. 1895. A. 31. N. 10.507. p. 1.

diplomáticas, reatadas" a partir de então, não teriam significado "nunca, um rompimento entre as duas famílias, tão intimamente enlaçadas"[96].

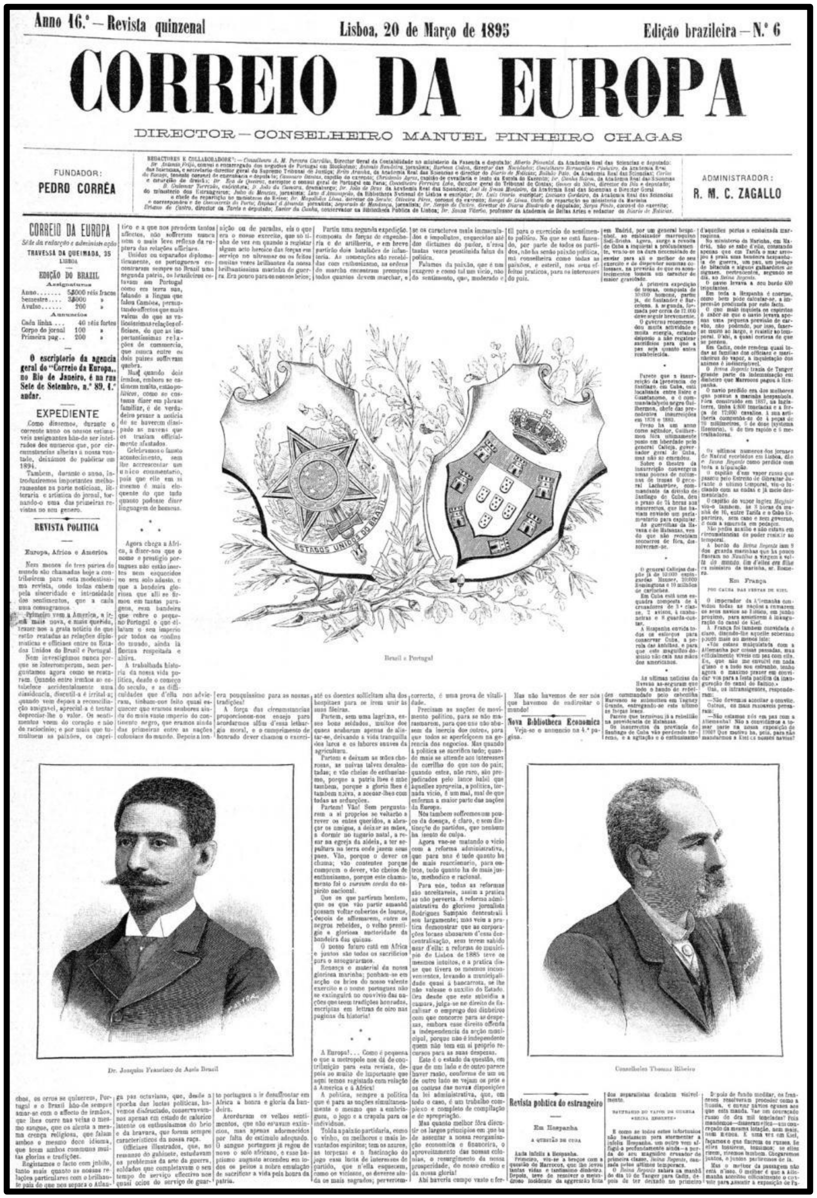
Com caráter festivo e confirmando a perspectiva de que não era mais tempo para verificação de responsabilidades, assunto que deveria ser evitado, o *Correio da Europa* se comprazia em trazer "a grata notícia" de que estavam "reatadas as relações diplomáticas e oficiais entre os Estados Unidos do Brasil e Portugal". O periódico dizia que não investigaria "nunca porque se interromperam", nem perguntaria "como se reataram", uma vez que, "quando entre irmãos" se estabelecia "acidentalmente uma dissidência, discuti-la" equivalia a "irritá-la e apreciá-la" seria "tentar depreciar o valor", ainda mais quando vinha "depois a reconciliação amigável". Alegava que "os sentimentos" advinham "do coração e não do raciocínio" e por mais que tivessem sido tumultuadas "as paixões, os caprichos e os erros", Portugal e Brasil haveriam "de sempre amar-se com o afeto de irmãos", pois lhes corria "nas veias o mesmo sangue", os alentava "a mesma crença religiosa", eles falavam "ambos o mesmo doce idioma" e tinham "comuns muitas glórias e tradições"[97].

Este mesmo jornal fazia ainda questão de afirmar que registrava "o fato com júbilo, tanto mais que as relações particulares com o brilhante país" separado pelo Atlântico, ao qual os lusos eram ligados por "tantos afetos, não sofreram nunca nem o mais leve reflexo da ruptura das relações oficiais", de modo que, "unidos ou separados diplomaticamente, os portugueses

[96] DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 6 maio 1895. A. 31. N. 10.550. p. 1.
[97] CORREIO DA EUROPA. Lisboa, 20 mar. 1895. A. 16. N. 6. p. 1.

encontraram sempre no Brasil uma segunda pátria" e "os brasileiros estavam em Portugal como em terra sua, falando a língua que falou Camões e permutando afetos", em um quadro pelo qual, muito mais importantes do que "as valiosíssimas relações oficiais", eram as "relações de comércio, que nunca entre os dois países sofreram quebra". O periódico enfatizava ainda que, "quando dois irmãos", embora se estimassem muito, estavam "políticos, como se costumava dizer em frase familiar", constituía um "verdadeiro prazer a notícia de se haverem dissipado as nuvens que os traziam oficialmente afastados" e, diante disso, propunha que todos celebrassem aquele "fausto acontecimento, sem lhe acrescentar um único comentário, pois que ele em si mesmo" já seria "mais eloquente do que tudo quanto pudesse dizer a linguagem de homens". Para ilustrar tais boas novas, a folha estampava em sua primeira página, representando o reatamento, os brasões de armas português e brasileiro e os retratos dos dois representantes diplomáticos dos países recém-reconciliados, Assis Brasil e Tomás Ribeiro[98].

[98] CORREIO DA EUROPA. Lisboa, 20 mar. 1895. A. 16. N. 6. p. 1.



Anno 16.° — Revista quinzenal | Lisboa, 20 de Março de 1895 | Edição brazileira — N.° 6

CORREIO DA EUROPA

DIRECTOR — CONSELHEIRO MANUEL PINHEIRO CHAGAS

FUNDADOR: PEDRO CORRÊA

ADMINISTRADOR: R. M. C. ZAGALLO

CORREIO DA EUROPA

Séde da redacção e administração

TRAVESSA DA QUEIMADA, 35

LISBOA

EDIÇÃO DO BRAZIL

Assignaturas

Anno....... 5$000 réis fracos
Semestre.... 3$000 »
Avulso...... 200 »

Annuncios

Cada linha ... 40 réis fortes
Corpo do jornal 100 »
Primeira pag.. 200 »

O escriptorio da agencia geral do "Correio da Europa" no Rio de Janeiro, é na rua Sete de Setembro, n.° 89, 1.° andar.

EXPEDIENTE

Como dissemos, durante o corrente anno os nossos estimaveis assignantes hão-de ser inteirados dos numeros que, por circumstancias alheias á nossa vontade, deixámos de publicar em 1894.

Tambem, durante o anno, introduziremos importantes melhoramentos na parte noticiosa, litteraria e artistica do jornal, tornando-o uma das primeiras revistas no seu genero.

REVISTA POLITICA

Europa, Africa e America

Nem menos de tres partes do mundo são chamadas hoje a contribuirem para esta modestissima revista, onde todas cabem pela sinceridade e intensidade dos sentimentos, que a cada uma consagramos.

Primeiro vem a America, a irmã mais nova, e mais querida, trazer-nos a grata noticia de que estão reatadas as relações diplomaticas e officiaes entre os Estados Unidos do Brazil e Portugal.

Nem investigâmos nunca porque se interromperam, nem perguntamos agora como se reataram. Quando entre irmãos se estabelece accidentalmente uma dissidencia, discutil-a é irrital-a; quando vem depois a reconciliação amigavel, aprecial-a é tentar depreciar-lhe o valor. Os sentimentos veem do coração e não do raciocinio; e por mais que tumultuem as paixões, os caprichos, os erros se quizerem, Portugal e o Brazil hão-de sempre amar-se com o affecto de irmãos, que lhes corre nas veias o mesmo sangue, que os alenta a mesma crença religiosa, que falam ambos o mesmo doce idioma, que teem ambos communs muitas glorias e tradições.

Registamos o facto com jubilo, tanto mais quanto as nossas relações particulares com o brilhante paiz de que nos separa o Atlantico e a que nos prendem tantos affectos, não soffreram nunca nem o mais leve reflexo da ruptura das relações officiaes.

Unidos ou separados diplomaticamente, os portuguezes encontraram sempre no Brazil uma segunda patria, os brazileiros estavam em Portugal como em terra sua, falando a lingua que falou Camões, permutando affectos que mais valem do que as valiosissimas relações officiaes, do que as importantissimas relações de commercio, que nunca entre os dois paizes soffreram quebra.

Mas quando dois irmãos, embora se estimem muito, estão *politicos*, como se costuma dizer em phrase familiar, é de verdadeiro prazer a noticia de se haverem dissipado as nuvens que os traziam officialmente afastados.

Celebrámos o fausto acontecimento, sem lhe accrescentar um unico commentario, pois que elle em si mesmo é mais eloquente do que tudo quanto podesse dizer linguagem de homens.

* * *

Agora chega a Africa, a dizer-nos que o nome e prestigio portuguez não estão inertes nem esquecidos no seu solo adusto, e que a bandeira gloriosa que alli se firmou em tantas paragens, essa bandeira que cobre o pequeno Portugal e que dilatam o seu imperio por todos os confins do mundo, ainda lá fluctua respeitada e altiva.

A trabalhada historia da nossa vida politica, desde o começo do seculo, e as difficuldades que d'ella nos advieram, tinham-nos feito quasi esquecer que eramos senhores ainda do mais vasto imperio do continente negro, que eramos ainda das primeiras entre as nações coloniaes do mundo. Depois a longa paz octaviana, que, desde a epocha das luctas politicas, havemos disfructado, conservavam-nos apenas em estado de calorico latente os enthusiasmos do brio e da bravura, que foram sempre caracteristicos da nossa raça.

Officiaes illustrados, que, no remanso do gabinete, estudavam os problemas da arte da guerra, soldados que completavam o seu tempo de serviço effectivo nos quasi ocios do serviço de guarnição ou de paradas, eis o que era o nosso exercito, que só tinha de vez em quando a registar algum acto heroico das forças em serviço no ultramar ou os feitos muitas vezes brilhantes da nossa brilhantissima marinha de guerra. Era pouco para os nossos brios; era pouquissimo para as nossas tradições!

A força das circumstancias proporcionou-nos ensejo para acordarmos além d'essa lethargia moral, e o cumprimento de honrado dever chamou o exercito portuguez a ir desaffrontar em Africa a honra e gloria da bandeira.

Acordaram os velhos sentimentos, que não estavam extinctos, mas apenas adormecidos por falta de estimulo adequado. O sangue portuguez já regou de novo o solo africano, e esse baptismo augusto accendeu em todos os peitos a nobre emulação de sacrificar a vida pela honra da patria.

Partiu uma segunda expedição, composta de forças de engenheria e de artilheria, e em breve partirão dois batalhões de infanteria. As nomeações são recebidas com enthusiasmo, as ordens de marcha encontram promptos todos quantos devem marchar, e até os doentes sollicitam alta dos hospitaes para se irem unir ás suas fileiras.

Partem, sem uma lagrima, esses bons soldados, muitos dos quaes acabaram apenas de alistar-se, deixando a vida tranquilla dos lares e os labores suaves da agricultura.

Partem e deixam as mães chorosas, as noivas talvez desalentadas; e vão cheios de enthusiasmo, porque a patria lhes é mãe tambem, porque a gloria lhes é tambem noiva, a acenar-lhes com todas as seducções.

Partem! Vão! Sem perguntarem a si proprios se voltarão a rever os entes queridos, a abraçar os amigos, a deixar as mães, a dormir no tugurio natal, a rezar na egreja da aldeia, a ter sepultura na terra onde jazem seus paes. Vão, porque o dever os chama; vão contentes porque cumprem o dever, vão cheios de enthusiasmo, porque este chamamento foi o *sursum corda* do espirito nacional.

Que os que partiram hontem, que os que vão partir amanhã possam voltar cobertos de louros, depois de affirmarem, entre os negros rebeldes, o velho prestigio e gloriosa auctoridade da bandeira das quinas.

O nosso futuro está em Africa e justos são todos os sacrificios para o assegurarmos.

Renasça o material da nossa gloriosa marinha; ponham-se em acção os brios do nosso valente exercito e o nome portuguez não se extinguirá no convivio das nações que teem tradições honradas, escriptas em lettras de oiro nas paginas da historia!

* * *

A Europa!... Como é pequena o que a metropole nos dá de contribuição para esta revista, depois do muito de importante que aqui temos registado com relação á America e á Africa!

A politica, sempre a politica que é para as nações simultaneamente o mesmo que a embriaguez, o jogo e a crapula para os individuos.

Tolda a paixão partidaria, como o vinho, os melhores e mais levantados espiritos; tem os azares, as torpezas e a fascinação do jogo essa lucta de interesses de partido, que n'ella esquecem, como os viciosos, os deveres ainda os mais sagrados; pervertem-se os caracteres mais immaculados e impolutos, esquecidos até dos dictames do pudor, n'essa tantas vezes prostituida falsa da politica.

Falamos da paixão, que é um exagero e como tal um vicio, não do sentimento, que, moderado e util para o exercicio do sentimento politico. No que se está fazendo, por parte de todos os partidos, não ha senão paixão politica, má conselheira como todas as paixões, e esteril, nos seus effeitos praticos, para os interesses do paiz.

Brazil e Portugal

Dr. Joaquim Francisco de Assis Brazil

Conselheiro Thomaz Ribeiro

... correcto, é uma prova de vitalidade.

Precisam as nações de movimento politico, para se não marasmarem, para que uns não abusem da inercia dos outros, para que todos se aperfeiçoem na gerencia dos negocios. Mas quando á politica se sacrifica tudo; quando mais se attende aos interesses de corrilho do que aos do paiz; quando estes, não raro, são prejudicados pelo lance habil que aquelles aproveita, a politica, tornada vicio, é um mal, mal de que enferma a maior parte das nações da Europa.

Nós tambem soffremos um pouco da doença, é claro, e sem distincção de partidos, que nenhum ha isento de culpa.

Agora vae-se matando o vicio com a reforma administrativa, que para uns é tudo quanto ha de mais reaccionario, para outros, tudo quanto ha de mais justo, methodico e racional.

Para nós, todas as reformas são acceitaveis, assim a pratica as não perverta. A reforma administrativa do glorioso jornalista Rodrigues Sampaio descentralisou largamente; mas veiu a pratica demonstrar que as corporações locaes abusaram d'essa descentralisação, sem terem sabido usar d'ella: a reforma do municipio de Lisboa de 1885 teve os mesmos intuitos, e a pratica disse que tivera os mesmos inconvenientes, levando a municipalidade quasi á bancarrota, se lhe não valesse o auxilio do Estado. Ora desde que este subsidia a camara, julga-se no direito de fiscalisar o emprego dos dinheiros com que concorre para as despezas, embora esse direito offenda a independencia da acção municipal, porque não é independente quem não tem em si proprio recursos para as suas despezas.

Este é o estado da questão, em que de um lado e de outro parece haver razão, conforme de um ou de outro lado se vejam os prós e os contras das novas disposições da lei administrativa, que, em todo o caso, é um trabalho complexo e completo de compilação e de apropriação.

Mas quanto melhor fôra discutir os largos principios em que ha de assentar a nossa reorganisação economica e financeira, o aproveitamento das nossas colonias, o resurgimento da nossa prosperidade, do nosso credito e da nossa gloria!

Ahi haveria campo vasto e for-...

Mas não havemos de ser nós que havemos de endireitar o mundo!

Nova Bibliotheca Economica

Veja-se o annuncio na 4.ª pagina.

Revista politica do estrangeiro

Em Hespanha

A QUESTÃO DE CUBA

Ande infeliz a Hespanha.

Primeiro, viu-se a braços com a questão de Marrocos, que lhe levou tantas vidas e tantissimo dinheiro. Depois, teve de resolver o melindroso incidente da aggressão feita em Madrid, por um general hespanhol, ao embaixador marroquino Sidi-Brisha. Agora, surge a revolta de Cuba a inquietal-a profundamente, vendo-se na dura necessidade de enviar para alli o melhor do seu exercito e de dispender sommas colossaes, na previsão de que os acontecimentos tomem um caracter de maior gravidade.

A primeira expedição de tropas, composta de 10:000 homens, partiu já, de Santander e Barcelona. A segunda, formada por cerca de 12:000 deve seguir brevemente.

O governo recommendou muita actividade e muita energia, estando disposto a não regatear sacrificios para que a paz seja quanto antes restabelecida.

*

Parece que a insurreição da provincia de Santiago, em Cuba, está localisada entre Baire e Guantanomo, e é commandada pelo negro Guilhermon, chefe das precedentes insurreições em 1878 e 1880.

Preso ha um anno como agitador, Guilhermon fôra ultimamente posto em liberdade pelo general Callejas, governador geral de Cuba, mas não se emendou.

Sobre o theatro da insurreição convergem umas poucas de columnas de tropas. O general Lachambre, commandante da divisão de Santiago de Cuba, deu o prazo de 24 horas aos insurrectos, que lhe haviam enviado um parlamentario para capitular.

As guerrilhas da Havana e de Matanzas, vendo que não recebiam soccorros de fóra, dissolveram-se.

*

O general Callejas dispõe já de 10:000 espingardas Mauser, 20:000 Remingtons e 10 milhões de cartuchos.

Em Cuba está uma esquadra composta de 4 cruzadores de 3.ª classe, 2 avisos, 4 canhoneiras e 8 guarda-costas.

A Hespanha convida todos os esforços para conservar Cuba, a perola das Antilhas, e para que este magnifico dominio não caia nas mãos dos americanos.

*

As ultimas noticias da Havana asseguram que todo o bando de rebeldes commandado pelo cabecilha Marresco se submetteu em Yagney Grande, entregando-se este ultimo ás forças leaes.

Parece que terminou já a rebellião na provincia de Matanzas.

Os insurrectos da provincia de Santiago de Cuba vão perdendo terreno, e a agitação e o enthusiasmo dos separatistas decahem visivelmente.

NAUFRAGIO DO VAPOR DE GUERRA «REINA REGENTE»

E como se todos estes infortunios não bastassem para atormentar a infeliz Hespanha, um outro vem affligil-a profundamente ainda — a perda do seu magnifico cruzador de primeira classe, *Reina Regente*, cansada pelos ultimos temporaes.

O *Reina Regente* sahira na manhã do dia 10 de Tanger para Cadiz, depois de ter deixado no primeiro d'aquelles portos a embaixada marroquina.

No ministerio da Marinha, em Madrid, não se sabe d'elle, constando apenas que em Tarifa o mar arrojou á praia uma bandeira hespanhola de guerra, um pau, um pedaço de bitacula e alguns galhardetes de signaes, pertencentes, segundo se diz, ao *Reina Regente*.

O navio levava a seu bordo 400 tripulantes.

Em toda a Hespanha é enorme, como bem pode calcular-se, a impressão produzida por este facto.

O que mais inquieta os espiritos é saber-se que o navio levava apenas uma pequena provisão de carvão, não podendo, por isso, fazer-se muito ao largo, e resistir ao temporal. D'ahi, a quasi certeza de que se perdeu.

Em Cadiz, onde residem quasi todas as familias dos officiaes e marinheiros do vapor, a inquietação dos animos é indescriptivel.

O *Reina Regente* trazia de Tanger grande parte da indemnisação em dinheiro que Marrocos pagou á Hespanha.

O navio perdido era dos melhores que possue a marinha hespanhola. Fôra construido em 1887, na Inglaterra, tinha 4:800 toneladas e a força de 12:000 cavallos. A sua artilheria compunha-se de 4 peças de 20 millimetros, 6 de dose (systema Hontoria), 6 de tiro rapido e 6 metralhadoras.

*

Os ultimos numeros dos jornaes de Madrid recebidos em Lisboa, dão o *Reina Regente* como perdido com toda a tripulação.

O capitão d'um vapor russo que passou pelo Estreito de Gibraltar durante o ultimo temporal, viu-o luctando com as ondas e já meio desmantelado.

O capitão do vapor inglez *Mazinir* viu-o tambem, ás 3 horas da manhã de 10, entre Tarifa e o Cabo Espartel, sem cano e sem governo, e com a amurada em pedaços.

Não pedia auxilio e não estava em circumstancias de poder resistir ao temporal.

A bordo do *Reina Regente* iam 9 dos guarda marinhas que ha pouco fizeram no *Nautilus* a viagem á volta do mundo. Um d'elles era filho do ministro da marinha, sr. Romero.

Em França

POR CAUSA DAS FESTAS DE KIEL

O imperador da Allemanha convidou todas as nações a enviarem os seus navios ao Baltico, em junho proximo, para assistirem á inauguração do canal de Kiel.

A França foi tambem convidada é claro, dizendo-lhe aquelle soberano pouco mais ou menos isto:

«Vós estaes malquistada com a Allemanha por coisas passadas, mas officialmente viveis em paz com ella. Eu, que não me envolvi em nada d'isso e a tudo sou estranho, tenho agora o maximo prazer em convidar-vos para a festa pacifica da inauguração do canal do Baltico.»

Uns, os intransigentes, responderam:

— Não devemos acceitar o convite.

Outros, os mais rasoaveis pensaram:

— Não estamos nós em paz com a Allemanha? Não a convidámos a tomar parte na nossa exposição de 1900? Que motivo ha, pois, para não mandarmos a Kiel os nossos navios?

Depois de fundo meditar, os francezes resolveram proceder como a Russia, e enviar navios eguaes aos que esta manda. Vae um couraçado russo de dez mil toneladas? Pois mandemos — disseram elles — um couraçado da mesma lotação, nem mais, nem menos. E uma vez em Kiel, façamos o que fizerem os russos. Se elles tossirem, tossimos; se elles rirem, riremos tambem. Chegaremos juntos, e juntos partiremos de lá.

Mas o melhor da passagem não está n'isso. O melhor é que a Allemanha acceitou officialmente o convite para assistir á exposição de Pa-

Na mesma linha, ressaltando que já não mais importava o que se passara, sendo relevante apenas o reatamento, *O Ocidente* resumia a notícia em "um ministro que partiu e outro ministro que chegou", referindo-se a Tomás Ribeiro e Assis Brasil, cujos retratos também ilustravam a primeira página da publicação e sintetizavam os "dois importantes acontecimentos políticos dos últimos dias". Desse modo, narrava que um deles estava "em caminho do Rio de Janeiro" e o outro vinha para Lisboa, de modo que "esta partida e esta chegada" representavam para "os portugueses um acontecimento de alto valor político e comercial", pois que se tratava "nem mais nem menos do que o reatamento das relações com os Estados Unidos do Brasil". O periódico declarava que Portugal e Brasil eram "países cujas mútuas relações" se mostravam "cada vez mais estreitas", se fundando tal perspectiva na premissa de que eles eram "mais do que duas nações irmãs", ultrapassando tal natureza, consistindo-se em "mãe e filha". Justificava tal asserção, ao constatar que o Brasil, ainda que estivesse "emancipado" havia "três quartos de século, a mãe" que lhe dispensara "durante trezentos e vinte e anos cuidados múltiplos", só poderia "ver com a maior alegria e com a mais encendrada felicidade, a comunhão comum que a harmonia das relações" estabelecera[99].

[99] O OCIDENTE. Lisboa, 15 maio 1895. A. 187. N. 590. p. 1-2.

OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Preços da assignatura	Anno — 36 n.os	Semest. — 18 n.os	Trim. — 9 n.os	N.º á entrega
Portugal (franco de porte, m. forte)	3$800	1$900	$950	$120
Possessões ultramarinas (idem).....	4$000	2$000	—$—	—$—
Extrang. (união geral dos correios)	5$000	2$500	—$—	—$—

18.º Anno — XVIII Volume — N.º 590

15 DE MAIO DE 1895

Redacção — Atelier de gravura — Administração

Lisboa, L. do Poço Novo, entrada pela T. do Convento, de Jesus, 4

Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe, e dirigidos á administração da Empreza do OCCIDENTE, sem o que não serão attendidos. — Editor responsavel Caetano Alberto da Silva.

CHRONICA OCCIDENTAL

Um ministro que partiu e outro ministro que chegou. Eis dois importantes acontecimentos politicos, dos ultimos dias. Esses dois ministros são — o conselheiro Thomaz Ribeiro que vae em caminho do Rio de Janeiro e o sr. Assis Brazil que chegou a Lisboa. Esta partida e esta chegada representam para nós os portuguezes, um acontecimento de alto valor politico e commercial, pois que se trata nem mais nem menos do que o reatamento das nossas relações com os Estados Unidos do Brazil.

Ainda bem. É preciso ir ao Brazil, viver lá algum tempo, observar o aspecto dos edificios, a construcção das casas, entrar nos estabelecimentos, andar pelas ruas, fallar com os brazileiros, no mesmo idioma em que nós fallamos, lêr os seus livros e os seus jornaes, escriptos em portuguez, para nos convencermos, para sentirmos que estamos em um paiz tão intimo do nosso que torna os seus e os nossos filhos todos irmãos.

A sua paysagem difere da nossa, é certo; lá floresce a palmeira, aqui cultiva-se a vinha; ha entre nós o Oceano, mil e seiscentas leguas, mas que importa! — é com a mesma syllaba que dizemos *May!* é com as mesmas lettras que escrevemos *Patria!*

O novo ministro do Brazil, o sr. Assis Brazil tem sido alvo de sentidas manifestações de estima e apreço. Acabamos de chegar do Colyseu onde se deu esta noite um espectaculo em sua honra com uma concorrencia extraordinaria, vendo-se na tribuna real S. M. El-Rei e ante-hontem em S. Carlos realisou-se um jantar offerecido a Sua Excellencia. Raphael Bordallo, o

RESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMATICAS ENTRE PORTUGAL E BRAZIL

DR. ASSIS BRAZIL, MINISTRO DO BRAZIL, EM PORTUGAL.

CONSELHEIRO THOMAZ RIBEIRO, MINISTRO DE PORTUGAL NO BRAZIL.

(Copia de photographias)

Esta mesma folha ilustrada comentava que, se "por um momento, bem longo de um ano, a diplomacia" interrompera "as relações oficiais entre as duas nações" e, naquele momento, "num amplexo leal e verdadeiro", elas se uniam "efusivamente". Considerava ainda que as "tristezas passadas" não deveriam "ser contadas", devendo ser substituídas por "palavras de afeto", que seriam "ditas na mesma língua, e que antes de serem pronunciadas" já seriam "conhecidas, por se verem suspensas dos lábios e dos corações". O jornal exaltava o término da "questão molesta" que separara "as duas nações" e que entristecera "com essa sombra anuviadora as galas do bom convívio, congratulando-se com o restabelecimento das relações diplomáticas que trouxeram afastados e esquivos os dois países" e exprimindo "a sua profunda satisfação", alegrando-se "com o termo do conflito"[100].

Outro tema constante na abordagem das publicações que optaram por predominantemente promover o enaltecimento da reconciliação diplomática foi o argumento de que não poderia haver uma ruptura entre países irmãos como o seriam Portugal e Brasil, de modo que as relações de amizade em muito transcenderiam as questões oficiais e diplomáticas. De acordo com tal perspectiva, o *Jornal do Comércio* destacava que estavam sendo reatadas "as relações entre os governos de Portugal e do Brasil", e "os fatos" haviam demonstrado "que o incidente da ruptura em nada" prejudicara "as relações morais e econômicas dos dois países", mas, ainda assim, era "com não dissimulado júbilo" que se deveria "receber a notícia". Referindo-se à

[100] O OCIDENTE. Lisboa, 15 maio 1895. A. 187. N. 590. p. 2.

superioridade da fraternidade sobre o oficialismo, o periódico sustentava que se "uma coisa ficara esclarecida" com aqueles acontecimentos, era "que a diplomacia entre o Brasil e Portugal" não deveria "fazer-se segundo o formulário ordinário das chancelarias, mas pela familiar efusão dos espíritos e corações"[101].

Seguindo tal pensamento, *O Comércio do Porto* defendia que não haveria litígio com força o suficiente para separar dois países irmanados, de modo que, "quando duas nações" viviam "na comunidade de afetos, de interesses, de pensamento até", poderiam ser inventadas "quantas convenções" quisessem, "que nenhuma" seria "capaz de destruir esses laços de aliança íntima", pois elas viviam "conjuntamente" e estava "dito tudo". Argumentava também que, "se alguma coisa" restava "ainda a fazer", era "estreitar por todas as formas as relações entre os dois povos, consolidando por todos os meios os seus laços seculares, de modo que as duas nações", que tinham "pulsado, como duas metades do mesmo coração, sob o influxo das grandes dores comuns", vibrassem "também harmonicamente num grande esforço pelo comum engrandecimento econômico e político". Para a folha portuense, de Portugal saía para o Brasil "a mais poderosa transfusão de sangue", estando ambos os países presos por "afeições sem conta", de modo que "os infortúnios e as prosperidades" eram comuns a ambos[102].

---

[101] JORNAL DO COMÉRCIO. Lisboa, 16 mar. 1895. A. 42. N. 12.382. p. 1.; e 15 maio 1895. A. 42. N. 12.430. p. 1.

[102] O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 16 mar. 1895. A. 42. N. 64. p. 1.; e 23 maio 1895. A. 42. N. 121. p. 1.

De acordo com a perspectiva de que a ruptura era improvável e até mesmo impossível, *O Elvense* anunciava com entusiasmo que os lusitanos estavam "de novo na melhor, na mais completa harmonia com os irmãos das terras de Santa Cruz", constituindo tal episódio, "como nunca", em um "caso para o regozijo geral". A folha considerava que deveriam ser afestoados "de decorações apropriadas os teatros, as salas das academias e os centros, em conferências e em múltiplas manifestações de pensamento". Segundo o periódico, "seria um paradoxo brutal e inaceitável supor-se a possibilidade de uma época separatista entre Portugal e o Brasil", bem como "seria um mito avançar-se que um país poderia prescindir, por um minuto sequer, do outro país". Destacava ainda que "toda a imprensa" fora "unânime em proclamar o seu entusiasmo pelo restabelecimento da boa harmonia entre os dois povos", fazendo também referência ao "fervor das festas suntuosas e, sobretudo, sinceras" com que fora "recebido o ministro brasileiro", de maneira que, ao homenagear-se tal representante, se estava enaltecendo "o lendário Brasil, essa segunda pátria, onde o português" consumia "trabalho" e produzia "riqueza"[103].

Tal premissa de que a irmandade luso-brasileira seria muito superior às questões diplomáticas, foi também sustentada pelo *Jornal de Notícias* para o qual, "nunca nas horas amargas da dissidência" houvera "um coração de português que deixasse de pulsar afetuosamente por esse grande povo", bem como não houvera, "na generosa terra brasileira quem deveras se sentisse inimizado contra os portugueses", estabelecendo, em nome do entusiasmo, um

[103] O ELVENSE. Elvas, 30 maio 1895. A. 15. N. 1.494. p. 1.

argumento forçado tendo em vista as notórias manifestações lusófobas no Brasil. Na concepção do periódico, "acima das relações oficiais, acima dos acidentes vários da política e acima até das próprias paixões partidárias" estavam "as ligações íntimas de séculos, a afinidade de crenças, de sentimentos, de nacionalidade entre dois povos", que falavam "a mesma língua", professavam "a mesma religião" e quase se confundiam "na mesma raça". Nesse sentido, declarava que mesmo quando, "oficialmente, os dois povos" permaneceram "como estranhos e completamente divorciados, intimamente no peito dos portugueses e brasileiros mais se acendrava o afeto que, por tantos séculos, os unira"[104].

Ainda que tivesse manifestado uma postura governista por ocasião da ruptura, *A Semana* de Ponte de Lima, em 1895, optaria pela exaltação, enfatizando que aquele rompimento não servira para arrefecer a irmandade entre os dois países. De acordo com o jornal, "a terminação do conflito diplomático entre Portugal e Brasil" fora "um acontecimento" que produzira "em todo país um alvoroço bem característico da viva simpatia, que sempre" existiria "entre as duas nações irmãs". Nesse sentido, a folha afirmava que todos puderam ver "que se as relações oficiais tiveram um período de tão larga interrupção, os sentimentos de afeto nem por isso sofreram na sua intensidade entre portugueses e brasileiros", demonstrando que ambos prezavam o fato "de pertencer a uma mesma e nobilíssima família". Exemplificava ainda com "as

[104] JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 23 maio 1895. A. 8. N. 122. p. 1.

congratulações trocadas de parte a parte após aquela grata notícia", as quais teriam dado "eloquente testemunho desta geral afirmativa"[105].

A predominante manifestação de júbilo também esteve presente nos escritos do *Correio Nacional*, ao "dar aos leitores a grata notícia" de que fora "assinado o decreto do restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e Brasil". Perante tal episódio, o jornal manifestava "a satisfação" de registrar "este feliz acontecimento" que seria "tão grande e sincera como grande e sincero" fora "a magna" com que noticiara "o rompimento das relações entre os dois países irmãos e amigos". Segundo o periódico, "portugueses e brasileiros, que sempre se estimaram e respeitaram", conseguiam ver "terminado um regime oficial, que certamente contrariava os seus mais íntimos e entranhados sentimentos", de modo que "natural seria que se restabelecessem essas relações, obedecendo à natural aspiração de todos", pois "só circunstâncias, ainda mal conhecidas", teriam "retardado durante meses esta reconciliação oficial". A folha congratulava-se com o reatamento, fazendo "os mais puros votos" para que surgisse um "novo período do mais cordial convívio", com "fecundos resultados para a prosperidade de ambas as nações"[106].

Outra folha que à época do espocar do conflito diplomático tivera uma posição partidarista, de oposição ao governo, e que, com o reatamento, preferira apenas o enaltecimento ao fato, foi *O Combate*, cuja abordagem voltou-se essencialmente ao destaque à proximidade brasileiro-lusitana. Dessa maneira, o

---

[105] A SEMANA. Ponte de Lima, 28 mar. 1895. A. 3. N. 153. p. 1.
[106] CORREIO NACIONAL. Lisboa, 14 mar. 1895. A. 3. N. 630. p. 1.; e 15 mar. 1895. A. 3. N. 631. p. 1.

jornal, entusiasticamente, dizia que estava "terminado o conflito diplomático entre Portugal e Brasil, duas nações embaladas no mesmo berço, tendo as mesmas crenças, falando a mesma língua" e ainda "ligadas por uma grande solidariedade de interesses", mesmo que tivessem ficado, "por infelicidade, separadas por um agravo que, de certo, não partira de Portugal com intuição alguma ofensiva ao Brasil", com o qual estivera "sempre de mãos dadas". Afirmava também que, diante da "notícia mais agradável e mais alegre, todos se regozijaram, visto que a questão pendente afetava e muito os interesses das duas nações", devendo-se "levantar um hurra por brasileiros e portugueses"[107].

O entusiasmo ainda foi a reação predominante nas páginas da *Mala da Europa*, para a qual "a mais grata novidade" era "a da terminação do conflito diplomático entre Portugal e Brasil", considerando que, "na verdade era bem doloroso ver como se prolongava esta anômala situação entre dois povos, que só" tinham "motivos para se amarem cordialmente". Tentando demonstrar a unanimidade em torno da questão, a folha dizia que "o contentamento geral e ostensivo que tal nova" produzira "em todo o país, sem uma só exceção, sem uma nota discordante", provava que não havia entre os lusitanos quem não sentisse "pela florente república um grande, sincero e cordial afeto". Na visão do periódico, acabara "uma questão molesta e desagradável entre duas nações irmãs", desejando que fosse "para não voltar o desagradável eclipse que muito" molestara e entristecera a todos. A publicação ainda apresentava várias ilustrações alusivas à data do reatamento, como à primeira página onde

[107] O COMBATE. Braga, 22 mar. 1895. A. 1. N. 53. p. 2.

apareciam os retratos dos ministros das relações exteriores inglês, brasileiro e português, com a inscrição "restabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal – 13 de maio de 1894 – 14 de março de 1895", demonstrando as três partes que negociaram a reconciliação, um cartão homenageando e glorificando o acontecimento, refletindo a plena e geral satisfação expressa pelo jornal e também os retratos dos dois embaixadores nomeados respectivamente para Brasil e Portugal com os dois escudos nacionais, simbolizando a retomada do relacionamento entre ambos os países[108].

[108] MALA DA EUROPA. Lisboa, 25 mar. 1895. A. 1. N. 19. p. 1-3.

"MALA DA EUROPA"

Director, CONSELHEIRO THOMAZ RIBEIRO — Secretario da redacção, J. J. MARQUES GUIMARAES

Revista quinzenal | Lisboa, 25 de março de 1895 | Anno I — N.º 19

Restabelecimento das relações diplomaticas entre o Brazil e Portugal

13 DE MAIO DE 1894

14 DE MARÇO DE 1895

Conde de Kimberley

(MINISTRO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS DE INGLATERRA)

Dr. Carlos de Carvalho

(MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRAZIL)

Conselheiro Carlos Lobo d'Ávila

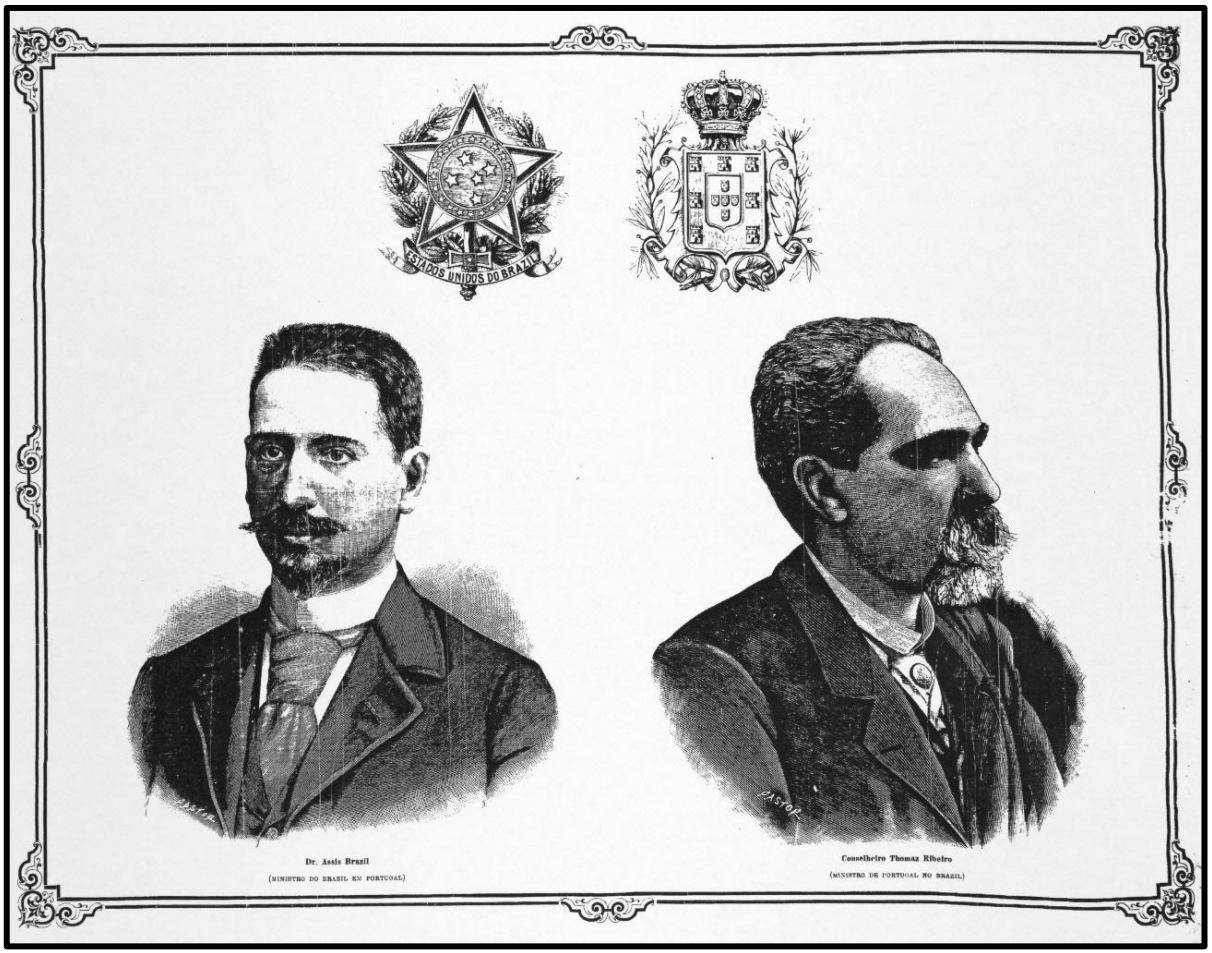
(MINISTRO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS DE PORTUGAL)

PORTUGAL E BRAZIL

CONGRATULAÇÃO

A empreza e redacção da *Mala da Europa* congratulam-se com os seus compatriotas residentes no Brazil pelo restabelecimento das relações diplomaticas entre a florescente republica e Portugal.

Ligados os dois povos pelos laços de sangue e da mais intima e affectuosa estima, o termo do conflicto diplomatico, que por espaço de cerca de um anno trouxe afastadas as regiões officiaes dos dois paizes, não pode deixar de encher da mais effusiva satisfação todos os bons patriotas portuguezes e brazileiros, que assim vêem regressar ao fraterno convivio as duas nações irmãs.



Uma outra perspectiva apresentada pelo conjunto de periódicos que nortearam seu discurso pelo predomínio da exaltação em relação ao fim do conflito diplomático foi uma visão pragmática em relação ao evento, buscando

enfatizar as vantagens daí advindas. Tal abordagem era realizada por *A Terceira* ao chamar a atenção para a possibilidade da retomada de negociações tendo em vista a assinatura de um acordo mercantil luso-brasileiro. Nesse sentido, o jornal manifestava o regozijo por estarem "reatadas as relações diplomáticas de Portugal com o Brasil", considerando que esta era uma notícia de "alta importância, conquanto as relações comerciais" tivessem "sofrido pouco com a anterior situação". A folha desejava que se estreitassem "as relações, e que nesse estreitamento" fosse negociado "um tratado de comércio, satisfazendo aos interesses das duas nações, tão ligadas pelas afinidades" que resultavam "da colonização". Para a publicação, tal acordo, uma vez "posto em prática", favoreceria "o comércio e a navegação", e serviria "para destruir no Brasil as más impressões que porventura" existissem, "a respeito de Portugal, promovidas pelos mal intencionados, e conciliando os interesses dos dois países"[109].

Dentre os jornais que alteraram mais fortemente suas posturas adotadas em 1895 em relação aos anos anteriores, notadamente no que tange à abordagem dos temas voltados ao Brasil, *O Século* foi um dos mais notórios. Ainda que se mantivesse como uma publicação republicana, tal periódico que já vinha alicerçando uma postura razoavelmente mais moderada, no caso do reatamento brasileiro-lusitano, optaria por voltar-se exclusivamente ao enaltecimento dos acontecimentos. Uma das razões dessa mudança era o próprio pragmatismo, de modo que a folha regozijava-se com "o reatamento das interrompidas relações diplomáticas entre dois povos, indissoluvelmente

[109] A TERCEIRA. Angra do Heroísmo, 23 mar. 1895. A. 37. N. 1.862. p. 1.

ligados por inúmeros laços", entre os quais predominavam "os do sangue, da língua e da tradição histórica". Considerava ainda que o Brasil sempre fora "um prolongamento de Portugal" e continuaria sendo "decerto ainda mais no futuro" e, de acordo com tal perspectiva, "a festa" da reconciliação deveria "contribuir eficazmente para que desse prolongamento incontestável e incontestado" resultassem "vantagens cada vez maiores para um e outro povo". Além disso, argumentava que "a íntima união entre Portugal e Brasil", fora "sempre de utilidade para a nação portuguesa" e permaneceria sendo "cada vez mais à proporção que a grande república dos Estados Unidos do Brasil" continuasse a "progredir e prosperar"[110].

A glorificação do restabelecimento diplomático associada à visão pragmática do consequente retorno à normalidade comercial era enfatizada também pela publicação *Novidades* que descrevia que era "com a mais viva satisfação", que dava "publicidade a esta notícia", acreditando ser "nisso intérprete dos sentimentos de todo o país". De acordo com a folha, "em corações de verdadeiros portugueses" só poderia "haver alegria pelo restabelecimento das boas relações diplomáticas com uma nação irmã", que permaneceria nessa mesma condição quaisquer que fossem "as instituições políticas, que na plenitude da sua soberania" entendesse "dever seguir, e cuja pujança e vigorosíssima expansão" asseguravam "no continente americano um predomínio imperecível às glórias" que se derivavam "da língua e nome português". Ao "registrar o fausto acontecimento", que punha "termo a uma

[110] O SÉCULO. Lisboa, 16 maio 1895. A. 15. N. 4.783. p. 1.

desavença lastimosa", o periódico enfatizava que "as relações comerciais entre os dois países nunca" haviam "sofrido quebra", mas poderiam ser incrementadas a partir de então. Também na opinião do diário, "a questão do restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e o Brasil era principalmente uma questão de sentimentos e de afetos, mas isso bastava, na comunidade de origens" que ligava "os dois povos", para que fosse a ruptura "uma questão dolorosa para ambos" devendo ser festejado o encerramento de tal situação[111].

O pragmatismo também estava presente nas palavras do *Jornal da Lousã*, que deixava de lado sua postura governista adotada anteriormente, para apenas dedicar-se à exultação, anunciando a "boa notícia" do reatamento e manifestando o regozijo da "nação inteira, porque a interrupção de relações oficiais estava sendo muitíssimo prejudicial para Portugal, e especialmente para os portugueses" que residiam ou tinham "seus interesses naquela importante república". A folha demarcava que se absteria "de quaisquer considerações políticas", voltando-se apenas aos votos de felicitação, "pois tal fato" deveria "refletir-se consideravelmente sobre os câmbios, melhorando-os, e facilitando assim a importação de dinheiros, melhorando, portanto, a desesperada situação" de Portugal[112].

Ainda pragmática foi a visão do *Jornal de Notícias* o qual destacava que uma relação mútua de vantagens, com Portugal beneficiando-se do

[111] NOVIDADES. Lisboa, 14 mar. 1895. A. 11. N. 3.558. p. 1.
[112] JORNAL DA LOUSÃ. Lousã, 16 mar. 1895. A. 10. N. 505. p. 1.

recrudescimento mercantil e o Brasil recebendo levas daquele que seria o "colono ideal" para o país. Nesse sentido, tal periódico, que já se posicionara como noticioso e governista em momentos anteriores, voltava-se a somente congratular a todos "pela solução do conflito brasileiro", explicando que, a partir de então, "o presidente da grande confederação" reconheceria "de futuro que dos portugueses" só teria "a esperar amizade certa e leal". Para a folha, "a nação portuguesa" era "a única da Europa" que poderia "levar ao Brasil juntamente com a mesma língua materna os mesmos hábitos e tendências naturais, porque os dois países não só" eram "irmãos pela origem", mas continuariam "sempre a sê-lo pela intimidade das suas relações". Dessa forma, destacava que, "assim como Portugal" lucrava "com o comércio brasileiro, a grande república americana" deveria "tomar em conta a contribuição" lusa "para a sua unidade étnica e sua consolidação pela raça, pela religião e pelo sangue"[113].

Mantendo tal perspectiva, *O Timbre* imaginava que, com o final da ruptura, terminariam também as perseguições aos lusitanos no Brasil, desejando que "os brasileiros se compenetrassem bem da utilidade" que lhes prestavam "os compatriotas" lusos, respeitando-os e auxiliando-os, esperando que surgissem "os benéficos resultados de uma sólida união e de uma risonha prosperidade"[114]. O pragmatismo norteou também as manifestações do *Correio Nacional*, ao considerar que a reconciliação era mais do que "uma questão de sentimentos e de afetos", já que, liquidada a contenda, "com honra e dignidade

[113] JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 16 mar. 1895. A. 8. N. 65. p. 1.
[114] O TIMBRE. Águeda, 24 mar. 1895. A. 4. N. 182. p. 1.

paras as duas partes", todos deveriam ser "práticos e não" deixarem "de ver que, além de sentimentos", havia outros "interesses valiosos de várias ordens", em uma referência à necessidade de estabelecimento de um acordo comercial[115]. Ainda antes do reatamento, a *Revista Portuguesa* publicava artigo demarcando que, com o fim do militarismo e a posse de um governo "moderado e tolerante", se restringiriam as práticas do "*nativismo* e da *jacobinagem*", eliminando-se os focos lusófobos, bem como o Brasil prosperaria e readquiriria "embora lentamente, o seu antigo crédito", o que abriria espaço para a reconciliação e também traria bons efeitos para Portugal[116].

Outro destaque dado por essas publicações portuguesas se relacionou com o argumento de que a ruptura luso-brasileira fora apenas de natureza oficial, não atingindo o âmago fraterno entre os dois países. Nessa linha, o *Jornal do Comércio* afirmava que o mais relevante era "o íntimo júbilo geral manifestado pelo fato em si" do reatamento, sendo tal sentimento "tão intenso no coração do país", que a tendência era a de se "passar voluntariamente um véu sobre os pormenores oficiais do desfecho político"[117]. Seguindo sua postura mais moderada no que tange aos temas relacionados ao Brasil, *O Século* também fazia referência à "interrupção de relações oficiais", vista como uma "situação anormal", constituindo uma "desarmonia contrária a todos os interesses comuns de portugueses e brasileiros"[118].

---

[115] CORREIO NACIONAL. Lisboa, 15 mar. 1895. A. 3. N. 631. p. 1.
[116] REVISTA PORTUGUESA. Lisboa, 25 jan. 1895. A. 1. N. 2. p. 79.
[117] JORNAL DO COMÉRCIO. Lisboa, 15 maio 1895. A. 42. N. 12.430. p. 1.
[118] O SÉCULO. Lisboa, 15 mar. 1895. A. 15. N. 4.722. p. 1.

Tal moderação de *O Século* foi tão marcante que ele chegou a felicitar o governo pelos "esforços para a obtenção do restabelecimento das relações diplomáticas", enfatizando que aquele seria o momento de serem colocadas "de parte quaisquer considerações de ordem puramente política" e somente "congratular por este acontecimento", que deveria "influir consideravelmente na situação do país". Reiterando que a desarmonia restringira-se ao oficialismo, o periódico destacava que era "tal a ligação" que unia "Portugal e Brasil, tanta a afinidade" que existia "entre os naturais das duas nações" e "tão profunda a comunhão de interesses dos dois países, que de fato a interrupção de relações" fora "meramente oficial". Nesse sentido, sustentava que "todas as outras relações, além das diplomáticas, mantiveram-se sem a mínima quebra de parte a parte, durante todo o período do rompimento" e "de fato a amizade entre os dois povos, superior à frieza convencional dos respectivos governos", conservara-se "inalterável". Mas ainda assim, ressaltava que "o reatamento das relações oficiais" fora "um peso enormíssimo que removeram de sobre o peito dos dois povos irmãos e amigos"[119].

A escolha dos representantes diplomáticos de parte a parte entre as duas nações até então em litígio foi outro tema abordado pelas folhas que se dedicaram a um enfoque predominantemente exultante diante do encerramento do conflito. De acordo com essa perspectiva, o *Jornal do Comércio*, referindo-se ao ministro Assis Brasil, dizia que, naquele "delicado momento", deveria "considerar-se que a escolha do ilustre brasileiro" fora "um

[119] O SÉCULO. Lisboa, 15 mar. 1895. A. 15. N. 4.722. p. 1.; e 4 maio 1895. A. 15. N. 4.771. p. 1.

verdadeiro achado" estando ele "destinado a conquistar" entre os lusos "as íntimas e afetuosas adesões de estima". O periódico elogiava ainda o nome de Tomás Ribeiro, considerando-o como uma opção "também assinaladamente feliz". A folha conjeturava, assim, que ambos diplomatas seriam "como penhores de uma crescente e eficaz aproximação dos interesses morais e materiais dos dois povos, que, pela raça, pelo gênio e pela língua" representavam, "na verdade, um só e mesmo povo", pois tais representantes constituíam "duas individualidades especialmente apropriadas a desempenhar em Portugal e no Brasil essa tão peculiar espécie de diplomacia"[120].

No mesmo sentido, *O Comércio do Porto* afirmava que muito havia sido repetido que não era "possível haver desavenças entre os dois povos cujas histórias" se confundiam e que tinham "um no outro o mais justo título de suas glórias", e a demonstração da "verdade desse axioma" se dera "no acolhimento afetuoso" preparado para Assis Brasil, apontando como o "distinto diplomata" que personificava "em Portugal a gloriosa pátria brasileira"[121]. Já Tomás Ribeiro era visto pelo *Diário de Notícias* como aquele que reunia "em si todas as condições para desempenhar cabalmente o seu lugar" sendo "uma das personalidades mais oportuna e habilmente escolhida para sair-se bem da sua importante missão", de ser o "representante na república americana", merecendo "a mais alta estima e consideração, quer pelas suas qualidades morais, quer pelos seus comprovados talentos e serviços", ainda mais que seu

[120] JORNAL DO COMÉRCIO. Lisboa, 15 maio 1895. A. 42. N. 12.430. p. 1.
[121] O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 23 maio 1895. A. 42. N. 121. p. 1.

nome seria conhecido e respeitado no Brasil[122]. Os elogios aos representantes diplomáticos também partiam de *O Século* que dizia acompanhar o povo "na entusiástica manifestação" que, "com todo o prazer", saudara "Assis Brasil, e na pessoa dele a grande república dos Estados Unidos do Brasil, que tão digna e levantadamente" vinha "representar junto do governo português", chegando a inserir um retrato do diplomata em sua primeira página. Ainda que não tão efusivamente, tal jornal desejava sucesso a Tomás Ribeiro, ansiando que ele viesse a ser "o intérprete do sentimento de solidariedade e de afeto", que vinculava "os dois povos irmãos num mesmo pensamento de amor, de paz e fraternidade"[123].

[122] DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 23 mar. 1895. A. 31. N. 10.507. p. 1.; e 6 maio 1895. A. 31. N. 10.550. p. 1.
[123] O SÉCULO. Lisboa, 4 maio 1895. A. 15. N. 4.771. p. 1.; e 6 maio 1895. A. 15. N. 4.773. p. 1.

DECIMO QUINTO ANNO, N.º 4:771 — Numero avulso, 10 réis — Sabbado, 4 de maio de 1895

Gerente: — ANSELMO XAVIER

PUBLICAÇÕES

Recebem-se na administração do *Seculo*, na agencia *Havas* e demais agencias de annuncios.

Os communicados e annuncios contendo accusações a particulares, e geralmente todos os escriptos relativos a relações privadas dos cidadãos, não se publicam. Além d'isso a administração reserva-se o direito de recusar a inserção de quesquer outras publicações.

A correspondencia relativa á administração deve ser dirigida ao ADMINISTRADOR; a relativa á redacção ao REDACTOR PRINCIPAL. Os autographos não se restituem.

O SECULO é o jornal de maior circulação em Portugal.

Redacção, RUA FORMOSA, 43 — LISBOA

Numero do telephone, 243

O SECULO

Redactor principal—MAGALHÃES LIMA

Administrador: — J. J. DA SILVA GRAÇA

ASSIGNATURAS—(Pagamento adiantado)

Lisboa:—Um mez, 250 réis.—Tres mezes, 750 réis.—Seis mezes, 1$500 réis.—Um anno, 3$000 réis.

Provincias e ilhas adjacentes:—Tres mezes, 750 réis.—Seis mezes, 1$500 réis.—Um anno, 3$000 réis.

Africa Occidental e Oriental, e Hespanha:—Tres mezes 1$050 réis.—Seis mezes, 2$100 réis.—Um anno, 4$200 réis.

Nos outros territorios da união postal: — Seis mezes, 3$600 réis.—Um anno, 7$200 réis.

Assigna-se na administração do jornal e nas estações telegrapho-postaes.

Todas as communicações relativas a assignaturas devem ser acompanhadas d'uma cinta com o respectivo numero, sem o que a administração não poderá attendel-as.

Administração, RUA FORMOSA, 43 — LISBOA

Endereço telegr.º: SECULO, Lisboa

Expediente

Pedimos aos nossos assignantes das provincias o obsequio de nos remetterem a importancia das suas assignaturas, quer em vale do correio ou ordem de pagamento, quer em notas ou sellos em CARTA REGISTADA, para não soffrerem interrupção na remessa do «Seculo».

Saudação ao Brazil

Foi altamente significativa a recepção feita hontem na *gare* do Rocio pelo povo de Lisboa ao novo representante official da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Numerosos membros de todas as classes sociaes affluiram alli para saudar á sua chegada com calorosos vivas o sr. dr. Assis Brazil, que o governo brazileiro escolheu para seu ministro junto da côrte de Portugal. Saudando o honrado e talentoso cidadão brazileiro, que é sem duvida um dos nomes mais gloriosos do Brazil actual, o povo de Lisboa quiz saudar enthusiasticamente a nação nossa irmã pela raça, pelo sangue, pela lingua, pelos costumes e pelas tradições, e significar-lhe a satisfação com que recebeu a noticia do reatamento das interrompidas relações diplomaticas.

Acontecimentos lamentaveis, e que não é este o momento mais azado para rememorar, impelliram o governo do marechal Floriano Peixoto a romper violentamente as boas relações que existiam entre os dois paizes.

Felizmente, esclarecidos os factos, sobretudo pelo julgamento do brioso official da marinha portugueza, sr. Augusto de Castilho, o governo do sr. dr. Prudente de Moraes, actual presidente da grande republica sul-americana, aproveitando a intervenção officiosa do ministro da Inglaterra no Rio de Janeiro, apressou-se a sanccionar o restabelecimento das relações diplomaticas entre o Brazil e Portugal.

Em virtude d'essa resolução da presidencia e para lhe dar completa execução é que chegou hontem a Lisboa o novo representante d'aquella Republica. Vem o nobre ministro do Brazil reatar officialmente a boa amizade entre os dois governos, e de egual missão vae incumbido o sr. conselheiro Thomaz Ribeiro, que em breves dias partirá para a capital da grande federação brazileira.

Um acontecimento, que encheu de jubilo o coração de todos os portuguezes, acostumados a considerar o Brazil, mais ainda do que uma nação irmã, a prolongação da nossa mesma nação além do Atlantico, devia necessariamente reflectir-se na recepção feita pelo povo de Lisboa ao sr. dr. Assis Brazil.

E' tal a ligação que une Portugal e Brazil, é tanta a affinidade que existe entre os naturaes das duas nações, é tão profunda a communhão de interesses dos dois paizes, que de facto a interrupção de relações foi meramente official. Todas as outras relações, além das diplomaticas, mantiveram-se sem a minima quebra de parte a parte, durante todo o periodo do rompimento. De facto a amisade entre os dois povos, superior á frieza convencional dos respectivos governos, conservou-se inalteravel, e no Brazil, cujo governo declarara o rompimento, ...

TRIBUNAL D'ARBITROS-AVINDORES

Na sua ultima sessão este tribunal, constituido sob a presidencia do sr. dr. Affonso Xavier Lopes Vieira, occupou-se das seguintes causas para julgamento:

1.º Auctor, Augusto Cesar de Avellar; reo, Manuel Madrazo Lopes. Não proseguiu o julgamento, porque ambas as partes allegaram que lhes faltavam testemunhas. Ficou para ser julgada na sessão proxima.

2.º Auctor, Manuel Marques; reo, Manuel José Caetano.

Como faltasse o auctor, ficou o julgamento adiado para a proxima sessão, e, caso ainda n'essa não compareça nem justifique a sua falta, será a causa julgada á revelia.

3.º Auctores, Salburnino Villanueva, Paini Carare, José Chiti e Carlos Chiti, reo, José Ignacio da Costa.

Absolvido o reo por falta de provas.

Os amanuenses da Direcção Geral do Ultramar receberam ordem para apresentarem até ao dia 16 d'este mez os documentos comprovativos das suas habilitações litterarias e dos serviços prestados em outras repartições publicas. Estão vagos tres logares de 2.º official n'aquella direcção e parece que, na classificação dos amanuenses que deve ser feita antes do preenchimento d'aquellas vagas, se attenderá não só á antiguidade como tambem ao seu merecimento e habilitações.

—Recebeu-se um telegramma noticiando terem-se revoltado alguns regulos em Timor. As auctoridades locaes promptamente suffocaram a revolta, occasionando grandes perdas aos rebeldes.

—Chegou hontem de tarde a S. Thomé o transporte *Zaire*, conduzindo forças expedicionarias. Não havia novidade a bordo.

—Foram submettidos á approvação do governo os estatutos da Caixa de Soccorros Mutuos, de Lisboa, denominada «3 de Janeiro de 1894».

—Tem-se discutido a conveniencia do governo adquirir para transporte de forças para o ultramar os vapores pertencentes á Mala Real. Vem a proposito dizer que já no tempo em que o sr. conselheiro Augusto Fuschini geria a pasta da fazenda fôra proposto ao governo a acquisição para o estado dos referidos navios, tendo uma commissão technica dado parecer desfavoravel a tal acquisição.

—A junta de saude, na sessão que hontem celebrou no ministerio do reino, assentou na redacção da consulta a enviar ao governo ácerca da opportunidade de approvar ou não as conclusões da convenção sanitaria internacional assignada ultimamente em Paris, expondo que convém acceitar a prorogação pedida do prazo para a ractificação da referida convenção, adiamento que diriva, conforme já dissemos, da recusa de alguns paizes a acceitarem certas estipulações n'ella exaradas.

—Segundo informa o respectivo agente consular, é satisfactorio o estado da saude publica em todo o districto de Zanzibar.

—A Junta do Credito Publico tinha á ordem, no dia 2 do corrente, as seguintes quantias com destino aos credores: Lisboa, no Banco de Portugal, 1.924:129$384 réis; Londres, na casa de Baring Brothers, libras 19:049-12-1; Paris, no Crédit Lyonnais, fr. 2:828:703,93; Berlim, no Bank fur Handel & Industrie, marcos 1.416:467,09.

—Foi recebido hontem na repartição de industria o relatorio do movimento escolar no anno lectivo de 1893-94 do Instituto Industrial e Commercial do Porto. Vae ser publicado no *Diario*.

Portugal e Brazil

A chegada do ministro da republica brazileira— A recepção na «gare»—O doutor Assis Brazil

Foi affectuosa, altamente significativa e enthusiastica a recepção que o povo portuguez hontem fez na *gare* do Rocio ao dr. Assis Brazil, o illustre diplomata, que entre nós representa a grande republica do sul da America, depois do novo estreitamento de relações entre os dois povos irmãos.

Já, pelas 3 da tarde, na *marquise* da estação da Avenida, do lado da calçada do Carmo, era grande a affluencia de gente. Estacionava ali a banda dos bombeiros municipaes e 40 bombeiros e sotas bombeiros commandados pelo 1.º ajudante Conceição. A policia era feita por 20 guardas do corpo de segurança dirigidos pelo chefe Amorim.

Pouco depois, no largo de Camões e junto á porta de cima, era enorme a multidão que se aggiomerava esperando a chegada do *Sud-express*. O vestibulo da estação estava completamente cheio de gente e para a *gare* foram vendidos 2:000 bilhetes, sem contar os individuos que tiveram entrada franca. Por aqui, é facil de calcular o grande concurso de povo que hontem de tarde victoriou o illustre diplomata, que deveria ter recebido uma grata impressão á sua entrada em Lisboa.

A chegada do comboio

Conforme o determinado, foram hontem ao Entroncamento, em nome da commissão que promove os festejos em honra do dr. Assis Brazil, os srs. Brito Aranha, Alves Correia, Delfim Monteiro Guimarães e Magalhães Lima. O sr. visconde de S. Boaventura, por motivos independentes da sua vontade, só poude esperar o representante da republica brazileira em Braço de Prata.

A' passagem do comboio em Alhandra, como abaixo refere o nosso correspondente telegraphico, teve o ministro uma recepção brilhante. Uma commissão composta dos srs. H. Teixeira, Antonio Theophilo Rato, José Ferreira Cidade, José Raphael Pessoa, Joaquim Motta Amorim e Augusto José da Graça, foi felicital-o á carruagem e acompanhou o até Lisboa. Estes cavalheiros representavam a fabrica de cimento de Antonio Moreira Rato & Filhos, a Companhia de Lanificios de Alhandra, os operarios e commerciantes.

Em Santarem entrou o sr. Pinto Saraiva e em Braço de Prata subiu tambem á carruagem a felicitar o nobre ministro o sr. dr. Horacio Ferrari.

Desde o Entroncamento até Lisboa, tanto o sr. dr. Assis Brazil como sua esposa, que o acompanhava, entretiveram-se a conversar com os membros da commissão ácerca das bellezas naturaes do nosso paiz, mostrando uma amizade profunda por este povo irmão, que muito elogiaram e a quem desejaram todo o genero de felicidades.

gusto Ribeiro, Henrique e Paulino Guimarães, Henrique Zeferino, Alfredo Coelho, Martins Contreiras, Anselmo de Sousa, Sousa Telles, Cunha Belem, Pinto Saraiva, Alves Correia, da *Vanguarda*, Delfim Guimarães, Gomes Netto, Brito Aranha, do *Diario de Noticias*, Magalhães Lima, Eugenio Silveira, Augusto Peixoto, Arthur Mello, *Esculapio*, do *Seculo*, etc., etc.

Estavam numerosamente representadas as Associações Commercial dos Lojistas, Commercial do Beato e Olivaes e Camara do Commercio. Os camaristas trajavam casaca e faixa. Viam-se tambem muitos membros da colonia brazileira, officiaes do exercito e estudantes.

A's 4 horas, toda a gente se juntou na plataforma, onde devia parar o comboio, que sahiu do tunel ás 4 horas e 8 minutos. Na plataforma estava um grande cesto de rosas e outras flôres naturaes, com as fitas de côr das bandeiras brazileira e portugueza, offerta da commissão á esposa do sr. dr. Assis Brazil.

Este trajava *frack* escuro e sua esposa uma elegante *toilette* de viagem em azul, com chapeo de palha enfeitado a côres claras. Acompanhavam tambem o illustre ministro seus filhos, tres encantadoras crianças.

Ao chegar a locomotiva, a charanga dos marinheiros, que esperava junto da plataforma, e a banda da guarda municipal romperam com o hymno brazileiro, descobrindo-se os circumstantes e sendo levantados calorosos vivas ao Brazil, a Portugal, á Republica brazileira, aos nossos irmãos de além-mar, ao dr. Assis Brazil, ao dr. Prudente de Moraes, á fraternidade dos dois povos, etc.

Subiram á carruagem os restantes membros da commissão, os vereadores da camara, alguns jornalistas e outras pessoas, que cumprimentaram o ministro.

DR. ASSIS BRAZIL

plomaticas entre o Brazil e Portugal é um facto de tal ordem e importancia para os interesses commerciaes dos dois paizes e para os sentimentos affectivos de ambos os povos, que não ha coração patriota ou espirito orientado na comprehensão dos mais levantados ideaes de confraternidade, inspirados pela affinidade de crenças, de indole e de raça, que se não encontre possuido de verdadeiro jubilo por este gratissimo acontecimento.

Traduzindo o sentir da numerosa classe dos commerciantes da capital, que tão de perto conhecem as nobres qualidades dos nossos irmãos de além-mar e as honrosissimas tradicções que se confundem na intimidade da familia pela analogia da historia, a commissão installadora da Associação Commercial dos Lojistas de Lisboa vem respeitosamente dar as boas vindas a v. ex.ª, que n'este momento symbolisa e representa tão cordeal alliança, significar-lhe a profunda sympathia que lhe merece o seu aureolado nome e a fundada esperança que nutre de que os seus elevados meritos muito hão de contribuir para estreitar, se ainda mais é possivel, os vinculos de sincera estima, harmonia e dedicação que sempre existiram entre as duas nações amigas.

Solicitando de v. ex.ª a alta fineza de ser o interprete d'estes sentimentos perante os seus concidadãos, a commissão installadora da Associação Commercial dos Lojistas de Lisboa faz os mais ardentes votos pelas venturas, prosperidades e engrandecimentos dos Estados Unidos do Brazil.

Lisboa, 3 de maio de 1895.

José Pinheiro de Mello, Luiz Filippe da Matta, João Gomes da Costa, Marçal Romero Pacheco, Agostinho Manuel de Sousa, Antonio José da Costa Junior, Ignacio de Magalhães Basto, Domingos Luiz Coelho da Silva.

O dr. Assis Brazil, agradecendo a mensagem e algumas palavras enthusiasticas que lhe dirigiu o sr. José Pinheiro de Mello, declarou-se reconhecido perante as manifestações que recebera e feliz por ver como em Portugal se recebera a noticia da nova alliança com a republica brazileira. Mais disse que, apezar de se terem rompido as relações officiaes, theoricas e doutrinarias simplesmente, nunca se tinham desmanchado os laços de amisade que unem os dois povos.

As suas credenciaes, antes de firmadas pelo presidente da republica, tinham-lhe já sido conferidas pela unanimidade de votos de todo o povo brazileiro, sendo recebido em Lisboa pelo coração do povo, antes da recepção official.

Concluiu por expressar mais uma vez a sua gratidão, que disse ser tão grande como a amisade, identidade e alliança que une os dois povos.

O sr. Alfredo de Brito, em nome da commissão installadora da Associação Industrial, leu a seguinte mensagem:

Ill.mo e ex.mo sr.—A commissão installadora da Associação Industrial Portugueza, por si e pelos seus consocios e representantes da industria de Lisboa, tem a honra de cumprimentar a v. ex.ª e celebrar com o maior jubilo e satisfação a sua chegada a esta capital na qualidade de ministro da grande republica dos Estados Unidos do Brazil.

Grande foi o desgosto com que todos os portuguezes viram a interrupção de relações officiaes entre dois povos, que viveram sempre unidos pelos laços da mais intima e cordeal confraternidade; por isso tanto maior é a satisfação com que hoje vêem terminado um incidente, cuja causa nunca poderia ser attribuida ao sentir de povos irmãos pelas suas gloriosas tradições, pela lingua que falam, pelos nobre impulsos do seu coração e pelos elevados interesses de ordem superior que os unem.

A commissão installadora da Associação Industrial Portugueza sauda em v. ex.ª a grande nação brazileira, e apresentando-lhe as boas vindas, reitera os seus protestos da mais alta consideração por v. ex.ª, pelo chefe dos Estados-Unidos do Brazil, que o nomeou seu representante em Portugal, e finalmente pelos seus irmãos da grande republica americana, junto dos quaes roga a v. ex.ª se digne ser o interprete dos seus sentimentos.

Deus guarde a v. ex.ª

Lisboa e sala das sessões da commissão installadora da Associação Industrial Portugueza, 3 de maio de 1895.

Os membros da commissão installadora

M. P. Taveira, Alfredo de Brito, Thomé Dias da Silva, Carlos Alves, J. Felix da S. Capucho, A. T. de Araujo Rato e Manuel Soares Guedes.

Na estação estava muito povo, entre o qual nos recorda ter visto os directores das fabricas srs. Graça e Taveira, e o sr. Ratto, dono da fabrica de cimento.

Os nossos folhetins

Um erro typographico fez com que sahissem hontem alterados os interessantes folhetins que estamos publicando e que tanto teem attrahido a attenção dos leitores. Por tal motivo, reproduzimos hoje, devidamente corrigidos, os folhetins de hontem e publicamos tambem a continuação d'elles, isto é, a parte destinada para hoje, a fim de que d'aquelle erro não resultem prejuizos para os nossos estimaveis leitores.

OITO HORAS DE TRABALHO

O sr. Joaquim Antunes dos Santos, proprietario da Fabrica 24 de Julho, participa-nos ter adoptado uma resolução que o honra em extremo, como é a adopção na sua fabrica, a começar no dia 6 do corrente, do dia normal de trabalho de oito horas.

O sr. Joaquim Antunes dos Santos tomou esta resolução por saber que no comicio do 1.º de Maio fôra resolvido pedir ao governo o estabelecimento das oito horas de trabalho nas officinas do Estado.

O sr. Santos nasceu operario e a resolução que tomou indica da sua parte a fórma intelligente e humana como considera justas as aspirações da classe trabalhadora.

Lá fóra, nos centros fabris onde o regimen das oito horas tem sido adoptado, os industriaes teem reconhecido que, em vez de perderem na quantidade de trabalho produzido, pelo contrario teem ganho, e isto em virtude da melhor disposição moral e physica com que os operarios se apresentam a trabalhar.

Folgamos com a resolução tomada pelo sr. Santos e damos tambem os parabens á classe trabalhadora, que assim vae fazendo conquistas justas em seu proveito.

A questão de Nyassa

Começou depois das nove horas da noite a reunião do conselho de ministros, celebrada hontem em casa do sr. presidente do conselho. Occupou-se principalmente de dois assumptos importantes, um dos quaes foi o da celebre questão do Nyassa.

Apreciou o conselho o parecer da procuradoria da corôa e analysou os documentos que se prendem com tal assumpto. Parece que, apezar de terminar muito tarde a sessão do conselho, não ficou ainda decidido o procedimento do governo, o qual parece inclinado a não acobertar a minima falta.

—Consta que no processo relativo á Companhia do Nyassa se levanta mais um incidente: a companhia mandou cunhar, sem auctorisação do governo, estampilhas, de que fez larga distribuição no estrangeiro, por intermedio do sr. barão de Merck, e de que a companhia auferiu largos lucros.

O *Correio Nacional* incita o governo a não sophismar e a não pôr de lado a sua missão, para não ser cumplice do escandalo do Nyassa.

Aconselha-o a tomar uma resolução heroica, a manifestar um rasgo de audacia, a fazer uma investida necessaria contra o systema de impunidade, enviando para os tribunaes não só os delinquentes no caso Nyassa como todos os grandes abusadores publicos dos Nyassas de todas as especies, que promoveram a dissolução social e arruinaram a patria.

Diz o collega com inteira razão:

O plenipotenciário brasileiro era visto ainda como um símbolo do reatamento, tendo em vista a “imponente e espontânea manifestação de simpatia” a ele dedicada em Portugal[124]. A saudação a Assis Brasil também se dava por meio do *Jornal de Notícias* que lhe dedicava homenagem com seu

---

[124] A INDEPENDÊNCIA. Póvoa do Varzim, 19 maio 1895. A. 14. N. 660. p. 2.

retrato na primeira página, convidando-o a "testemunhar com seus próprios olhos", o quanto era "fundo e enraizado o amor que todos portugueses" votavam àquela "grande terra", em que se sentiam "reviver e cuja glória" era também a deles[125]. Em referência às recepções tanto de Tomás Ribeiro no Brasil quanto de Assis Brasil em Portugal, *O Timbre* destacava que tudo isso constituía "uma troca de júbilos e entusiásticas manifestações" que mais prendiam "a cordialidade dos dois países irmãos", desejando que, a partir delas, ficassem consolidadas para sempre "as relações entre Portugal e Brasil"[126].

[125] JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 23 maio 1895. A. 8. N. 122. p. 1.
[126] O TIMBRE. Águeda, 26 maio 1895. A. 4. N. 191. p. 1.

JORNAL DE NOTICIAS

8.º ANO — ASSIGNATURA — Quinta-feira 23 de maio de 1895 — PUBLICAÇÃO — N.º 122

Numero telephonico, 314 — 115—Rua do D. Pedro—119

TIRAGEM 16:000 exemplares

O dr. Assis Brazil

A velha e heroica cidade do Porto está em festa.

Razão de mais tem ella para isso, pois que vae receber hoje dentro do seu muro o sabiissimo representante do Brazil d'essa grande nação que tem sido e, ainda hoje, por tantos e tão justos titulos, uma segunda patria para todos os portuguezes.

Estão ainda bem recentes, para que precisémos recordal-os, os acontecimentos desgraçadissimos que determinaram o rompimento das relações diplomaticas entre os dous povos irmãos; essas vê-se justo reconhecel-o, seja para nos acercarmos n'elles mais um testemunho de quanto são fraternaes e inquebrantaveis os laços de reciproca estima que unem Portugal ao Brazil.

Nunca nas horas amargas da dissidencia houve um coração de portuguez que deixasse de pulsar affectuosamente por esse grande povo; como não houve, queremos crel-o, na renomada terra brazileira quem deveras se sentisse inimindo contra os portuguezes.

E' que, acima das relações officiaes, acima das azedumes varias da politica, acima até das proprias paixões partidarias, estão as ligações intimas de seculos, a afinidade de e-mpue de sentimentos, de nacionalidade entre dois povos, que fallam a mesma lingua, professam a mesma religião, e juam se estabelecem na mesma raça.

Assim, emquanto que, officialmente, os dois povos se conservavam como estranhos e completamente divorciados, intimamente no peito de portuguezes e brazileiros pulsa se sentiram o affecto que, por tantos seculos, os unim.

N'estas circumstancias, o conflicto levantado não podia ter longa duração, porque entre duas nacionalidades unidas por tão estreitos laços jamais se tornariam incompatibilidades profundas que determinem um rompimento duradouro.

E desdoiro e aquivoco e anathemicida a concordia, o abraço da reconciliação é mais apertado, e mais intimo, porque nos prazos, como entre as familias, o afeiçoar tanto pode aguçar aquelles que o coração tem unidos.

Eis, pois, a razão porque a vinda do dr. Assis Brazil a esta cidade reveste um duplo caracter de festa, que muito nos apraz registar, tanto em harmonia está o modo de sentir geral com o nosso intimo sentir.

mundo, resolveu ir visital-a, mas em vez de preparar um secundado enorme, procedeu como homem pratico. Uma manhã apresentou-se em casa de Andreu, cujo primeiro impulso foi pôl-o no meio da rua. Porem, o marido appellou para as recordações do passado, pintou com negras côres a sua situação, e a casa é que conseguia transformar a ira da esposa na mais sincera compaixão. Com a condição de que nunca lhe fallasse em publico, ella offereceu-lhe uma mesada, que o maluadeiro aceitou.

Não lhe fora pouco, prohibida a entrada na casa da peova ora o elle, aproveitando o ensejo, conseguira apoderar-se de varias cartas dirigidas á digna esposa pelos protectores, proferindo os antegrafos pessoaes e pessoas de consideração, casadas e chefes de familia. Inutil é dizer que procurou depois os impralhentes apanhados, offerecendo a venda d'essas cartas, na da divulgação lhes poderia acarretar enormes prejuizos e desgostos. Entre as victimas figuram alguns titulares, o filho d'um general, tres banqueiros e um juiz Especulados pelo patife, fizeram voto de nunca mais tornarem a visitar Andreu e, dispondo a todo, mandaram prender o *sandre chaulear*, que dou movimento entrada nas cadeias.

O secundado divulgou-se e a pobre mulheriaiana cahiu do apogeu dos seus triumphos ephemeros na mais apurada miseria. Vae vender as joias, a mobilia, os cavallos e até um lindo galeote que possuia nas proximidades da Avenida de Beis.

O marido conseguira extorquir uns 120:000 francos, mas o mais curioso é que do cabo d'esse dinheiro com duas amantes da mais baixa estofa.

Já partiram para Cadiz, sendo despedidas na estação por muito pouco.

A insurreição em Cuba

Dedicação das irmãs da caridade

Offereceram-se para prestar os seus serviços na guerra de Cuba tres irmãs da caridade, que ha vinte e cinco annos serviam no hospital de Valencia. Chamam-se soror Josefa Charnet, soror Dolores Mallas soror Margarida Bernáldia.

Suicidio por amor

Curiosa Carta

Ha pouco tempo apparecera em Paris um sargento de cazadores de Africa, robusto moço de 22 annos, chamado Christiano. O seu fim era receber uma herança de 80.000 francos. Não querendo regressar a Argelia sem combater a sorte de Paris frequentou diversos pontos de recreio e uma certa noite foi ao *Folies-Bergère*, onde a celebre hespanhola Carolina Otero apparece em scena, coberta de pedrarias como um ideio. Christiano ficou perdidamente apaixonado pela *demi-mondaine*, cujo amor conseguia conquistar, escrevendo-lhe cartas inflammaveis, enviando-lhe flores e por ultimo presentendo-a com joias, que lhe levaram em dous mezes quasi toda a herança. Por um lapso chegou a dar 1.500 francos e 15.000 por um anel.

Ora ultimamente a Otero, presentindo que se tinha esgotado a herança do seu apaixonado, recusava-se a recebel-o.

Na segunda-feira de manhã, Christiano foi comprar um revolver, almoçou opparamente á um dos *restaurants* da moda e depois metteu-se n'um carro, ordenando ao cocheiro que batesse para o Bosque de Bolonha. Chegando alli, dirigiu-se para o pavilhão Otero, onde todas as tardes continuava ir a Otero e as principaes *demi-mondaines* de Paris. Em frente da porta do pavilhão, encostou o revolver ao ouvido esquerdo e disparou. A morte foi instantanea, porque a bala varou-lhe o coração.

N'um testamento que trazia na algibeira, lega a um amigo 4.000 francos, restos da herança que recebera.

—Não gnabei para saude! [illegible] vorem-rar meu avô o zovelho mo mimo [illegible] Inutil é dizer que se trata d'um pobre doido.

EM BARCELONA

Os anarchistas

Na casa em que habitavam em Barcelona, foram recentemente presos o feribundo anarchista Serafim Tout e a sua companheira Joaquina Matas, conhecida e exaltada.

Tout era de ha muito considerado como perigoso porque é intransigente propagandista das suas ideias. Das entrelinhas [illegible] Joaquina foi posta em liberdade, depois de prestar declarações. Em casa encontraram-lhes os retratos dos justiçados de Chicago, numeros dos periodicos anarchistas *Chirmeria*, *Nova Idéia*, *Idéia Livre* e *Desperter*, e pacotes de opusculos.

Serafim e Joaquina foram ainda das suas ideias anarchistas.

DE RASPÃO

—Sabes tu o que eu te digo, Juliana? Os negocios estão muito mal, o povo quer economisar, mas não tem dinheiro... D'antes só os sandeiros de barro, ganhavam os mais de dinheiro até mais no anno; hoje não se apanam nem um mil reis em pratos e taças... Isto esta uma desgraça!

—Deixa lá, homem... tambem o que vale é que a gente já fez o seu negocio em tempo... Agora é só comendo e ganhando...

—E cuidas que vou deixarão comer desmazadamente?

—Estão não hão de deixar? A gente, não se metendo em coisas de politica...

—Ai falias bem! Tanto lhe a gente sobre-se como não se mettar, quando os casos chegam a certo ponto... todos soffrem...

—Mas então os casos já estão assim bios?

—Se te parece! Com esta crise... não se vende nada, não se faz negocio, não ha dinheiro...

—Ora, não ha dinheiro! O peior é se não se vê a mesma gente nos jornaes, nas festas, nos theatros, nas tabadas... Olha o carvalho santo, a gente que tem levado a Lepe do Baile...

—Pois sim... — sem não demira... Como o negocio de milagre... Mas tu bem sabes, Juliana, que bom Nosso Senhor não está a fazer milagres todos os dias...

—Não está, mas Deus é que, não é justo a trabalhar como um mouro, e a respeito de não ajudar... não vejo nada.

—Calo-te, Ambrosio! Não digas heresias... Deus ajudado não tem dito!...

—Ajudou em tempo, mas agora... não se faz negocio... Eu até já me lembrei de um coisa...

—De que?

—De arranjar com esta negocio da loucura abrir uma fazeca... Porque hoje, o que ainda dá alguma coisa, é o negocio de comer e beber...

—Ora! Atarar bebedas...

—E enfio o que tem? Os bebedos são os que ainda podem deixar alguma coisa... porque os que tem juizo agurram-se ao dinheiro e não o soltam... Depois, isto de comer e beber é uma necessidade... ninguem passa sem isso... Quer um bocado quiera, que não, se não almoça, ha-de jantar, e se não janta, ceia...

—Pois isso é verdade...

—Ai, Ambrosio, tu bem sabes que o meu trato é do no prumoir... Arranjo coisas de pratos e tigelas—bem dirigo para quelquer que abrir o taseo... Vamos comendo e dando de comer a troco da papellada, para se não perder tudo... O dinheiro em caixa, vem podemos a este chaco, que não vê ao mundo isa... e quando a coisa rebentar, como sou pobre—não me incomodo... Eu é que posso incommodar os outros... Tenho juizo ou não tenho, mulher?

Bolefim elegante

Fazem annanhã annos as ex.mas snr.as:

Viscondessa de Guilhe
D. Adelaide Sophia Benevides
D. Francisca de Noronha (Party)
D. Helena Loushner
D. Laura Ferreira Pinto Figueiro Freire
D. Maria da Lemphes Sarmento Vasconcellos Cordeiro
D. Graciliada Alleu
D. Rita da Camara Carvalhal Van-Zeller da Cunha
D. Anna Emilia Martins (Abilio)
D. Adriana d'Almeida Torres

E os srs.:

Barão de Roussado
Augusto Allão de Moraes e Sá Gavilo Poseon.

Dr. Augusto das Neves dos Santos Carneiro

Carlos Leite do Amaral Osorio
Jayme Augusto da Silva
Dr. Joaquim Maria da Silva
João d'Azevedo Coutinho.

*** Achou-se n'esta cidade, vindo dos Estados-Unidos do Brazil, o sr. commendador Victorino Moreira da Rocha. S. ex.ª veio de visita a sua tia, a ex.ma D. Quiteria de Souza Mendes e a seus primos Ernestino, José, Joaquim e Augusto Pinto Mendes. S. ex.ª retira por estes dias para Vidago, onde vae fazer uso das aguas d'aquella estancia.

*** Por hoje nenhum a mesma irmã, uma galante e interessante cronicinha, filha da distincta pianista a ex.ma sr.ª D. Thereza Amaral.

*** Regressou de Lisboa á sua casa de Paredes de Coura, o sr. conselheiro Miguel Dantas Gonçalves Pereira.

*** Partiram para Mathosinhos, o sr. dr. Francisco Gomes Teixeira, para Ermesinde, o sr. Francisco Domingues da Silva Araujo, para S. Martinho do Bougado, o sr. Jacintho Pinto das Neves.

Notas Alegres

—Que triumpho que alcançou o pianista M... quando acabou de tocar não lhe deram um salmo palmas!

—E chamou a bem um triumpho?

—Pudera! Não tocou o «Credo do amanã» e effectivamente todos sahiram-se.

*

—Oh! parola, vae para casa assim a chorar, e ha-lhes o chapeo de chuva que está ali no cabide!

—Não pouco, respondo o dono da loja, muito aborrecido. Sacudel-o-ei sempre um chapeo de chuva, que tem tido tres para o que chove a torrenes. Se isto parar esta tarde, tem nenhum de 6 moitos em 4 chuva.

NOTICIARIO

Movimento Bancario

Os cambios tiveram forma os seguintes:

Sobre Londres a vista compra a 41 1/2 e vendas a 41 3/4

A 90 dias, compra 41 1/16 e vendas a 41 1/8

Sobre Paris compras a 52 e vendas a 52 1/8 por cada 5 francos.

Sobre Madrid compras a 1.000 e vendas a 1.010 por cada.

Sobre Hamburgo compra a 88 e vendas a 88 e meio.

As libras venderam-se a 1.910 reis do preço cada uma.

Ouro portuguez a 96 p. c.

Prata a 1.000 a 1.24 p. c.

Letras de Londres aos 6 de maio, ás 11 h. e 30 m. da manhã—Telegrama recebido pelos srs. Chaves e Cabral—Rua Nova do Ouro.

Alfandega do Porto

O chefe da 2.ª repartição da alfandega d'esta cidade, sr. Francisco de Castro Gomes Monteiro, requisitou do Laboratorio Municipal todos os reagentes chimicos necessarios para as analyses que possam effectuar-se nos processos de verificação. Os reagentes requeridos já estão na alfandega.

Se Real Collegio—Da Guiaes

Está annunciada para hoje, no Real Collegio, a inauguração da epocha theatral-chica, que o mau tempo não permittiu se effectuasse no passado domingo, narcendo tambem posto disposto a successil-a agora.

Recrete e os seus bandarilheiros, despedantes da entubera atmospherica, não podem desmerecer do alto de annunciado, e acertado, mais uma vez se perde, se continuar a chuva, o ensejo de admirar o *celebre* apodo e os seus chicos, que são distinctissimos. E a segunda vez que o mau tempo malogra a apresentação do *Recrete*. Um verdadeiro magnifico que todos os *aficionados* lamentam sinceramente.

José Bento não pôde resindir o compromisso que tinha para hoje, com os seus collegas Alfredo Tinoco e Fernando d'Oliveira na praça de Algés, a inaugurar, mas convém para o substituir Adelino Raposo, muito conhecido dos portuenses e que tem feito actaveis progressos. Esta magnificamente montado e simpatico cavalleiro, que junta a grande conhecimento da arte o ser innumavel na Baia.

Finalmente está tudo a postos para que a tourada se realise hoje. Resta porem, que o tempo consinta, não desmiuando a empresa que, tendo feito os maiores sacrificios, tão-só riscou esta de ver mal compensados os seus esforços. Duante de tal contrariedade ninguem, ha que não desanime.

E é pena porque asiomos que, se a tourada se poder fazer, com a favor que é de esperar do publico, projecta a empresa apresentar no proximo domingo o segundo tourada, em duas horas tourados, os dois notabilissimos spadas *Faico* e *Fabrillo* e respectivas *cuadrillas*, bem como os cavalleiros José Bento de Araujo e Alfredo Tinoco.

E esse para os *aficionados* se apegarem a todos os santos da sua devoção!

Os operarios dos phosphoros

Esta classe, ao que nos informaram hontem alguns dos seus membros, acha-se muito descontente por ter de ir trabalhar por conta da companhia concessionaria exclusiva da fabricação, sem nisda estarem estipuladas as condições a que ter de submetter-se, nem organisados os regulamentos internos das fabricas.

Expediente Judiciario

Nos tribunaes d'esta cidade houve hontem o seguinte expediente:

Primeiro districto—Recolhidos ás cadeias Bernardo Soares, e «Rodrigo», por furto; Joaquim Exposto de Sousa e Maria de Jesus, por embriagues.

* Segundo districto—Recolhidos ás cadeias José Maria, e «Tesinho» e Francisco Tavares, por furto.

* Terceiro districto—Recolhido ás cadeias Antonio da Rocha Coutinho, por embriagues.

Julgamentos

No tribunal do terceiro districto foi hontem julgada Angelica Rosa, arguida de furto.

Foi condemnada em 40 dias de prisão correcional e em trinta de multa a 100 reis diarios.

O furto que consta de objectos de oiro no valor de trinta mil reis, foi feito no sr. Antonio Pinto Ferreira, da rua do Rosario.

* No tribunal do segundo districto tambem deveia ser julgado Joaquim Ferreira de Castro, o «Matoiro», arguido de offensas corporaes. Por falta de testemunhas foi o julgamento adiado para o dia 17 do corrente.

O tempo

Entrou mais com todos os primores e galas da primavera, mas afinal foi de pouca dura esses quadros de encantos de que os passaritos se aproveitaram a toda a pressa, para dependerem das amendoeiras em flôr, das folhas misteriosas dos loureiros e das simuiranas que se inclinam sobre as aguas cristalinas dos regatos, os identificados ninhos dos seus amores.

O bello ceo azul dos dias anteriores cobriu-se na tarde ou cinco dias de grandes farrapos de nuvens pardacentas, e algens pouco apraziveis bem cedinho, como as não fossem bastantes as aguas mil do preciso abril.

Hontem, pelas nove horas e meia da noite, avançaram do mar, acossadas por um vento muito rijo, nuvens negras, prenhes de electricidade, rajas desarguas alto se dourarem muita. Relampagos viravisos, fosfilhando de instante a instante a sua luz violeta, e logo trovões, um dos quaes, imaginaram sobre a cidade, foi formidavel.

Copioso aguaceiro de granizo se seguiu a trovoada, folicando de pouca dura, e desde então até á hora em que escrevemos, isto é, ás dez da noite, não tem decaido de chuva.

Pide ser que a manhã traga aspecto menos carrancudo, mas não é muito de suppor porque de mais ha a sua contenda solemne a lua nova, trazendo-nos tristemente a lembrança o adagio popular

Lua nova trovejada
Triste dias é molhada.

Oxalá se desmentisse!

Após um suficiente atavisismo, que uma linda cardinha Do produzira, falleceu hontem, pelas 7 horas da manhã, o poeta Arthur do Carmo Braga, intelligente e amavel rapaz, filho do nosso amigo e dedicado sr. Benjamin do Carmo Braga, socio da acreditada casa Guichard B C.ª, estabelecida no Rio de Janeiro. O pobre pequenino viera com sua familia, em viagem de recreio a Portugal.

Em consequencia de ter partido para Lisboa o sr. dr. Luiz Woodhouse, vogal da commissão dos sempenhos, fica encerrada a cadeira d'aquelle professor na Academia Polytechnica, o sr. José Pedro Teixeira.

Quartel de Santo Ovidio

O sr. general Vasco Borges, commandante d'esta divisão, acompanhado do seu ajudante de campo e do sr. chefe do estado-maior, visitou hontem de tarde o quartel de Santo Ovidio.

A visita foi pouco demorada, retirando-se s. ex.ª muito satisfeito com a boa ordem que alli encontrou. Durante a visita tocou a banda d'infantaria 18.

S. ex.ª foi recebido pela officialidade d'aquelle regimento.

Real Velo-Club

Hoje, pelas duas horas da tarde, no Palacio de Crystal, effectuar-se-ha o sorteio das provenias offerecidas por suas magestades Fernando e Luiz, e por sua magestade a rainha a ex.ma sr.ª D. Maria Amelia com destino de fundar n'esta cidade.

O presidente do Real Velo-Club, o sr. barão de Paço Vieira (Alfredo), parte por estes dias para S. Pedro do Sul a fazer entrega a sua magestade a rainha da quantia de 1:357$920 reis, producto liquido da alfandega *Ferrenha*.

Prisão de militares

No comboio da tarde de hontem, presidente do Douro, chegou uma força de infantaria n.º 6, mediando sob custodia os soldados do regimento de infantaria n.º 18.

Procuramos indagar o que tinha sucedido, mas só conseguimos obter informações vagas, que se reunem ao seguinte:

Entrou pela porta dos primores e galas da primavera, mas afinal foi de pouca dura esses quadros de encantos de que os passaritos se aproveitaram a toda a pressa, para dependerem das amendoeiras em flôr, das folhas misteriosas dos loureiros e das simuiranas que se inclinam sobre as aguas cristalinas dos regatos, os identificados ninhos dos seus amores.

O bello ceo azul dos dias anteriores cobriu-se na tarde ou cinco dias de grandes farrapos de nuvens pardacentas, e algens pouco apraziveis bem cedinho, como as não fossem bastantes as aguas mil do preciso abril.

Hontem, pelas nove horas e meia da noite, avançaram do mar, acossadas por um vento muito rijo, nuvens negras, prenhes de electricidade, rajas desarguas alto se dourarem muita. Relampagos viravisos, fosfilhando de instante a instante a sua luz violeta, e logo trovões, um dos quaes, imaginaram sobre a cidade, foi formidavel.

Copioso aguaceiro de granizo se seguiu a trovoada, folicando de pouca dura, e desde então até á hora em que escrevemos, isto é, ás dez da noite, não tem decaido de chuva.

Pide ser que a manhã traga aspecto menos carrancudo, mas não é muito de suppor porque de mais ha a sua contenda solemne a lua nova, trazendo-nos tristemente a lembrança o adagio popular

Lua nova trovejada
Triste dias é molhada.

Oxalá se desmentisse!

Após um suficiente atavisismo, que uma linda cardinha Do produzira, falleceu hontem, pelas 7 horas da manhã, o poeta Arthur do Carmo Braga, intelligente e amavel rapaz, filho do nosso amigo e dedicado sr. Benjamin do Carmo Braga, socio da acreditada casa Guichard B C.ª, estabelecida no Rio de Janeiro. O pobre pequenino viera com sua familia, em viagem de recreio a Portugal.

Em consequencia de ter partido para Lisboa o sr. dr. Luiz Woodhouse, vogal da commissão dos sempenhos, fica encerrada a cadeira d'aquelle professor na Academia Polytechnica, o sr. José Pedro Teixeira.

Quartel de Santo Ovidio

O sr. general Vasco Borges, commandante d'esta divisão, acompanhado do seu ajudante de campo e do sr. chefe do estado-maior, visitou hontem de tarde o quartel de Santo Ovidio.

A visita foi pouco demorada, retirando-se s. ex.ª muito satisfeito com a boa ordem que alli encontrou. Durante a visita tocou a banda d'infantaria 18.

S. ex.ª foi recebido pela officialidade d'aquelle regimento.

Real Velo-Club

Hoje, pelas duas horas da tarde, no Palacio de Crystal, effectuar-se-ha o sorteio das provenias offerecidas por suas magestades Fernando e Luiz, e por sua magestade a rainha a ex.ma sr.ª D. Maria Amelia com destino de fundar n'esta cidade.

O presidente do Real Velo-Club, o sr. barão de Paço Vieira (Alfredo), parte por estes dias para S. Pedro do Sul a fazer entrega a sua magestade a rainha da quantia de 1:357$920 reis, producto liquido da alfandega *Ferrenha*.

Prisão de militares

No comboio da tarde de hontem, presidente do Douro, chegou uma força de infantaria n.º 6, mediando sob custodia os soldados do regimento de infantaria n.º 18.

Procuramos indagar o que tinha sucedido, mas só conseguimos obter informações vagas, que se reunem ao seguinte:

Dr. Assis Brazil

No comboio de Lisboa, ás 7,20 da manhã, chega hoje a esta cidade, acompanhado por sua ex.ma esposa e interessantes filhinhos, o dr. Assis Brazil, illustre ministro da republica brazileira junto da nossa corte.

A guarda d'honra é feita por uma força da infantaria 6, sob o commando d'um capitão o presidida da respectiva banda.

Depois dos cumprimentos do estylo, o cortejo dirigir-se-ha para o Grande Hotel do Porto, desfilando á frente o corho que conduzirá o sr. dr. Assis Brazil, sepsos e filhos, seguindo-se o do presidente do Centro Commercial e indistinctamente os que conduzirem as oppressões que acompanharam a recepção.

S. ex.ª vae ocupar no Grande Hotel do Porto, uma sala e dois quartos do andar nobre, os mesmos de que outr'ora se apropriaram o finado sr. Imperador, *D.* Pedro II. Foram já tomadas pelo sr. dr. Calmon, digno consul do Brazil n'esta cidade.

O Centro Commercial mandou arrancar a tabuação do Campanhã, incumbindo-se d'esse trabalho e embaixo organisa-ta-se José Moreira de Mattos.

A direcção d'aquelle centro tencionava mandar adornar se ruas do trajecto até ao hotel, mas esteve a seu intento a falta absoluta de tempo, pois que os trabalhos na estação de Campanhã são feitos durante a noite de hoje, devendo prolongar-se até a madrugada.

* A rua de Santa Catharina, na parte comprehendida entre as do Santo Ant.nio e Formosa, tambem está ornamentada com mastros enrimados por [illegible] ornadas com grinaldas e [illegible] arbustos. Durante o dia de hoje, [illegible] alli uma banda de music.

* O sr. dr. Assis Brazil tencionava assistir de tarde á tourada no Real Colisseu Portuense, e a noite ao espectaculo do theatro do Principe Real.

* Para a noite d'hoje preparam-se lindas illuminações a gaz nas frontarias das edificios da Associação Centro e Athenaeo Commercial, Quatro de S. João, Sociedade de Beneficencia Brazileira, consulado do Brazil, etc.

* Amanhã, como já dissemos, realisa-se o theatro de S. João a sessão solemne, promovida pelo Centro Commercial, distinguindo, além do sr. dr. Assis Brazil, o consego dr. Alves Mendes, dos Carlos Braga e Gomes da Silva.

A esposa do sr. dr. Assis Brazil, sociedade, no camarote real, acompanhada por muitas damas portuezes e da colonia brazileira.

Assiste tambem o sr. Luiz Filippe da Matta, delegado do Centro Commercial, em Lisboa. Parece que a guarda d'honra a esta feita será feita por uma força do Corpo de Salvação Publica.

O theatro está sendo ornamentado a capricho pelo acreditado armador sr. Francisco d'Oliveira Monteiro. A decoração constará de plantas, trophoos de bandeiras nacionaes e brazileiras, bandeirinhas de papaso vermelho e de seda das côres brazileiras, espelhos e serpentinas.

* O banquete de sabbado no illustre Gil Vicente, no Palacio de Crystal, é de cento e vinte talheres, com brindes especialmente dedicados.

Tais publicações portuguesas também viam no reatamento um marco na reaproximação luso-brasileira em relação ao futuro, como fazia *O Jornal de*

Extremoz, segundo o qual, "as demonstrações de regozijo" que se repetiam "em Portugal e no Brasil pelo restabelecimento das relações diplomáticas entre os governos das duas nações irmãs", provavam quanto era "estreita a simpatia" que unia "os dois povos". Para o periódico, o Brasil representava "a melhor coroa de glória" lusitana, pois, "do grandioso período dos descobrimentos e das conquistas dos portugueses", era "somente aquele grande país" que ficara "como testemunho imorredouro da capacidade colonizadora e civilizadora da mãe pátria", tendo ali prosperado "um povo novo" que representava "a continuação da nacionalidade portuguesa", falando a mesma língua, conservando as tradições, e espalhando "pelos dois mundos a fama dos feitos dos imortais heróis" lusos[127].

Este mesmo jornal antecipava-se às comemorações do quarto centenário do descobrimento do Brasil que viria a ser um dos pontos altos das tendências reconciliatórias luso-brasileiras. Na sua concepção aquela seria "a ocasião oportuna para comemorar de mãos dadas aos brasileiros, o fato inicial" que dera "origem àquele novo estado – o descobrimento da terra de Santa Cruz por Pedro Álvares Cabral, em 1500". Nesse sentido, destacava que estava "em voga a comemoração dos centenários", devendo todos se preparar para "festejar em 1900", aquele que, "além de ter a particular importância de relembrar um dos fatos mais notáveis da história pátria", deveria "ter um imenso alcance político". Considerava que "a celebração do centenário do descobrimento do Brasil" poderia "ser um magnífico ensejo para os dois povos estreitarem ainda mais as

[127] O JORNAL DE EXTREMOZ. Estremoz, 11 maio 1895. A. 9. N. 425. p. 1.

suas relações de amizade, recordando a sua origem comum e o mútuo auxílio prestado para a evolução progressiva das duas nações", bem como "para darem um público e solene testemunho da consciência da sua solidariedade no convívio das nações, e da sua firme intenção de sempre se auxiliarem", promovendo "a mútua prosperidade". Com manifesto saudosismo, a folha dizia que "a celebração do centenário do descobrimento do Brasil" deveria "servir para relembrar os processos pelos quais os antepassados conseguiram lançar as bases desta grande nacionalidade" que prosperava "no Novo Mundo"[128].

Assim esse conjunto de publicações que circulavam no âmbito da imprensa portuguesa do final do século XIX optou por privilegiar uma forma de abordagem bem mais amena, sem avançar em debates quanto aos causadores da ruptura, bem como não considerando válida a discussão sobre as negociações entabuladas para se obter a reconciliação. A ideia geral era a de que o mais importante era o reatamento diplomático que deveria ser alvo de alegria, júbilo e exaltação, insistindo na tese de que era antinatural que duas nações vinculadas por laços de fraternidade permanecessem separadas por motivos ditados unicamente pelo oficialismo governamental. Nesse sentido, folhas que até então haviam demonstrado posturas mais específicas quanto ao predomínio noticioso, ou à defesa de ideias monarquistas e republicanas ou ainda situacionistas e oposicionistas, mantiveram a busca da isenção diante da narrativa dos fatos ou abandonaram o partidarismo, tendo em vista colaborar

[128] O JORNAL DE EXTREMOZ. Estremoz, 11 maio 1895. A. 9. N. 425. p. 1.

com uma certa suavização discursiva em relação a um ambiente até então bastante conturbado.

Os jornais partidários do governo regenerador

Ainda que o regozijo e o enaltecimento tenham permanecido como uma constante em relação aos jornais portugueses, alguns deles persistiram articulados plenamente com seus discursos calcados essencialmente no partidarismo. De acordo com tal premissa, muitos dos periódicos lusos, ainda que não deixassem de exaltar o fim do conflito, mantiveram seu norte editorial voltado à defesa dos governistas regeneradores. Tais publicações insistiam na perspectiva sustentada à época do rompimento diplomático, no sentido de buscar isentar os situacionistas de qualquer responsabilidade em relação aos fatores motivadores da ruptura, bem como apontavam como o mais importante elemento para a retomada das relações diplomáticas a ação desses mesmos governistas que permaneceram no poder, apesar de toda a campanha oposicionista para daí apeá-los. Além da sustentação governamental, essas folhas dedicaram-se com afinco a nutrirem um conflito discursivo em relação às oposições, havendo diversos jornais que seguiram tal procedimento.

No contexto açoriano, entre 1º de abril de 1857 e 24 de fevereiro de 1895[129], na Horta, foi publicado o semanário *O Faialense* o qual enfatizava que não abriria mão "dos princípios de prudência e imparcialidade", enunciados desde

[129] RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 319.

que vira "a luz da publicidade". Explicava que mantinha com "ilustração e dignidade" uma "missão civilizadora", bem como advogava "sem cessar os interesses mais vitais do distrito" e pugnava de modo constante, "pelos seus melhoramentos, sem tergiversar nunca no ponto fixo a que mirava", não visando "qualquer princípio que não fosse o da pública utilidade". Dando destaque ao seu caráter regional, o periódico insistia que permaneceria na tarefa "de reclamar os melhoramentos públicos e despertar a iniciativa particular para qualquer empreendimento" que fosse "favorável ao desenvolvimento do distrito"[130].

Uma folha intrinsicamente vinculada ao monarquismo e aos regeneradores foi o *Diário Ilustrado*, cujo breve histórico foi abordado no capítulo anterior deste livro. Também em Lisboa foi editado um outro periódico diário, o *Correio da Manhã*, que circulou de 1º de dezembro de 1884 a 11 de dezembro de 1897[131]. Ao apresentar-se ao público, afirmava que entrava "na luta jornalística, pronto a defender as ideias professadas pelo partido regenerador". O periódico explicava que, no período então atravessado, era sentida "uma grande confusão no regime dos diversos partidos", de modo que seria necessário "mais do que nunca que os homens" que sustentavam "um certo número de ideias essenciais de progresso, de liberdade e de ordem social", se concentrassem "em coluna compacta em torno dos seus chefes naturais, esquecendo para sempre as dissidências que por algum tempo os tivessem podido dividir". O jornal

[130] O FAIALENSE. Horta, 1º ago. 1886. A. 30. N. 1. p. 1.
[131] RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 96.

colocava-se entre aqueles que prezavam e defendiam "as instituições vigentes", propondo que os partidos se caracterizassem de um modo "definido e acentuado", constituindo "organismos completos, com elementos de vida e desenvolvimento", evitando "o demasiado fracionamento", por ser "mais do que nunca perigoso"[132].

Da porção extremo-setentrional lusa foi o *Jornal de Viana*, publicado em Viana do Castelo. Começou a circular duas vezes por semana e, posteriormente, passou a sair semanalmente, tendo sido editado de 17 de outubro de 1886 a 4 de outubro de 1917[133]. Em essência, dedicava-se às lides partidárias, explanando que, "filiado em um partido distinto", no caso o regenerador, buscara trabalhar "pela prosperidade e engrandecimento do país", esforçando-se "por manter vívida a firme crença nos princípios partidários" e propugnando "pela maior coesão da agremiação, única forma de bem desempenhar os deveres" aos quais estava incumbido. Na mesma linha, declarava que, no seio do partido, devotava "igual consideração aos mais valiosos" e, identicamente àqueles que não poderiam "representar tão avultada influência", desde que fossem "iguais e irrefragáveis as suas dedicações" e "sincero, verdadeiro e leal o seu esforço". Pretendia ser intemerato, podendo "criticar ou aplaudir", sem que suas palavras fossem mal interpretadas, além de desempenhar a sua "missão política pela forma" que considerasse "ser a mais digna e a mais útil". Dizia que, como partidário, seguia "com a sua bandeira, sem nada pedir ou solicitar", estando

[132] CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 1º dez. 1884. A. 1. N. 1. p. 1.
[133] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 38.

"sempre pronto a dar o seu auxílio" pouco válido, "mas sincero, a tudo" o que fosse harmônico com os seus "princípios e acomodado à utilidade geral partidária[134].

Entre 22 de abril de 1889 e 14 de janeiro de 1905[135], foi publicado em Lisboa o diário *A Tarde*. Em sua gênese, apresentava-se ao público, resumindo suas práticas na expressão latina *res non verba*, refletindo a intenção da supremacia dos fatos sobre as palavras, ou opiniões e informando que, a propósito "de todos os assuntos de interesse público", que deveriam ser veiculados na imprensa, daria "a sua opinião franca e desassombrada, guiando-se apenas pelas normas da justiça", sem se preocupar, levemente que fosse, com os partidos em que se dividia a política lusa. Declarava que não representaria partidos, e sim "jornalistas, na boa e elevada acepção da palavra", e procuraria, quanto lhe coubesse, "esclarecer a opinião pública, expondo-lhe suas ideias e convicções como produtos de estudo e investigações imparciais e sinceras". Complementava a apresentação, afirmando que a sua "humilde pena" serviria "devotamente à causa da liberdade" e defenderia "os sagrados direitos" que dela emanavam "no indivíduo e na coletividade". Como uma atração editorial suplementar, prometia apresentar uma gravura em sua página inicial, contratando para isso profissional cuja reputação artística não careceria de reclame[136].

---

[134] JORNAL DE VIANA. Viana do Castelo, 20 out. 1887. A. 2. N. 104. p. 1.
[135] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 293.
[136] A TARDE. Lisboa, 22 abr. 1889. A. 1. N. 1. p. 1.

Uma publicação editada diariamente em Lisboa foi o *Diário Popular*, que circulou de 13 de julho de 1866 a 13 de junho de 1896[137], vindo a ter significativa relevância e influência junto ao público leitor português[138]. No seu primeiro número, trouxe aos leitores uma brevíssima apresentação, na qual se limitou a informar que daria continuidade ao *Noticiário Português*, reorganizando-se e mudando seu título para aquele primeiro que representaria mais a contento "a índole de uma publicação destinada principalmente à instrução do povo"[139]. Mais adiante o jornal acrescentaria o artigo "O" ao nome estampado em seu cabeçalho. Já ao final do século XIX, ao encerrar suas atividades, o *Diário Popular* seria substituído por *O Popular*, o qual manteria as mesmas características editorias, tendo sido publicado na capital entre 14 de junho de 1896 e 20 de novembro de 1907[140].

De caráter regional foi a *Correspondência de Coimbra*, que circulou semanalmente na cidade homônima, entre 1º de janeiro de 1872 e 29 de dezembro de 1909[141]. No programa estampado na primeira edição, exaltava o "seu empenho constante pelo engrandecimento, prosperidade e independência do país", a partir do qual não haveria "de desaproveitar as lições da experiência, nem desatender as circunstâncias" que pesavam sobre a "existência religiosa,

---

[137] RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 259.
[138] TENGARRINHA, 1989. p. 231 e 244.
[139] DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 13 jul. 1866. A. 1. N. 1. p. 1.
[140] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 181.
[141] RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 216-217.

política e econômica" da nação. Dizia não estar "ligada a partido algum", nem ser "órgão de *facções governamentais* ou *oposicionistas*, nem tampouco" ter política "*pessoal*, que sustentar ou combater *ex officio*". Argumentava assim que, em "meio às lutas dos partidos", haveria "de fazer ouvir a sua voz independente e mostrar o seu afeto a todos aqueles" que pugnassem "pelos princípios fundamentais da moral e da justiça". Pretendia atuar "a fim de que as necessidades e interesses locais" se ligassem "solidariamente, por meio da imprensa, com as necessidades e interesses gerais da nação"[142].

Em Setúbal, na região da Estremadura, circulou *O Distrito* que iniciou como bissemanal, passando depois a semanário e circulou entre 3 de outubro de 1886 e 27 de dezembro de 1908[143]. Em seu número inaugural, declarava que estava disposto "a uma cruzada santa, patriótica, humanitária, para a qual, em verdade", contava "vencer a indiferença dos governos, e a dos habitantes das povoações" as quais tentava "representar e fazer progredir" Conclamava todos a cooperarem, apostando que contava "com uma grande força" política e religiosa, compreendidas "no vasto ideal da palavra verdade"[144].

No distrito de Lisboa, na Estremadura, mais especificamente em Torres Vedras, circulou *A Semana*, que estampava no cabeçalho "periódico de Torres Vedras – dedicado à defesa dos interesses agrícolas de toda a região Torreana". Era um semanário que foi editado entre 24 de fevereiro de 1887 e 5 de janeiro de

---

[142] CORRESPONDÊNCIA DE COIMBRA. Coimbra, 1º jan. 1872. A. 1. N. 1. p. 1.
[143] RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 262.
[144] O DISTRITO. Setúbal, 3 out. 1886. A. 1. N. 1. p. 1.

1896[145]. Em seu programa explicava que o caminho de ferro proporcionara "um traço de união" entre aquele "opulento centro agrícola e a capital do reino", de modo que era necessário também alargar-se "a difusão da luz" e levar "a ilustração profícua" para a população o que poderia ser feito por meio da imprensa. Declarava que procuraria "reunir quantos elementos" pudessem ser úteis "à prática rural e ao comércio vinícola, a par do desenvolvimento de teorias interessantes para o espírito do cultivador". No que tange à política, considerava-a como "uma medonha tempestade, em que as paixões" se desencadeavam e espedaçavam, diante do que só poderia "ser observada a coberto de perigo, derivando as correntes com o para-raios da imparcialidade"[146].

Na localidade de Santa Comba Dão, no distrito de Viseu, região da Beira Alta foi publicado o semanário de título *O Dão*, que circulou entre 4 de agosto de 1889 e 19 de abril de 1896[147]. No cabeçalho, estampava uma inscrição abrangente – "folha política, agrícola, noticiosa, literária e bibliográfica" e colocava-se como um "inquebrantável propugnador dos direitos menosprezados da terra que o vira nascer", aquela "pitoresca Santa Comba, tão digna de boa sorte", de modo que se apresentava como ligado aos "interesses e progressos deste concelho". Declarava estar "longe das facções partidárias" e de suas paixões, adotando um caminho de independência[148].

---

[145] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 274.
[146] A SEMANA. Torres Vedras, 24 fev. 1887. A. 1. N. 1. p. 1.
[147] RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 233.
[148] O DÃO. Santa Comba Dão, 7 ago. 1892. A. 4. N. 158. p. 1

No Porto viria a circular a *Gazeta de Notícias*, mais uma publicação cuja proposta editorial era afirmada como essencialmente informativa, buscando demarcar o espaço existente no âmbito da comuna portuense para esse tipo de edição. Tal folha foi publicada de 19 de maio de 1890 a 7 de setembro de 1901[149], estampando, a princípio, em seu cabeçalho, a inscrição "diário da tarde", mas, ainda na primeira metade da década de noventa, sua circulação passaria a semanal.

Resultado da fusão entre *O Português* e *Portugal*, surgiu em Lisboa um novo diário intitulado *O Repórter*, publicado entre 3 de janeiro de 1892 e 3 de outubro de 1899[150], que se anunciava como "um jornal político, literário, comercial, e, sobretudo, noticioso", que procuraria "tornar-se digno da estima dos seus leitores pela variedade das suas seções, e pelo cuidado na sua redação". Anunciava que a seção informativa receberia particular atenção, buscando tratar os assuntos "com a máxima imparcialidade e franqueza". Pretendia abordar os "variados e complexos problemas da vida social, política, econômica e literária" e, por meio da fusão, proporcionar aos leitores "mais extensa e variada leitura, sem modificação de preços, e desenvolvendo e aperfeiçoando a seção taquigráfica das sessões das cortes"[151].

---

[149] RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 364.
[150] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 229.
[151] O PORTUGUÊS. Lisboa, 30 dez. 1891. A. 4. N. 1.327. p. 1.; PORTUGAL. Lisboa, 30 dez. 1891. A. 2. N. 371. p. 1.; e O REPÓRTER. Lisboa, 3 jan. 1892. A. 1. N. 1. p. 1.

Uma publicação voltada às possessões lusas circulou em Lisboa, entre 1º de março de 1894 e 5 de julho de 1897[152]. Era um quinzenário chamado *Revista Colonial* e justificava sua edição por considerar que andavam "pouco vulgarizados os conhecimentos relativos ao domínio ultramarino". Explicava que havia "várias publicações que davam às colônias notícia de Portugal", entretanto, não existiam "publicações especiais regulares" que dessem "à Portugal notícias das colônias". Detalhava que tratavam "desses assuntos os jornais políticos, mas só ocasionalmente e segundo o ponto de vista" em que os colocava "a sua orientação partidária, a qual nem sempre" correspondia "aos verdadeiros interesses da nação". Nesse sentido, compreendia que uma edição como a que estava sendo encetada, ajudaria "a preencher uma lacuna que não deveria continuar em aberto"[153].

Em Miranda do Douro, localidade cujo nome lembrava a região onde estava localizada, no distrito de Bragança, deu-se a circulação de um "órgão dos interesses locais". Era *O Mirandês*, cuja edição bissemanal ocorreu de 1º de abril de 1894 a 16 de setembro de 1897[154]. Partidarista, dizia que "clara e categoricamente", vinha "lutar pelos interesses do partido regenerador no distrito em geral e, em especial". Considerava que "a defesa de uma bandeira" não era incompatível com "a luz sagrada da independência e da razão", uma vez

[152] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 237.
[153] REVISTA COLONIAL. Lisboa, 1º mar. 1894. A. 1. N. 1. p. 1.
[154] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 99.

que não estaria "sistematicamente enfeudado a um partido" ou "cegamente subordinado ao espírito de uma facção"[155].

As folhas governistas, ainda que conservando o predomínio do engajamento partidarista, não deixaram de também manifestar sua exultação diante do reatamento luso-brasileiro. Nessa direção se pronunciou *O Faialense*, ao anunciar que estava "finamente terminado o desagradável incidente" que conservara "cortadas as relações políticas entre estes dois países tão intimamente ligados pelas tradições da história, pelos interesses comerciais, pelo idioma, e pela antiga amizade quase familiar que sempre" os unira. Considerava que "o término desta sensaboria pouco vulgar entre nações amigas", era "de grande vantagem para" Portugal, tendo em vista que seriam "tão importantes os interesses particulares e mesmo oficiais" que ligavam "os dois países, que uma quebra de relações políticas entre eles era um obstáculo e um embaraço ponderoso à marcha e desenvolvimento regular desses interesses"[156].

Intentando demonstrar que já não mais se tratava da discussão entre monarquismo e republicanismo, este mesmo jornal argumentava que estava "fundamentado na experiência das coisas e na filosofia dos fatos, o velho prolóquio de que nem tudo" era "para todos, nem todos" eram "para tudo", ou seja, "nem os brasileiros" tinham "nada que ver com a política dos portugueses, nem estes com a daqueles", pois, "cada um em sua casa, e Deus na casa de

[155] O MIRANDÊS. Miranda do Douro, 1º abr. 1894. A. 1. N. 1. p. 1.
[156] O FAIALENSE. Horta, 7 abr. 1895. A. 38. N. 11. p. 1.

todos". Dessa maneira, *O Faialense* assegurava que, "se ao português" convinha estar no "Brasil para ganhar a vida e adquirir fortuna", não deveria "sob princípio algum intrometer-se nos negócios e questões políticas daquele país, e se aos brasileiros" lhes era agradável o território luso "para a sua residência e conforto, igualmente" deveriam "ser alheios e estranhos a tudo quanto" ali se passava "dentro da esfera das lutas partidárias", que eram dos portugueses e só a eles diriam respeito[157].

Esta mesma tentativa, que ganhava corpo a partir do reatamento, de demonstrar que estavam superados os debates entre as diferentes formas de governo, com cada país governando-se como bem entendia, era também manifesta pelo *Diário Ilustrado* ao saudar que, "pela solução satisfatória à questão" que trouxera brasileiros e lusos "inimizados, a bandeira da república do Brasil vai de novo flutuar em Portugal no edifício da embaixada e dos consulados". Na concepção do periódico que tanto defendera o monarquismo, "a bandeira da república" deveria ser saudada tanto quanto o seria "a do império", já que o Brasil poderia ter "a forma política" que entendesse "ser melhor" e os lusitanos nada teriam com isso, pois "cada povo no seu território, como cada indivíduo na sua casa", governava-se como queria. Estampando em sua primeira página uma gravura do pavilhão brasileiro, a folha explicava que, "naquela bandeira", estava "a simbolização do grande e nobre país" e isso era o

[157] O FAIALENSE. Horta, 7 abr. 1895. A. 38. N. 11. p. 1.

que bastava para que fosse saudada, desejando-se “que ela nunca mais” tivesse “um desaparecimento em terras portuguesas”[158].

DIARIO ILLUSTRADO

24.º anno | Assignaturas em Lisboa: 1 mes... 300 réis; 3 mezes. 900 »; Avulso.. 10 » | Annuncios: linha, 20 rs.; 1.ª pag., 100 rs.; corpo do jornal com travessão, 60 réis. | Communicados e outros artigos, contractam-se na administração. | FUNDADOR: PEDRO CORRÊA DA SILVA | Sabbado 16 de março de 1895 | Editor responsavel J. M. Baptista de Carvalho | Assignaturas nas provincias: 3 mezes, pagamento adiantado..... 1$150 | A correspondencia sobre a administração, a Rodrigo de Mello Carneiro Zagallo. | Numero 7:894

A bandeira da republica dos Estados Unidos do Brazil

O general Quintino de Macedo

Dr. Mello

Estremoz

A BANDEIRA DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

HIGH-LIFE

Manhã dourada

[158] DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 16 mar. 1895. A. 24. N. 7.894. p. 2.

Para esta folha governista, com a nomeação dos representantes diplomáticos, ficava "completamente liquidada a questão, com honra para os dois países", sendo tal fato "em todo o país recebido com geral satisfação". Também o *Diário Ilustrado* estamparia em sua primeira página as armas nacionais lusa e brasileira e os retratos dos dois ministros plenipotenciários, Assis Brasil e Tomás Ribeiro, como representações do reatamento. Em referência às ilustrações, o jornal destacava que aqueles "dois símbolos juntos em lugar de honra", traduziam "como que um amplexo fraternal entre dois bons amigos que o acaso separara" e "que de novo" tornaram a se "encontrar, saudosos e satisfeitos, com palavras de afeto suspensas dos lábios emocionados". A respeito da reconciliação, a folha dizia que os dois países saudavam-se e abraçavam-se "calorosamente" e de maneira estreita, "falando um idioma comum" e registrando "com satisfação imensa os júbilos" do momento, "sem se referirem, nem mesmo de leve, à tristeza de ontem", que pusera "uma ligeira sombra em relações tão velhas de estima leal, verdadeira e provada"[159].

Ainda se referindo à homenagem que prestava, o jornal lisbonense enfatizava que as "tristezas" seriam levadas pelo "vento e pela providência para bem longe", de onde não ressurgiriam "nunca a enlutar os júbilos colhidos num abraço de irmãos". Mais uma vez dizia que era simbólica a sua gravura, "e

[159] DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 18 mar. 1895. A. 24. N. 7.896. p. 2.; e 22 mar. 1895. A. 24. N. 7.900. p. 1.

significativos os ramos de oliveira" que a emolduravam, "a exprimirem um voto sincero de paz duradoura e amiga", a qual deveria se dilatar "pelo decorrer dos séculos". Mantendo o tom de exaltação, o *Diário Ilustrado* declarava solenemente que estavam "reatadas as relações entre Portugal e Brasil" e, portanto, também ficava "destruído aquele traço de separação" que durara meses, "grandes como séculos", e "pusera uma pequenina sombra na afetuosidade recíproca dos dois povos irmãos". Reiterando a perspectiva de que republicanismo e monarquismo não mais deveriam ser pauta de debate, dependendo a forma de governo da opção de cada povo, o periódico deixava claro suas convicções, mas demarcava a aceitação do regime brasileiro. Nesse sentido, afirmava que se completara "oficialmente o restabelecimento das relações entre os dois povos irmãos", uma vez que estava "em Portugal o representante da jovem república", a que desejava "todas as felicidades como se ela ainda fosse uma monarquia – o regime político" das suas "crenças". A publicação fazia referência ainda ao conjunto dos festejos, declarando que nada seria demais "como testemunho de que Portugal e Brasil" estimavam-se mutuamente, ilustrando, mais uma vez a página principal, com uma figura alusiva ao reatamento, repetindo a estampa das armas nacionais, acompanhadas com o retrato apenas do diplomata brasileiro[160].

[160] DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 22 mar. 1895. A. 24. N. 7.900. p. 1.; e 4 maio 1895. A. 24. N. 7.942. p. 1.

DIARIO ILLUSTRADO

24.º anno

Assignaturas em Lisboa
1 mez... 300 réis
2 mezes.. 500 »
Avulso.. 10 »
Communicados e outros artigos, contractam-se na administração.

Annuncios: linha, 20 rs.; 1.ª pag., 100 rs.; corpo do jornal com travessão, 60 réis.

FUNDADOR: PEDRO CORRÊA DA SILVA
TELEPHONE N.º 117
Sexta feira 22 de março de 1895
Editor responsavel J. M. Baptista de Carvalho

Assignaturas nas provincias
3 mezes, pagamento adiantado..... 1$150
A correspondencia sobre a administração, a Rodrigo de Mello Carneiro Zagallo.

Numero 7:900

BRAZIL E PORTUGAL

OS BRAZÕES DO BRAZIL E PORTUGAL

DIARIO ILLUSTRADO

24.º anno | Assignaturas em Lisboa: 1 mez... 300 réis, 3 mezes... 900 réis, Avulso... 10 réis. Annuncios: linha, 30 rs.; 1.ª pag., 100 rs.; corpo do jornal com travessão, 60 réis. Communicados e outros artigos, contractam-se na administração. | FUNDADOR: PEDRO CORRÊA DA SILVA. TELEPHONE N.º 117. Sabbado 4 de maio de 1895. Editor responsavel J. M. Baptista de Carvalho | Assignaturas nas provincias: 3 mezes, pagamento adiantado..... 1$150. A correspondencia sobre a administração, a Rodrigo de Mello Carneiro Zagallo. | Numero 7:942

BRAZIL E PORTUGAL

Pode dizer se que se com[illegible] bosten-[illegible] ilustrante [illegible] estabelecimento das re[illegible] entre os dois povos [illegible] será em Portugal o [illegible] da joven re[illegible], a que desejance [illegible] as felicidades como [illegible] sinda fosse uma mo[illegible]—o regimen politi[illegible] as nossas crenças.

[illegible] novo ministro prepa[illegible] festas, honrando-se [illegible] nome, e n'elle o do [illegible] que representa, e nun[illegible] brave manifestação mais [illegible], mais opportuna e [illegible] sympathica. Nada será [illegible] mais, como testemunho [illegible] que Portugal estima o [illegible] Brasil, como o Brasil esti[illegible] Portugal.

* * *

Dr. Joaquim Francisco Assis Brazil

O novo ministro, filho de [illegible] negociantes e neto de [illegible] portugueses, nasceu na cidade de S. Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul, [illegible] 1857. Feitos ali os seus primeiros estudos, foi, em [illegible], para S. Paulo, matriculando-se na Academia de [illegible]. Durou o seu curso [illegible] até 1882, e no de[illegible] d'esses cinco annos [illegible], com Julio de Castilhos, hoje seu cunhado, e [illegible] Pereira da Costa, o [illegible] jornal academico [illegible] *A Evolução*; publicou [illegible] numero de trechos [illegible] notaveis, de carac[illegible] politico e philosophi[illegible]; deu á estampa dois bel[illegible] livros — *Republica federal* e *Historia da Repu[illegible] Rio Grandense*, e no[illegible] se ainda como tri[illegible] popular de primeira [illegible], proferindo uma serie [illegible] de discursos soberbos, de propaganda republi[illegible].

A sua existencia academica foi, pois, como se vê, [illegible] de trabalhos de valor e em manifesta[illegible] fecundavis de talento.

Alcançada a formatura, partiu o sr. dr. Assis Bra[illegible] para a sua provincia natal, que, pouco depois, per[illegible] de norte a sul em viagem de propaganda, e re[illegible] o jornal a *Federação* com superior criterio. A [illegible] trabalho, era eleito deputado á assembléa legisla[illegible], na qualidade de candidato republicano, sendo o [illegible] que conseguiu alcançar essa victoria; e em [illegible] de 1891 representava o partido republicano do [illegible] Estado no Congresso Geral, que se reuniu em [illegible] Paulo.

Proclamada a republica, defendeu-a vigorosamente [illegible] *Federação*, como jornalista, e depois na Constituin[illegible] como deputado, tendo sido, entre da eleição, ministro [illegible] do Brazil em Buenos-Ayres, onde prestou assigna[illegible] e valiosissimos serviços.

[illegible] Congresso, o dr. Assis Brazil, apesar d'amigo [illegible] do marechal Deodoro da Fonseca, não votou [illegible] para primeiro presidente constitucional da re[illegible], dando o seu voto ao dr. Prudente de Moraes.

Entre as razões explicativas d'esse procedimento, [illegible] com o maior desassombro e civismo, figura [illegible] que não votava no marechal, por presentir que [illegible] havia de ser funesto á Republica.

[illegible] nessa epoche, foi offerecida ao illustre diplomata [illegible] pasta no ministerio, que elle recusou altaneiramente. [illegible] Durante a resistencia ao golpe de Estado, dirigiu [illegible] o dr. Assis Brazil o governo do Rio Grande do Sul; [illegible] o marechal Deodoro resignou o cargo de pre[illegible] da republica, em 23 de novembro de 1891, pe[illegible] a demissão de governador, passando a occupar o [illegible] posto diplomatico em Buenos-Ayres.

Decorrido algum tempo, foi nomeado ministro plenipotenciario na China, em mineio especial — mineio [illegible] o governo do sr. Prudente de Moraes estimava ha[illegible].

Por esse mesmo epoche publicava o illustre escri[illegible] um livro muito notavel, que foi traduzido em [illegible], sob o titulo — *Democracia Representativa*.

* * *

O novo ministro do Brazil em Lisboa é um cava[illegible] de finissimo trato e um *sportman* distincto; joga [illegible] na perfeição, e possue uma bella cavalleriça, [illegible] com soberbos cavallos *pur sang*.

OS PRAZÕES DO BRAZIL E PORTUGAL

DR. JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRAZIL

Como diplomata, tem os seus creditos de ha muito firmados e figura entre a plana dos mais notaveis do Brazil.

O *Diario Illustrado* apresenta-lhe a homenagem do seu respeito e da sua consideração, pela missão que vem cumprir e pelas notabilissimas qualidades do seu talento e do seu caracter.

* * *

Pelas quatro e dez minutos da tarde entrou na *gare* do Rocio o *Sud-Express* que conduzia o illustre representante do Brazil.

Esperavam o distincto diplomata duas mil e quinhentas pessoas, approximadamente, que occhiam os espaços intermedios ás linhas.

A charanga dos marinheiros tocou o hymno brazileiro logo que o comboio parou, sendo secundada pela banda da guarda municipal. Tanto a charanga como a banda tinham sido contractadas pela commissão organisadora dos festejos.

Entre a multidão podémos notar os seguintes srs.: Costa Motta, 1.º secretario da legação brazileira; Vieira da Silva, consul geral, Conde de Restello, Conde de da Guarda, José Martinho da Silva Guimarães, Zophimo Pedroso, Valladares, Germano Claro e dr. Motta Veiga, pela camara municipal; Visconde de Manlaio, general Miguel Baptista Meirel, Conselheiro Pedroso, Conselheiro Julio Almeida, Conselheiro Tedeschi, Driessel Schroeter, Cecilio de Sousa, João Alves Sabiano, pedro Sousa Freitas, Caetano Ferreira, Arthur de Mello, D. Luiz Heston y Vedra, consul de Mexico, Custodio de Borja, Pedro Ignacio Lopes, Joaquim Jardim, conego Gil Carneiro, Eduardo Fernandes, Sousa Bastos, Raphael Bordallo Pinheiro, Visconde de Faro e Oliveira, Simões de Almeida, Antonio Perez, José Antonio de Freitas, Mello Barreto, Eduardo Pinto Basto, Manoel José de Andrade, Pinheiro de Mello, José Augusto Pimenta, dr. Patricio Dias da Silva, Jayme Arthur da Costa Pinto, Antonio Antunes, actores Portugal e Taimo, Damião Contreiras, Marquez de Franco, Teixeira de Queiroz, Felicio, chanceller do consulado brazileiro, Eduardo Garrido, actor Silva Pereira, Gomes Netto, Alberto Pimentel, Luciano Cordeiro, dr. Alfredo Couto, José Romão de Matos, Alfredo J. da S. Ramalho, F. A. Martins de Almeida, etc., etc.

Logo que o dr. Assis Brazil desceu da carruagem, foram levantados enthusiasticos vivas ao Brazil, a Portugal e ao novo ministro.

A gentil esposa do sr. dr. Brazil desceu pelo braço do sr. Conde de Restello, presidente da camara municipal.

O novo ministro trajava frak e trazia chapéo de coco. Sua esposa vestia uma elegante *toilette* de viagem, azul, e chapéo de palha enfeitado com flores claras.

Seguiam o illustre diplomata os srs. Brito Aranha, Alves Correia, Visconde de S. Roaventura, Machado Lima e Dolphim Monteiro Guimarães, que tinham ido esperar a sr.ª ao Entrevasto.

Junto da carruagem-salita em que vinha o dr. Assis Brazil via-se um grande e formoso cesto de flores naturaes, com fitas azues e brancas e verdes e amarellas, as côres das bandeiras portugueza e brazileira. O sr. Custodio Borja tambem offereceu a mudame Assis Brazil um formoso bouquet de flores naturaes.

Da *gare* seguiu o cortejo para o vestibulo da estação, que abre para o largo de Camões, descendo pela larga escadaria.

A multidão, no largo, era enorme: mais de cinco mil pessoas, que acclamavam o dr. Assis Brazil, o qual agradecia suavemente as manifestações de sympathia de que era alvo.

O novo ministro e sua esposa subiram para um coupé do sr. Conde de Restello, que acompanhou ao mesmo tempo os recem-vindos ao hotel Bragança.

Esta carruagem foi seguida de muitas outras, con-

Ainda no sentido do enaltecimento, o *Correio da Manhã* declarava que "felizmente os governos compreenderam bem que chegara o momento de reatar as relações", assim como de promover a "manutenção delas" e mesmo promover uma ainda "mais íntima cordialidade"[161]. Tal regozijo era também trazido pelo *Jornal de Viana* ao destacar que chegara "finalmente a notícia agradabilíssima para todos" de que havia "terminado por forma honrosa o conflito com o Brasil, sendo reatadas as relações diplomáticas entre os dois países irmãos". Este periódico afirmava que não poderia "tal nova ser indiferente aos portugueses", pois vinha "ela à hora própria em que no meio das lutas políticas, em meio de tantas e tão diversas dificuldades", sorria para os lusos "a notícia como o feliz termo de uma situação grave" para os seus "interesses e dolorosa" para os seus "corações"[162].

Mantendo esse tom, a *Tarde* buscava "encarecer a importância da notícia" que fora "recebida com a mais viva satisfação e com o mais íntimo júbilo", de modo que se poderia até "afoitamente dizer que na manifestação desses sentimentos Portugal e Brasil se mostraram mais uma vez duas nações irmãs, ligadas pelos laços da mais sincera amizade". Afirmava ainda que se em Portugal era "grande o contentamento de todos os portugueses por estar finalmente liquidada a questão luso-brasileira", não seria "menor a alegria dos irmãos de além-mar, por ela ter tido tão satisfatória solução", de maneira que "o dia 14 de março" passaria "a ser para Portugal e Brasil um daqueles dias felizes,

---

[161] CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 3 maio 1895. A. 12. N. 3.281. p. 1.
[162] JORNAL DE VIANA. Viana do Castelo, 17 mar. 1895. A. 9. N. 860. p. 1.

que os romanos marcavam com pedras brancas". Segundo o periódico, todos se congratulavam nas comemorações mútuas, evidenciando bem qual seria "o sentir geral", no qual "todos os partidos e todas as classes sociais", se misturavam e congregavam com o mesmo "intuito". Completando tal ideia, o jornal enfatizava que que "afinidades, unidade de interesses, comunidade de aspirações, ligações de afeto, tudo o que mais intimamente" interessava "à conjunção espontânea dos povos" concorria para aquela "aliança natural das duas nações que o Atlântico" dividia mas não separava[163].

Além dessa exaltação pelo reatamento, comum à quase totalidade dos jornais portugueses, as folhas governistas promoviam também uma intensa propaganda governamental, apontando os situacionistas como os mais importantes responsáveis pela reconciliação. Seguindo essa perspectiva, *O Faialense* dizia que o reatamento era uma "vitória política" que honrava "muito os dotes de inteligência" dos governantes lusos, vindo a "provar que, com correção de procedimento e lealdade de conduta, o Brasil republicano" não tivera "a menor dúvida em seguir as suas relações políticas com o velho Portugal monárquico", de maneira que, diante daquela questão, "o governo" fizera "o que devia com luzimento e honra para a nação". O aplauso destinava-se também à escolha do representante diplomático lusitano no Brasil, considerado como um "complemento brilhante dos esforços e perícia" governamentais, uma vez que Tomás Ribeiro era "conhecido e apreciado no Brasil pelos seus trabalhos

[163] TARDE. Lisboa, 15 mar. 1895. A. 7. N. 2.196. p. 1.; 2 maio 1895. A. 7. N. 2.232. p. 1.; e 15 maio 1895. A. 7. N. 2.244. p. 1.

literários, e à sua reputação isenta de máculas e de suspeitas menos limpas", juntava o "seu bom senso, elevado critério e distinto porte de homem de sociedade". A folha garantia que ele faria "um lugar brilhante, concitando a favor" de Portugal "as simpatias e adesões dos homens de estado da grande república do Sul", pois sobrava-lhe "prudência e talento para bem desempenhar a sua missão do mais subido valor político e diplomático", não havendo qualquer risco de que ele viesse a "produzir o menor atrito entre as relações oficiais dos dois países"[164].

No mesmo sentido, o *Diário Popular* destacava que sobejavam motivos de congratulações "com o país e com o governo pelos resultados obtidos", não devendo ainda ser esquecida a gratidão para com a "Inglaterra pela parte ativíssima" que tomara "na boa resolução da pendência", já que os lusos deveriam "sempre ressentir-se das ofensas" a eles feitas por serem "fracos, mas com igual fervor" deveriam "ser gratos a quem" lhes era "prestável apesar da sua fraqueza". De acordo com o periódico, "também seria injusto" negar "ao ministro dos negócios estrangeiros o merecido aplauso pelo modo hábil, correto e firme" como se houvera "em toda esta laboriosa e difícil negociação, mostrando-se a um tempo conciliador em destruir asperezas e firme em sustentar a dignidade nacional"[165].

A toada elogiosa era também seguida pela *Correspondência de Coimbra*, segundo a qual, estava "restaurada a boa convivência política oficial com o

---

[164] O FAIALENSE. Horta, 7 abr. 1895. A. 38. N. 11. p. 1.
[165] DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 15 mar. 1895. A. 30. N. 10.007. p. 1.

Brasil, graças ao feliz êxito, com que foram coroadas as negociações habilmente dirigidas pelo governo, e especialmente pelo ministro dos negócios estrangeiros". Na opinião desta folha, ainda "era necessário, para complemento de tão honroso e benéfico resultado, escolher, para representante no Rio de Janeiro, um homem, que à necessária ilustração e competência reunisse um acrisolado amor pela pátria", além de possuir "as simpatias e a estima dos brasileiros, merecendo ao mesmo tempo a inteira confiança e o respeito dos milhares de portugueses residentes na capital e nos diferentes estados da vasta e prometedora república", concluindo que fora tal nomeação "acertadíssima, de um grande alcance e de incalculáveis benefícios para Portugal"[166]. Também exultante com a ação governamental, o *Diário Ilustrado*, após análise da documentação referente à negociação do reatamento, exortava "a maneira honrosa" pela qual os representantes lusos "redigiram as suas declarações", havendo ali "a exposição singela dos fatos, sem haver a sombra de um melindre ou de uma suscetibilidade", atestando "a correção de procedimento do governo português"[167].

Os méritos governamentais serviam de argumento ainda para o *Correio da Manhã* ao ressaltar que não poderia "passar indiferente ao coração dos portugueses o fato de estarem reatadas as relações entre os governos dos dois países", em um quadro pelo qual os portugueses tinham, "acima de tudo a mais plena confiança na seriedade, no critério e na compostura do governo

[166] CORRESPONDÊNCIA DE COIMBRA. Coimbra, 21 mar. 1895. A. 24. N. 23. p. 1.
[167] DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 5 abr. 1895. A. 24. N. 7.914. p. 2.

português", o qual, durante "todo o período das negociações não se desviara um passo do caminho reto que desde o começo a si próprio traçara". Afirmava também que "a essa atitude tão prudente como digna, conciliadora sem deixar de ser reta", se devia "o resultado" que enchia "a todos de regozijo". Na concepção do periódico, a constatação dos acertos dos governantes serviria pra esvaziar a ação dos oposicionistas, defendendo que "a feroz campanha movida pela oposição contra o governo" fora "inepta, além de tudo, e nem força" tivera "para levar o seu eco ao Brasil", pois nem se tornara "necessário que fosse substituído o gabinete ou o seu chefe para que o governo brasileiro, passado o capricho de momento, fosse o primeiro a fechar o parêntese aberto sem motivo plausível" naquelas "tão antigas como cordiais relações". Conclusivamente, a folha conjeturava que de todos aqueles fatos poderia ser deduzido "que mais uma vez estalara a castanha na boca a uma oposição tão desalmada como inepta", de maneira que, se "o reatamento das relações com o Brasil era para Portugal motivo de júbilo", também seria, "ao mesmo tempo, e por todas estas razões, um assinalado triunfo para o governo"[168].

Seguindo tal premissa, *O Distrito* de Setúbal confirmava o "restabelecimento das relações diplomáticas", o qual traria a todos "muito prazer", por tratar-se de "duas nações irmãs pelo sangue, pelo idioma e pelos costumes", as quais não poderiam "deixar de viver em mútua fraternidade", de maneira que o jornal congratulava-se "com o governo por este fato", porque ele

[168] CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 16 mar. 1895. A. 12. N. 3.241. p. 1.; e 17 mar. 1895. A. 12. N. 3.242. p. 1.

soubera "levar a bom resultado esta pendência"[169]. Já o *Jornal de Viana* ressaltava que o governo não tivera participação na ruptura diplomática e não poupara esforços "de nenhuma ordem", para promover "a conciliação"[170]. Os elogios ao governo também partiam de *A Semana* de Torres Vedras que felicitava "o ilustre titular da pasta dos negócios estrangeiros" de Portugal, "por ver terminada esta pendência de tão alta importância política e comercial", louvando a mesma autoridade "pela escolha" que fizera para a representação "junto ao presidente da grande república, porque do talento, ilustração, seriedade e nobreza de caráter do novo plenipotenciário", haveria "muito a esperar"[171].

Argumentando que as atitudes governamentais seriam tão relevantes que deveriam ocupar um lugar na memória popular, a *Tarde* afirmava "seria profunda injustiça esquecer neste momento o alto serviço ao país" prestado "pelo ilustre ministro dos negócios estrangeiros", pois a maneira pela qual ele dirigira "as negociações diplomáticas terminadas com tão bom êxito", servira para que conquistasse o "sagrado direito à gratidão pública", ficando, desde então "inscrito entre aqueles que o povo" não deveria "esquecer, porque bem mereceram da pátria". O jornal declarava ainda que "os Estados Unidos do Brasil" eram "o grande povo querido dos portugueses", não podendo haver "acidentes diplomáticos" que diminuíssem "o afeto" que ligava, "pela língua, pela raça e pela história, o povo brasileiro ao povo português", de maneira que "o

[169] O DISTRITO. Setúbal, 17 mar. 1895. A. 9. N. 693. p. 1.
[170] JORNAL DE VIANA. Viana do Castelo, 17 mar. 1895. A. 9. N. 860. p. 1.
[171] A SEMANA. Torres Vedras, 17 mar. 1895. A. 9. N. 419. p. 2.

governo português" fora o "intérprete do sentir nacional, firmando oficialmente a aproximação dos dois povos" que em nenhum momento deixaram "de se estimar no seu íntimo sentir"[172].

Para *O Dão*, o restabelecimento de relações constituía "um fato" que deveria "levar o mais sincero júbilo a todos os corações portugueses", sendo ele devido tanto à mediação britânica, quanto "aos bem dirigidos esforços e à refletida prudência do governo", que soubera "encaminhar as negociações até este agradável desiderato". Tal periódico ressaltava ainda que "o triunfo alcançado pelo governo" seria "tanto mais notável e tanto mais digno de apreço para todos" os lusitanos, pelo fato de, "na solução do negócio", não ter havido "para Portugal a mínima quebra de dignidade". Nesse sentido, a folha reiterava que eram "dignos das felicitações" dos portugueses e de "todo o país, os homens" que o governavam "e especialmente o ministro dos negócios estrangeiros", que acabara "de dar do seu fino tato diplomático, da sua prudência e da sua firmeza, uma grande prova"[173]. A *Gazeta de Notícias*, por sua vez, dizia que as decisões e escolhas dos governantes lusos haviam sido tão consideráveis que mereceram até mesmo no Brasil um júbilo "todo dedicado à fraternidade dos dois países"[174].

O destaque ao papel do governo era realizado ainda por *O Repórter* que, diante do reatamento, aconselhava todos a congratularem-se "vivamente, com o governo e com o país, pela fausta publicação de tão auspiciosa notícia". Nesse

[172] TARDE. Lisboa, 15 mar. 1895. A. 7. N. 2.196. p. 1.; e 4 maio 1895. A. 7. N. 2.233. p. 1.
[173] O DÃO. Santa Comba Dão, 17 mar. 1895. A. 6. N. 294. p. 1.
[174] GAZETA DE NOTÍCIAS. Porto, 6 abr. 1895. A. 5. N. 311. p. 2.

contexto, afirmava que "todo o leal coração de português" deveria "sentir, ao saber deste acontecimento, uma grande e intensa alegria" e, "por tão brilhante e decisivo resultado", deveria ser felicitado "calorosamente o governo", de modo a "interpretar os sentimentos de todo o país". Propondo uma unidade em nome dos governo, o jornal sustentava que havia "duas ordens de situações na vida dos povos", nas quais "todos os cidadãos" deveriam "unir-se num só pensamento, e, perante a intensa grandeza de um unânime sentimento nacional", deveriam "esquecer-se dissensões e abater a sua bandeira os partidos", ou seja, "por ocasião das grandes dores e das grandes alegrias". Considerava que, neste último caso, estava a celebração "do restabelecimento das amistosas relações oficiais com a florescente república, e a consequente terminação, graças aos bons ofícios do governo, e por uma forma honrosíssima para os dois países, de uma desavença lastimosa"[175].

Enfaticamente, tal periódico dizia que "ninguém em boa justiça" poderia "negar que semelhante resultado", honrava "sobremaneira a entidade governo", e nobilitava "principalmente o ministro dos negócios estrangeiros, a quem todo o país" deveria "fervorosas congratulações" pois ele soubera "dirigir e encaminhar as negociações a bom termo, com a mais superior inteligência, a mais incessante solicitude, e o mais escrupuloso cuidado e carinho na manutenção da dignidade e do brio nacional". Ainda na proposta de uma unidade em torno da causa governista, *O Repórter* manifestava os seus "vivos e cordiais agradecimentos, certo de que nesta congratulação festiva" era

[175] O REPÓRTER. Lisboa, 15 mar. 1895. A. 4. N. 963. p. 1.

acompanhado por "todo o país, sem discrepância de uma opinião e sem exclusão de um partido". Além disso, a folha enfatizava que nutria "a justificada confiança de que, doravante, as duas nações, voltando a caminhar unidas", saberiam "tirar da sua mútua aproximação de sentimentos, ideais e interesses", cada qual "na esfera da sua atividade e expansão, sobrados e sólidos motivos de afirmação e de glória para o nome português"[176].

Também foi motivo para que *O Repórter* elogiasse os situacionistas, "a nomeação do novo ministro de Portugal no Brasil", considerada como "o primeiro passo para a manutenção e a cordialidade das relações estabelecidas". Dizia acreditar "que o governo" pesara "bem a gravidade da escolha e, em especial, o ministro dos negócios estrangeiros" que, "com a aguda percepção" que tinha "posto com tanto êxito ao serviço do seu país", avaliara "sagazmente a responsabilidade" que assumia "nessa nomeação". Nesse sentido, destacava que a escolha de Tomás Ribeiro, pelos seus méritos e por ser amplamente reconhecido no Brasil era a colocação "do homem certo no lugar certo". Assim, o jornal reiterava que o governo teria "conseguido, à força de tato, paciência e dignidade, reatar em termos honrosos as relações com o Brasil, servindo-se para isso dos sentimentos amigáveis da Inglaterra como intermediária", e, nomeando aquele representante, coroava "dignamente a sua obra" e preparava "um futuro de cordiais e sólidas relações" que teria "para os dois países inúmeras vantagens"[177].

---

[176] O REPÓRTER. Lisboa, 15 mar. 1895. A. 4. N. 963. p. 1.
[177] O REPÓRTER. Lisboa, 17 mar. 1895. A. 4. N. 965. p. 1.

A atuação governamental era ainda afiançada pela *Revista Colonial* ao sustentar que estava "plenamente provado perante os juízos imparciais, que o governo português fora completamente correto na situação melindrosíssima criada", tendo sido "por certo muito bem dirigidas as negociações que trouxeram a bom termo o conflito com o Brasil", de maneira que "esse fato e ainda outros" indicavam, "felizmente, que a política externa" lusa estava "em boas mãos"[178]. Já *O Mirandês* narrava que o presidente brasileiro, Prudente de Morais, reparara, "graças à habilidade do governo" português, "a ofensa imaginária", que servira "de base ao marechal Floriano Peixoto, para cortar as relações com uma nação irmã, reatando essas relações", de modo que "as colônias portuguesas no Brasil" tinham "felicitado o governo de sua majestade entusiasticamente"[179].

Um outro ponto essencial na atuação das publicações governistas era promover fortes ataques em relação às oposições, notadamente chamando atenção para os vaticínios que elas haviam lançado em 1894, por ocasião do conflito, afirmando que tais desentendimentos não poderiam ser solucionados pelo governo em vigor. Assim agiu o *Diário Popular* em relação às folhas antimonárquicas, afirmando que não queria naquele "concerto de alegrias lançar uma nota discordante, relembrando as imprudências dos jornais republicanos, quando afirmavam, injuriando mais o Brasil" que aos situacionistas seria "impossível restabelecerem-se as boas relações, enquanto existissem em Portugal as instituições" monárquicas, ou "enquanto à frente dos

[178] REVISTA COLONIAL. Lisboa, 22 mar. 1895. A. 2. N. 2. p. 2.
[179] O MIRANDÊS. Miranda do Douro, 10 abr. 1895. A. 2. N. 1. p. 2.

negócios públicos estivesse este ou aquele gabinete". O periódico contradizia esse argumento, destacando que "nunca o governo da república brasileira" manifestara "tal pensamento, e se o houvesse manifestado seria seu o erro, porque o princípio fundamental das boas relações entre os povos" era "o de cada um respeitar as instituições por que o outro" quisesse reger-se. Na opinião do jornal, parecia "conveniente lembrar à imprensa republicana, que bem melhor seria a sua situação, se não houvera imprudentemente assumido uma atitude falsa, de que certamente" deveria, naquele momento, "estar bem arrependida"[180].

Tal propensão governista e de crítica ao engajamento partidarista de natureza oposicionista era reforçada pelo *Diário Ilustrado:*

> Era a melhor notícia que podíamos dar: o regresso àquela boa e fraternal amizade que sempre ligou os dois povos, e que com o maior sentimento noticiamos ter-se interrompido. Congratulamo-nos com este fato, felicitamos por ele a Portugal e ao Brasil, registrando um acontecimento que muito honra a política inteligente e conciliadora do dr. Prudente de Morais, o bom tino do ilustre ministro dos estrangeiros e os bons ofícios da Inglaterra.
>
> O atual governo quando se deu a interrupção, para que não concorrera, foi surpreendido por ela, e honradamente, com a verdadeira compreensão dos interesses do país, procurou, sem extremos de nenhuma ordem, desfazer equívocos, superar dificuldades; e de que soube proceder corretamente, como as circunstâncias exigiam, aí está a prova no resultado obtido – a conciliação.
>
> A hora é para regozijos e congratulações. É dia de festa para todos os portugueses e brasileiros, mas, no entanto, é mister registrar, como ensinamento, que a politiquice indígena, essa reles coisa inclassificável, de que tanto se tem

[180] DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 15 mar. 1895. A. 30. N. 10.007. p. 1.

> abusado nos últimos tempos, parecia preocupada em armar intrigas para se não chegar à solução definitiva.
>
> Não faltaram as insinuações, em vez de se dar força ao governo, que para o caso não era partidário, pesquisaram-se todas as formas de lhe tirar, numa orientação inepta. Os vaticínios da gente finória, gente ordinária, foram de um pessimismo aterrador, fazendo-se a afirmação categórica *de que as relações se não reatariam com o atual gabinete*.
>
> Assim, a questão grave e séria das relações entre dois povos irmãos, transformava-se, por um critério acanhado e estreito, critério miserável, da mais baixa inspiração, em questiúncula de oposicionismo faccioso! Interesses gerais, dignidade nacional, o que importava isso! A questão era de luta de partidos, de rivalidade de facções, de republicanismo e de progressismo.
>
> Mas em suma, o que lá vai, lá vai! Todas essas pequenas misérias caíram no charco. Afundaram-se na lama. O que ressalta, e isso nos contenta, alegra e satisfaz é a boa amizade entre Portugal e Brasil, os dois povos irmãos![181]

Em tom de cobrança, o *Correio da Manhã* frisava "acima de tudo a circunstância de serem reatadas as relações" sob a égide do mesmo partido situacionista, questionando em que pé ficavam "as declamações dos republicanos e as afirmativas dos progressistas" de nunca mais se estreitariam as relações luso-brasileiras enquanto os regeneradores estivessem no poder, em um "fato que davam por certo e achavam elemento e base para a guerra mais feroz" que se fizera "a um governo, apontando-o como um perigo para a pátria", apenas "porque o marechal Floriano num dia de mau humor se lembrara de cortar as relações com Portugal, e pusera em prática este ato, que por nação alguma fora acolhido com simpatia ou aplauso". Com dose de ironia, o jornal

[181] DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 15 mar. 1895. A. 24. N. 7.893. p. 2.

lembrava que passara "algum tempo", chegando o fim do "governo do marechal e toda a opinião do Brasil sensato, manifestada nos jornais sérios da república" fora "favorável a esse reatar de relações, consumado e por todos aplaudido", sem que tivesse ocorrido a inversão partidária tão anunciada pelas oposições[182].

Ratificando suas asserções, o jornal dizia que seria "forçoso acentuar" e explicitava que a reconciliação ocorrera sem que fosse necessário que progressistas ou republicanos "viessem salvar a pátria, empunhando as rédeas do governo, para de novo se aproximarem os governos das duas nações". Diante disso, o *Correio da Manhã* demarcava que chegara às conclusões de que na "nota brasileira suspendendo as relações políticas", não tivera "culpa o governo português"; que depois de tal notificação, "o procedimento do mesmo governo" fora "tão sério, tão correto e tão firme, que, sem quebra de dignidade para qualquer dos dois países, e sem mudança do gabinete português", as "relações foram reatadas"; e que, tendo "em vista do exposto e da guerra feita aos processos seguidos pelo governo", teria sido "uma desgraça para o país se desse o caso de dirigirem os negócios públicos, em tão melindrosa conjuntura, os progressistas ou os republicanos"[183].

Com abordagem próxima, o *Jornal de Viana* relatava que se sucediam "as afetuosas congratulações pelo feliz resultado da pendência entre os dois países irmãos" e, "de parte a parte" amiudavam-se "as manifestações carinhosas" e, em breve, teria "desaparecido a recordação má desses fatos tão diversos e de tão

[182] CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 16 mar. 1895. A. 12. N. 3.241. p. 1.
[183] CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 16 mar. 1895. A. 12. N. 3.241. p. 1.

diversas responsabilidades". Em seguida, o periódico passava ao ataque em direção aos oposicionistas, dizendo que "andaram por aí a propalar que as relações com o Brasil não voltariam a reatar-se enquanto o governo estivesse no poder", considerando que isso era uma "curiosa afirmativa que afinal" se provara "assentar apenas nas 'patrióticas' esperanças de tão santa gente", uma vez que "as relações" achavam-se "felizmente reatadas e o governo" lá estava "recebendo de todos os leais portugueses telegramas de congratulação e parabéns pelo excelente resultado da sua avisada política". A folha ressaltava os festejos que comemoravam o fato de "portugueses e brasileiros" estarem "unidos pelos sentimentos da mais estreita confraternidade", aos quais "só eram estranhos aqueles" que alardeavam "sentimentos patrióticos escondendo sob essa capa de hipocrisia refalsada os mais ruins intentos", mas, para eles, falhara "a cartada" e ganhara "o país"[184].

Era a posição também de *O Dão*, segundo o qual, com a reconciliação, estavam "amordaçados os que nas tempestuosas sessões da câmara e nos jornais de uma imprudente *jacobinagem*" não haviam se cansado "de acusar o ministério pelo seu silêncio acerca do assunto e de o imprecarem pelo que eles" denominavam de "sonegação de informações e de documentos, e que não era mais do que a reserva necessária quando" se tratava "de questões de tal ordem". Ainda de acordo com o periódico, poderiam dizer o quisessem "os pessimistas e os fúnebres adivinhadores e fantasistas de desgraças", pois não estaria "perdido nem a caminho de um abismo o país que à frente dos seus destinos" tinha

[184] JORNAL DE VIANA. Viana do Castelo, 21 mar. 1895. A. 9. N. 861. p. 1.

"políticos que tomavam tanto a peito estas questões de dignidade e prosperidade nacional". Para o jornal, tal mérito advinha dos progressos que poderiam ocorrer a partir do reatamento, estando envolvido "muito de prosperidade dos negócios, da indústria, da agricultura, de tudo em que o Brasil" ajudava "e que mais ou menos estava paralisado"[185].

Assim as publicações de cunho governista não perderam a oportunidade da retomada das relações diplomáticas luso-brasileiras para buscar angariar simpatias para com os situacionistas, alçando-os como os grandes articuladores e construtores da superação do embate entre as duas nações. Elas não deixaram de enaltecer o episódio em si, mas o fulcro de suas manifestações era a sustentação da causa governamental e o ataque ferrenho às folhas oposicionistas, de quem cobravam a efetivação das previsões de que o fim da ruptura não se daria sem o afastamento dos regeneradores do ministério. No tradicional jogo partidário português era a oportunidade dos jornais governistas de buscarem retrucar contra as acusações republicanas e progressistas da época do rompimento, recuperar espaço e galvanizar esforços, intentando transformar o fim do conflito diplomático numa vitória da situação reinante.

[185] O DÃO. Santa Comba Dão, 17 mar. 1895. A. 6. N. 294. p. 1.

Os periódicos da oposição monárquica progressista

Por ocasião do reatamento diplomático brasileiro-lusitano, vários dos jornais portugueses permaneceram aferrados a uma postura oposicionista. Na órbita das agremiações partidárias monárquicas, com o predomínio dos progressistas, esses periódicos estabeleceram diversos mecanismos para criticar a ação dos regeneradores. A mais recorrente estratégia era a de buscar anular o ato da reconciliação como um mérito governamental, sob a argumentação que ela não poderia ser um trunfo dos situacionistas tendo em vista que teriam sido eles mesmos os provocadores dos desentendimentos e da ruptura com o Brasil. Mesmo que não tivessem deixado de também manifestar entusiasmo pelo fim do rompimento diplomático, como se tornou praxe entre as publicações lusas, esse conjunto de folhas abordava preferencialmente o tema a partir do intento de promover uma crítica mais moderada ou um ataque mais incisivo às forças governativas e seus representantes junto ao periodismo português, com diversas folhas seguindo tal orientação.

Em Coimbra, entre 13 de agosto de 1856 e 28 de junho 1907[186], foi editado de maneira bissemanal *O Tribuno Popular* que dizia colocar-se na "defesa dos interesses públicos com dedicação e independência". Enfatizava ainda que seria detentor de princípios, de "ideias rasgadamente liberais", de "crença e dedicação partidária" e de "nobres sentimentos" que o animavam "como humilde obreiro do progresso, da civilização, do adiantamento moral e material do país e

[186] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 308.

especialmente de sua querida terra", em alusão à região em que circulava. Considerava-se "como o mais modesto, mas não menos aguerrido e leal soldado das fileiras do partido progressista", no qual, "voluntária e desinteressadamente" se alistara, "por íntima convicção inspirada no ideal simpático e patriótico do programa político" de tal agremiação a qual se honrava em pertencer. Nesse sentido, dizia estar ao lado dos homens que dirigiam o seu partido e, naquele momento, "o governo da nação", correspondendo "briosamente à confiança que o país e a coroa neles confiaram, entregando-lhes esperançadamente a sua regeneração econômica e financeira" e "a salvação nacional, tão comprometida e arriscada pelos processos de má administração dos governos transatos". Assim, a partir do posto que estaria a ocupar, a folha declarava que pretendia continuar esforçando-se o quanto pudesse, "pela defesa dos bons princípios, auxiliando e apoiando o governo nas sensatas providências" que adotasse, "em harmonia com o respeito devido aos direitos de todos"[187].

Em 1º de dezembro de 1868 começou a circular no Porto outro dos longevos diários portugueses, *O Primeiro de Janeiro*, "um dos mais influentes na sociedade contemporânea" lusa e, "em especial no norte do país, onde sempre teve considerável expansão". Sua circulação começou bissemanal, mas, em um ano de existência, já passaria a ser editado diariamente. Esteve entre os primeiros periódicos que "adotaram os meios técnicos mais evoluídos da época" e, progressivamente, passou de "pequeno jornal político" a grande diário de informação e, na virada para o século XX, era um dos jornais mais antigos e de

[187] O TRIBUNO POPULAR. Coimbra, 6 fev. 1889. A. 34. N. 3.438. p. 1.

maior prestígio do Porto[188]. Seu título era alusivo à *Janeirinha*, "nome que assinalava um movimento popular de protesto que eclodira no primeiro dia" do ano de 1868, "contra a criação de um imposto sobre o consumo", causando, inclusive, a queda de um gabinete governamental[189]. Declarava que desfraldava sua bandeira "em nome do povo e fora de toda a preocupação partidária", prometendo que não emudeceria sua voz, de modo que o povo continuaria a ouvi-la, como "a de um defensor dedicado e eco das suas próprias queixas", de modo que a sua pena seria "o instrumento inflexível do desforço popular". Dizia ainda estar livre de compromissos, que não fossem "a verdade, a justiça e a defesa dos interesses populares", sendo o seu lugar "na vanguarda dos combatentes pela honra da nação e pelos interesses do povo"[190]. Ao ultrapassar seu vigésimo aniversário, *O Primeiro de Janeiro* exclamava que nunca havia traído seus princípios, designados pela "causa do povo e do partido progressista", no qual dizia militar lealmente[191].

Um diário que circulou em Lisboa, entre 26 de junho de 1879 e 31 de julho de 1897[192], foi o *Comércio de Portugal* que, já no seu cabeçalho, se definia como "órgão do comércio e indústria portuguesa". Na edição inaugural, identificada como "número-programa", o jornal apresentava-se à imprensa do país como um "soldado obscuro, mas convicto", que, "firme na estacada e a peito descoberto",

---

[188] TENGARRINHA, 2006. p. 220-222; e TENGARRINHA, 1989. p. 185, 229, 234, 257.
[189] LEMOS, 2006. p. 513.
[190] O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 1º jan. 1879. A. 11. N. 1. p.1.
[191] O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 1º jan. 1889. A. 21. N. 1. p.1.
[192] RAFAEL & SANTOS. 2001. v. 1. p. 179.

haveria "de velar pela causa do povo", tendo a pátria por bandeira e, "por símbolo imaculado, a altivez da nacionalidade livre". Ao dirigir-se "aos seus irmãos, naquele sacerdócio elevado e nobre" do jornalismo, concordava que eles poderiam estar separados pelas opiniões, de acordo com as "diversas escolas políticas", mas todos se uniriam "na fraternidade das ideias liberais", de modo que ele adotava por lema a expressão "liberdade e progresso"[193].

O jornalismo diário ainda foi representado em Lisboa pelo *Tempo*, que circulou de 14 de julho de 1896 a 25 de agosto de 1901[194]. Tal jornal apresentava-se como um "honrado e sincero defensor das mais sensatas doutrinas liberais e das mais puras intenções patrióticas". Dizia que não pretendia "defender ou atacar pessoas" e sim "fazer a crítica sincera dos atos públicos e manter-se na máxima independência para poder exclusivamente ocupar-se dos interesses do país". Queria manter-se afastado por completo de qualquer suposição de que pudesse estar "filiado em qualquer partido", dentre "os oficialmente reconhecidos", os quais bem longe estavam, "pelo seu organismo vicioso, de representar uma tradição de fatos ou de princípios", que não fossem "os da própria conservação, à custa do tesouro público". Tinha por convicção, ao invés de defender "a política dos arranjos", toda preferência pela "política dos princípios". Intentava demonstrar uma posição de equidistância em relação às forças políticas de então criticando-as por seu excessivo partidarismo "furioso e irrequieto", o que constituiria um perigo para as instituições. Explicava que

[193] COMÉRCIO DE PORTUGAL. Número programa – junho de 1879. p. 1.
[194] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 297.

permaneceria, "em todas as questões ao lado do país", sem levar em conta "jacobinismos idiotas", mas também "sem subserviências" que o deslustrassem, colocando-se como um conselheiro de qualquer governo que presidisse "os destinos da nação". Declarava que escolhera para si o papel "de defender os interesses do país, segundo as suas ideias, não aceitando" outras, "estranhas e nocivas à pátria"[195].

Em Funchal, na Ilha da Madeira, circulou o *Jornal do Povo*, bissemanal editado de 22 de janeiro de 1888 a 10 de janeiro de 1890[196] e que se intitulava "folha política, noticiosa e literária". Em termos partidários, filiou-se a uma dissidência do partido regenerador e, expressando sua "fé política", criticava acidamente os políticos de convicções questionáveis e considerava que a Esquerda Dinástica resumia "todas as aspirações generosas" dos que amavam "verdadeiramente a sua pátria" e queriam "vê-la caminhar com segurança, com desassombro, com glória, na vasta estrada do progresso, da civilização e da felicidade humana"[197]

No distrito de Viana do Castelo, em Arcos de Valdevez, entre 20 de março de 1886 e 27 de dezembro de 1908[198], circulou *O Arcoense* que se intitulava "semanário literário, agrícola, político e noticioso". Em seu programa se apresentava como um "obreiro nas lides do progresso", bem como "um soldado

---

[195] TEMPO. Lisboa, 14 jul. 1896. A. 1. N. 1. p. 1.
[196] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 43.
[197] JORNAL DO POVO. Funchal, 18 fev. 1889. A. 3. N. 78. p. 1.
[198] RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 66.

nas falanges da civilização", ou ainda um atleta "na arena escabrosa da imprensa em defesa do direito e da justiça". Dizia que "o bem geral" constituía "o seu principal escopo", de modo que entraria "livre e desafrontado em todas as questões" que pudessem "se relacionar com o seu objetivo", mas prometendo fazê-lo "sempre com a dignidade e a devoção" de quem presava "os princípios, sem nunca rastejar pelo tremedal das paixões". Almejava abordar assuntos como "religião, política e todas as grandes manifestações da atividade intelectual" que ofereciam "um campo vastíssimo às investigações do espírito humano". Propunha-se também a apreciar "devidamente todas as questões que de qualquer forma" se ligassem "aos interesses da vila e concelho" e, nesse campo, seria "intransigente, propugnando sempre e com energia pelo desenvolvimento e progresso, tanto moral como material da terra" que lhe servira de berço[199].

Na localidade de Penafiel, distrito do Porto, circulou entre 29 de outubro de 1886 e 25 de junho de 1964[200], o *Jornal de Penafiel* que anunciava no cabeçalho que era um bissemanal "político, literário, noticioso e agrícola". Afirmava pertencer "à escola liberal", desejando "a realização da democracia dentro do regime monárquico-representativo" e defendendo "a bandeira das reformas administrativas, econômicas e financeiras". Considerava que o partido mais próximo de tais propostas era o progressista e por isso a ele se aliava, mas

[199] O ARCOENSE. Arcos de Valdevez, 20 mar. 1886. A. 1. N. 1. p. 1.
[200] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 36.

mantendo certa independência, pois seria "político, mas não partidário" necessariamente, pois colocava a pátria acima de qualquer interesse[201].

Na capital do distrito de Portalegre, na região do Alentejo, foi publicado *O Campeão de Portalegre*, que se anunciava como "semanário independente" e circulou de 17 de dezembro de 1893 a 12 de fevereiro de 1897[202]. Com uma proposta regional, afirmava que seria uma folha "sem ligações políticas", amiga "de todos, aspirando só ao bem do país e do distrito". O periódico dizia inspirar-se pelo "bem em geral do país", e, "com mais ardor ainda pelos interesses do distrito" do qual se considerava "denodado campeão"[203].

Outra folha portuguesa de proposta essencialmente regional foi publicada em Cadaval, localidade no distrito de Lisboa, na região da Estremadura e tinha por título *Comércio de Cadaval*, editado de 15 de setembro de 1895 a 16 de agosto de 1896[204]. Era um semanário cujo norte editorial tinha inspiração regional, e ele visava desmentir os boatos maldosos sobre a região, buscando "mostrar a todo o país que o concelho de Cadaval, pelo seu solo ubérrimo e pelas qualidades cívicas de seus habitantes", tinha "direito à cooperação e respeito de todos". Intentava defender a agricultura e o comércio, e conclamava os conterrâneos a "abandonar a indiferença e as intrigas odientas", unindo

[201] JORNAL DE PENAFIEL. Penafiel, 31 out. 1890. A. 5. N. 1. p. 1.
[202] RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 140.
[203] O CAMPEÃO DE PORTALEGRE. Portalegre, 17 dez. 1893. A. 1. N. 1. p. 1.
[204] RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 180.

"esforços para o engrandecimento do concelho" e "para a prosperidade do país em geral"[205].

Como praticamente todos os jornais lusos, as publicações oposicionistas de cunho monárquico também não deixariam de demonstrar exultação perante o reatamento entre brasileiros e lusitanos. Nesse sentido, *O Tribuno Popular* noticiava que "o representante da Inglaterra no Rio de Janeiro" participara "ao ministro dos estrangeiros que o governo da república" aceitara "a proposta formulada pela mediadora, dando-se por findo o conflito", destacando que também fora informado que "a proposta" era "digna para ambos os países". Diante disso, o jornal dizia que era "com a maior satisfação" que dava "esta notícia aos leitores", fazendo "sinceros votos" para que se reatassem "definitivamente, e quanto antes, as cordiais relações de amizade e mútuo interesse, que sempre existiram entre os dois países irmãos"[206].

O entusiasmo também aparecia nas manifestações do jornal *O Primeiro de Janeiro*, segundo o qual "tardasse muito embora, o restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e o Brasil" estava "feito, e os espíritos" abriam-se "à velha cordialidade com que os governos dos dois países sempre secundaram a amizade dos seus respectivos nacionais". Para o folha, com o final do conflito, o "espírito desanuvia-se nuns clarões alegres de bem justificada satisfação", quando se via "que o bom anjo da paz" conseguira "congraçar em fraternal amplexo as potestades políticas das duas nações

[205] COMÉRCIO DO CADAVAL. Cadaval, 15 set. 1895. A. 1. N. 1. p. 1.
[206] O TRIBUNO POPULAR. Coimbra, 16 mar. 1895. A. 40. N. 4.067. p. 1.

irmãs". O júbilo era também demonstrado pelo jornal ao referir-se à nomeação dos ministros plenipotenciários de cada país, notadamente o brasileiro, declarando a sua "sincera admiração" por Assis Brasil, de modo que, saudando o diplomata, fazia, na pessoa dele, também a saudação à "grande nação brasileira" a qual os lusitanos estavam ligados por "tão apertados vínculos de parentesco e sentimentos tão arreigados, afetos tão profundos", que não poderiam "jamais obliterar-se nem desmentir-se"[207].

Na visão dessa mesma publicação, era "com infinito prazer" que se viam "reatadas as antigas relações" luso-brasileiras, argumentando que não poderia deixar "de ser com profunda mágoa" que se viram quebrados "a amizade e o afeto" que ligavam os lusos "a uma terra irmã, ao grande e poderoso país em cujo solo" viviam "tantos milhares de patrícios, nascidos e criados em terras portuguesas, e ali labutando a vida nas longas e santas canseiras do trabalho". Além disso, *O Primeiro de Janeiro* enfatizava que "era com uma infinita tristeza" que se vira "quebrada a tradição de afetos, de intimidades", que ligavam os lusitanos "à região que tantos séculos vivera sob o seu domínio e que, um dia, desprendendo-se da tutela", não espedaçara, "contudo, os laços de confraternidade", permanecendo como "o filho" que se emancipava "mas não odiava os pais" que abandonava, "a casa paterna" que deixava, "os irmãos que ficavam vivendo no torrão onde ele" nascera[208].

---

[207] O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 26 mar. 1895. A. 27. N. 73. p. 1.; e 23 maio 1895. A. 27. N. 122. p. 1.

[208] O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 15 maio 1895. A. 27. N. 115. p. 1.

Ainda na abordagem do reatamento, *O Primeiro de Janeiro* retomava o discurso em torno da liberdade de escolha de cada povo quanto à sua forma de governo. De acordo com essa perspectiva, dizia que "nas festas" em homenagem à reconciliação, reuniam-se "monárquicos e republicanos para saudar o representante do Brasil", não havendo "política nestas comensais". A folha apontava que os "monárquicos saudaram as instituições" que ali vigoravam, "porque cada povo" estava "no seu direito de escolher a forma de governo" que lhe aprazia. Explicava que o Brasil entendera que era melhor mudar seu regime e "estava no seu direito", de modo que, "ligados no mesmo pensamento monárquicos e republicanos portugueses", mostravam "àquele país" que era "falsa a informação de que houvesse antipatias em Portugal", tendo em vista o fato da "grande nação americana haver derrubado o império". Para o jornal, "tal ideia" era "tão demasiada como seria a de que o Brasil pretendesse, por qualquer forma, ingerir-se nas coisas públicas" dos portugueses e os "abominasse porque Portugal" se governava "sob um regime monárquico". Conclusivamente, a publicação portuense destacava que cada povo deveria viver como quisesse, de maneira que deveriam ser arredadas "de vez, as suspeitas de que em Portugal" se desejara "que as atuais instituições ali caíssem por terra", devendo "o Brasil convencer-se de que tal ideia" era "falsa". Considerava finalmente que, se chegasse a haver portugueses que albergassem "semelhantes desejos", eles seriam "ineptos ou loucos, e pouco amantes de sua pátria"[209].

[209] O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 15 maio 1895. A. 27. N. 115. p. 1.

O tom entusiástico aparecia também nas páginas do *Comércio de Portugal* que anunciava estar "terminado o conflito entre os governos do Brasil e de Portugal, e conquanto o rompimento de relações diplomáticas dos dois países não tivesse a menor influência nas suas relações comerciais e ainda menos no afeto" que unia "os dois povos". O periódico saudava tal fato, almejando que dele se pudesse "tirar partido em proveito dos valiosos interesses" que os lusitanos tinham "a zelar e a defender na república dos Estados Unidos do Brasil", onde era "numerosíssima a colônia portuguesa". O jornal também demonstrava regozijo pelos festejos em homenagem ao representante brasileiro em Portugal, afirmando que não seria esquecida "nunca a recepção brilhantíssima feita pelo povo" a Assis Brasil, porque fora "uma manifestação imponentíssima do seu júbilo pelo tão desejado restabelecimento das relações entre os governos de Portugal e da nova república americana e, ao mesmo tempo, do entranhado afeto" que unia "os dois povos", o qual nunca esfriara, nem diminuíra, bem como seria "eterno"[210].

Também no que tange ao enfoque calcado no júbilo, o *Comércio de Portugal*, mais uma vez fazendo referência às homenagens ao diplomata brasileiro, insistia na premissa de que "todos que amavam o Brasil e que admiravam esse grande e nobre país", deveriam "estar satisfeitos, por verem um povo inteiro participar de iguais sentimentos e expandi-los tão espontânea e calorosamente". Este periódico depositava confiança no ministro do Brasil,

[210] COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 15 mar. 1895. A. 17. N. 4.690. p. 1.; e 4 maio 1895. A. 17. N. 4.731. p. 1.

desejando que ele se empenhasse em "manter bem unidos pela reciprocidade dos interesses, dois povos" que adoravam "o mesmo Deus", que falavam "a mesma língua e que durante muitos séculos tiveram a mesma história e as mesmas tradições gloriosas"[211]. Ainda que mais voltado à discussão destinada ao engajamento partidário, *O Tempo* também não deixaria de manifestar sua exultação ao afirmar que não havia "em Portugal quem não" se alegrasse "com o restabelecimento das relações diplomáticas com o Brasil"[212].

O cerne do debate promovido pelas folhas oposicionistas em relação ao reatamento diplomático foi a promoção de críticas mais moderadas ou mais acirradas aos governistas. Mantendo a moderação como uma de suas características, *O Primeiro de Janeiro* tecia as censuras ao governo, ainda que argumentasse que preferia evitar as discussões mais acaloradas. Um dos pontos levantados pelo jornal era uma visão crítica quanto à mediação britânica, ao considerar que fora "prolongado em demasia o parêntese aberto na boa harmonia dos dois governos", e a "difícil solução do conflito" envolvera o representante inglês, de modo que, "se não foram duras as condições" impostas pelo "Brasil a título de satisfação aos seus melindres, só Deus" poderia saber qual seria "o preço que a *fiel aliada*" cotaria pelos "seus *bons ofícios* nesta crítica emergência dispensados". Para o jornal, esse vaticínio não seria surpreendente,

[211] COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 4 maio 1895. A. 17. N. 4.731. p. 1.
[212] O TEMPO. Lisboa, 16 mar. 1895. A. 7. N. 1.944. p. 1.

pois havia muito que os lusitanos andavam "habituados à *generosidade* e *carinho* com que a *nobre* Albion" lhes dispensava "sempre os seus serviços"[213].

Mesmo que de modo moderado e até sútil, o periódico portuense não deixava de criticar o governo. Assim, a folha dizia que passara "a hora das recriminações", sem que antes ela tivesse conseguido manifestar seus "protestos", mas, mesmo assim, afirmava que seria recolhido à "história o nome dos delinquentes com o registro dos seus erros, para a seu tempo passar a uns e a outros pelo cadinho da sua justiça". Destacava que não abriria espaço para "azedumes de críticos ou queixumes de descontentes", pretendendo trazer "exclusivamente jubilosos os intuitos do seu ânimo" e "congratulatórias as frases", que deslizavam da sua pena. Indiretamente, o jornal fazia referência aos prejuízos trazidos à Portugal a partir da ruptura, a qual teria ocorrida por causa dos governistas. Nesse sentido, destacava que, apesar da "boa camaradagem" entre as duas nações ter reduzido os efeitos da ruptura, "no campo dos interesses materiais, o corte das relações políticas com a república" foi "se desatando em visíveis e palpáveis prejuízos", citando, dentre eles, a retração na compra dos vinhos lusos e a nacionalização do comércio a retalho no Brasil como exemplo de fatores de risco[214].

Apesar de manter a moderação, as críticas de *O Primeiro de Janeiro* ao gabinete português não deixavam de ser contundentes. Dessa maneira, o jornal chegava a elogiar a escolha de Tomás Ribeiro para a representação diplomática

---

[213] O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 26 mar. 1895. A. 27. N. 73. p. 1.
[214] O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 26 mar. 1895. A. 27. N. 73. p. 1.

no Brasil, o que constituiria "um sucesso notável", e abria "um agradável parêntese na série de desatinos com que o governo" ia se "recomendando à animadversão pública", pois, segundo o periódico, nos últimos anos, apenas um diplomata havia tido ação satisfatória em seu posto no Rio de Janeiro[215], numa clara alusão àquilo que considerava como erros crassos da política externa regeneradora, bem como imputando-lhe a culpa pela ruptura com o Brasil:

> Este fato, tratando-se de uma das mais importantes, se não da mais importante das legações portuguesas, mostra com eloquência a incúria como que os nossos governos provém às mais sérias exigências do interesse público, se é que ao caso não preside, mais que a incúria, o criminoso propósito de investir de honras e benesses os menos aptos, mas mais protegidos, com preterição dos mais competentes, mas menos recomendados. (...)
>
> Agora, terminado o conflito luso-brasileiro, parece ter compreendido o governo português – e triste é que tão tarde o compreendesse – que a nossa representação no Brasil necessita de um homem de especial envergadura, não para impor-se com a arrogância de diplomata que tenha atrás de si os supremos argumentos da força, mas para insinuar-se pelo prestígio do seu nome, pelo respeito do seu caráter, pela força do seu talento, pela autoridade, enfim, que deriva da sua entidade moral e intelectual. A nomeação do Sr. Tomás Ribeiro obedeceu a essa nova orientação do nosso governo, e ninguém dirá que, desta vez , ao menos, a escolha de ministro português para o Brasil não represente um ato governamental tão de molde a provocar além dos júbilos da nossa colônia, como digno dos aplausos de todo o nosso país. (...)
>
> Para sentir é que o governo português andasse nessa providência com a infelicidade dos célebres carabineiros de Offenbach. Antecipando-se dois anos

[215] O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 29 mar. 1895. A. 27. N. 76. p. 1.

> nessa honrosa nomeação, ter-se-ia decerto poupado a muitos dissabores e evitado ao país amargas decepções para a sua dignidade e para os seus interesses.[216]

A crítica moderada e indireta era também empregada pelo *Comércio de Portugal* quando dizia que, após a análise dos acontecimentos e dos documentos publicados sobre a ruptura e o reatamento das relações diplomáticas com o Brasil, era "fácil apreciar responsabilidades e descobrir a origem do conflito", que dera "em resultado aquele rompimento". Argumentava, porém, que preferia não lembrá-las naquele momento, "porque nem o lugar, nem a ocasião" eram "os mais próprios". A folha afirmava que, "quando um dia houvesse cortes", numa clara referência crítica à "ditadura" governamental, então "os oradores", que haviam pedido, "na sessão da câmara ameaçada de ser dissolvida, mais de uma vez explicações acerca deste assunto", não deixariam "de voltar a ele e de apurar aquelas responsabilidades, em face dos documentos conhecidos e de outros", que haveriam "de ser pedidos". Assim, na versão do jornal, "o governo" tivera apenas a "sorte em poder desfazer" tudo o que ele mesmo tinha feito[217].

Mas o fim da discórdia diplomática brasileiro-lusitano também serviria como tema para que fossem entabulados ataques mais veementes e críticas mais duras, incisivas e diretas aos governantes portugueses, na busca de demonstrar que o conjunto de suas ações não poderia ser qualificado de positivo e, pelo contrário, continuaria a trazer malefícios ao país. Nessa linha, *O Tribuno*

---

[216] O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 29 mar. 1895. A. 27. N. 76. p. 1.
[217] COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 15 mar. 1895. A. 17. N. 4.690. p. 1.

Popular dizia que estava "felizmente terminada a questão com o Brasil, que tantos prejuízos" tinha causado à Portugal e que constituíra "mais um vergonhoso desastre provocado pela leviandade de Hintze Ribeiro e seus colegas, pois que a responsabilidade era de todos". Tal periódico salientava ainda que era "com a maior satisfação" que dava a "notícia aos leitores", de modo que, pelo menos, "nem tudo" fosse apenas "desastres e vergonhas", como teria "sucedido nos últimos tempos"[218].

A escolha de Tomás Ribeiro foi também alvo das críticas de parte das folhas oposicionistas, como o fez *O Jornal do Povo* de Oliveira de Azeméis, apontando para "a inconveniência da sua nomeação para o cargo" que estava "desempenhando, principalmente no momento em que eram reatadas as relações diplomáticas com aquela república, depois de um período de interrupção motivada por fatos conhecidos". De acordo com o periódico, naquele ponto, parecia "que o governo" se comprazia "em amontoar inconveniências sobre inconveniências", de modo que a ele cabiam "as responsabilidades da escolha inconveniente do representante diplomático no Brasil", naquele "momento em que a escolha" deveria "obedecer a um critério mais prudente e sério". A folha reiterava sua opinião, dizendo que a opção por aquele representante manifestava "mais um notável erro de administração", que o governo juntara "aos muitos erros já praticados", já que "o rompimento das relações diplomáticas com a grande república sul-americana" originara-se "em fatos que obrigavam" o ministério "a empregar a máxima prudência e muito tino

[218] O TRIBUNO POPULAR. Coimbra, 16 mar. 1895. A. 40. N. 4.067. p. 1.

na escolha" do diplomata, mas o fizera de maneira "inconveniente, sem critério nem escrúpulos de qualquer ordem"[219].

Mais direto, *O Arcoense* dizia que "até que enfim se reataram as relações oficiais com aquela grande república", enfatizando que elas só haviam sido rompidas tendo em vista as "imprudências e leviandades do governo" e fazendo votos de que elas "se reatassem sem quebra da dignidade" da pátria lusa[220]. Ainda antes da notícia definitiva do reatamento, o *Jornal de Penafiel* posicionava-se plenamente a contento com a perspectiva das publicações oposicionistas, imputando ao governo a culpa naquele "estado de coisas", tendo em vista que "o ministério" se mostrava "completamente inábil para resolver esta importantíssima questão que tanto" afetava "a dignidade nacional". Segundo este periódico, "a interrupção das relações com o Brasil" fora "devida ao pouco tino" governamental, de maneira que o gabinete não poderia se livrar da "responsabilidade de um proceder falso e indigno", no qual "ninguém mais" tinha "culpas", a não ser ele mesmo, que seria um "réu do crime de lesa-dignidade pátria"[221].

Um dos mais enfáticos oposicionistas foi *O Tempo* para o qual, com o reatamento, não havia "um português que não suspirasse por ver emendados todos os erros praticados pelo gabinete" regenerador. O periódico lançava

---

[219] O JORNAL DO POVO. Oliveira de Azeméis, 8 jun.1895. A. 15. N. 1.492. p. 1.; e 12 jun. 1895. A. 15. N. 1.493. p. 1.
[220] O ARCOENSE. Arcos de Valdevez, 24 mar. 1895. A. 10. N. 470. p. 2.
[221] JORNAL DE PENAFIEL. Penafiel, 8 jan. 1895. A. 9. N. 21. p. 1.

críticas também em relação ao periodismo governista, afirmando que "os jornais ministeriais radiantes" estariam a alardear "pela atitude *digna* e *correta* que os ministros haviam tido na questão brasileira". Diante disso, destacava que não conseguia perceber o cabimento de "tais congratulações" aos mesmos governantes "que foram os autores e preparadores de tão lastimoso incidente", de modo que essas "congratulações *entusiásticas*, *calorosas* e *vibrantes*, destinadas aos ministros portugueses", seriam totalmente despropositadas. Para o jornal, apenas a reconciliação era insuficiente, mas não esperava mais nada da incapacidade "do ministério ditador", que não conseguiria avançar na "urgentíssima necessidade de regular, numa convenção internacional, as relações comerciais entre os dois povos irmãos", já que o governo ficava "contente com as congratulações" e apenas elas já lhe bastavam[222].

A opção pelo antagonismo aos governantes era também realizada por *O Campeão de Portalegre*, ao afirmar que estava "felizmente liquidada" aquela "pendência internacional criada pela imperícia diplomática dos estadistas portugueses que trataram do assunto", uma vez que, "a hesitação e inconsequência do governo que dirigia as relações portuguesas com o governo legal do Brasil" produziram "o fruto amargo da ruptura dessas relações". Tal folha também criticava a mediação britânica, sugerindo que aquela "fiel aliada" saberia "compensar-se do serviço prestado", provavelmente em relação às colônias lusas na África[223]. Já o *Comércio do Cadaval* considerava que "a

[222] O TEMPO. Lisboa, 16 mar. 1895. A. 7. N. 1.944. p. 1.
[223] O CAMPEÃO DE PORTALEGRE. Portalegre, 17 mar. 1895. A. 2. N. 89. p. 1.

situação do país, quer política, quer financeira", apresentava-se em "cores tenebrosas", notadamente no que tange à política externa governamental, que transformara "Portugal no estrangeiro" em um país "escarnecido e vilipendiado, mercê do governo inepto", que tivera "a raríssima habilidade de levantar conflitos" com vários países, inclusive o Brasil[224].

Assim, os periódicos oposicionistas lusitanos brandiam armas contra seus adversários usando os alcances e limites do reatamento diplomático com o Brasil como mote de argumentação. Predominantemente progressistas, mas também com a participação de outras frentes contrárias ao governo, tais folhas não pouparam críticas aos situacionistas, fossem elas moderadas e/ou indiretas ou ferrenhas e diretas. O intento fundamental era demonstrar que o ministério não conquistara nenhum avanço na obtenção da reconciliação nas relações luso-brasileiras, uma vez que, qualquer merecimento que pudesse ser visto em tal ato, ficaria automaticamente eliminado, tendo em vista que se Portugal chegara aquela situação seria exatamente por culpa dos governistas. A angústia pela permanência dos regeneradores no poder fazia com que aquelas publicações, mesmo mostrando alguma exultação pelo fim da desarmonia, optassem pela preeminência do engajamento oposicionista.

[224] COMÉRCIO DO CADAVAL. Cadaval, 15 dez. 1895. A. 1. N. 14. p. 1.

O jornalismo vinculado à oposição republicana

As publicações que se batiam pelo republicanismo também se manifestaram diante do reatamento diplomático entre Brasil e Portugal. O predomínio do enfoque continuava a ser o do embate contra o *status quo* lusitano, buscando levar em frente a flama antimonárquica. Em consonância com os discursos entabulados por ocasião da ruptura, algumas das folhas republicanas continuaram a imputar a culpa pelos desacordos não só à figura dos maus governantes, como também ao regime que vigorava no país. Dessa maneira, mesmo que tais periódicos chegassem a manifestar algum tipo de regozijo diante do reatamento, o que prevaleceu foi o aspecto combativo, cobrando responsabilidades de parte do governo; promovendo comparações entre república e monarquia, propagandeando aquela e deslegitimando esta, criticando os jornais situacionistas; e difundido a imagem do Brasil republicano na figura de seu representante diplomático que viera servir em terras lusas.

Dentre os jornais que seguiram tal postura, no âmbito lisbonense foi editada *A Vanguarda*, um jornal matutino intrinsicamente vinculado aos ideais republicanos[225], publicado de 9 de março de 1891 a 31 de julho de 1929[226]. Ela contou com a presença marcante de lideranças republicanas em sua redação e, por suas ideias, foi perseguida e sofreu com a repressão governamental[227]. Em

[225] LEMOS, 2006. p. 604.
[226] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 319.
[227] TENGARINHA, 1989. p. 237, 251 e 255.

seu primeiro número, a folha afirmava que "os fatos da história contemporânea", mostravam "que os antigos partidos constitucionais, que constituíam uma parte essencial do maquinismo monárquico", estavam "moralmente falidos e impossibilitados de se reabilitar". Nesse contexto, segundo a convicção do periódico, era preciso que se rasgassem "horizontes novos para a política portuguesa", e para tanto seria "necessário reformar no sentido democrático o modo de ser da organização política". O jornal se colocava na posição de servir a um ideal "dentro do partido republicano, cuja unidade e disciplina" urgia que fosse mantida "com toda a firmeza", e ele haveria "de procurar, tanto quanto" pudesse, "contribuir para que essa unidade" não se quebrasse e "para que a disciplina partidária" fosse mantida[228]. Mais adiante, *A Vanguarda* continuava a definir-se "como uma folha republicana, contando no grupo daqueles" que acreditavam "na última e mais radical das experiências" e "na regeneração da pátria por meio da república". Dizia que tinha "cooperado, tanto quanto" pudera, "para acordar a nação do sono doentio" em que estava mergulhada. Exaltava a conquista de "simpatias e aplausos", que seriam "o melhor prêmio" diante da sua "atitude contra todos os corruptos, contra todos os bandidos e contra todos os inimigos da democracia". Vaticinando vitórias em relação ao futuro, o periódico previa que "as lutas que todos os republicanos" tinham sustentado até então, eram "apenas o prólogo de novos combates mais violentos e nos quais as responsabilidades dos combatentes" seriam "cada vez maiores". Nesse quadro, continuava prognosticando que, "ao fim de tantos combates", agradeceria o

[228] A VANGUARDA. Lisboa, 9 mar. 1891. A. 1. N. 1. p. 1.

auxílio dos que vinham cooperando com a publicação que seria uma "obra eminentemente republicana" e que continuaria firmemente no seu posto, quaisquer que fossem as dificuldades com que tivesse de lutar[229].

No Porto, bem a contento com o ambiente convulsionado, gerado a partir do ultimato britânico e a revolta dele advinda, surgiria o periódico *A República*, que "foi muito bem aceito" na cidade, "a ele se reunindo grande número de republicanos" em uma "fase crucial de contestação da monarquia"[230], tendo durado sua circulação de 19 de abril de 1890 a 8 de maio de 1891[231]. No número original, a folha republicana, apresentava o seu programa no qual afirmava que seus propósitos visavam "a demonstrar aos conterrâneos do Porto e aos concidadãos do norte do país, pela lição e pelo exemplo", que os portugueses que comungavam do ideal republicano não se moviam "para objetivos criminosos", não se determinavam "por motivos inconfessáveis", e não se decidiam "sob a sanção de mesquinhos ciúmes"[232]. Com o aumento à coerção e cerceamento sobre o jornalismo, *A República* sofria perseguições políticas, tanto que chegou a ter de mudar de nome[233], conservando identicamente todas as suas características, e sendo substituída por um outro título – *A Voz Pública* – que circulou no Porto de 9 de maio de 1891 a 30 de setembro de 1909[234]. Já sob nova

[229] A VANGUARDA. Lisboa, 1º jan. 1895. A. 5. N. 1.271. p. 1.
[230] TENGARRINHA, 2006. p. 223.
[231] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 230.
[232] A REPÚBLICA. Porto, 19 abr. 1890. A. 1. N. 1. p. 1.
[233] TENGARRINHA, 1989. p. 257.
[234] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 343.

denominação, o periódico explicava que, diante do ato repressivo governamental, restara-lhe dois caminhos, ou "apelar para a consciência pública, convocando comícios e levando o pleito para os tribunais", ou submeter-se "à violência, lavrando" um "protesto solene e veemente". Perante tal situação, argumentava que tinha a opinião pública ao seu lado, bem como possuía "demasiada força" para ser obrigado "a respeitar a lei sem subterfúgios e sem sofismas", mas preferira "deixar dirimir o pleito na consciência dos honestos". Segundo a publicação portuense, as autoridades teriam proibido "o pregão de jornais com título antimonárquico", não havendo nas leis "fundamento para esta proibição", que constituía "uma arbitrariedade, um abuso e uma perseguição". Afirmava que, ainda assim, teria cedido, promovendo a substituição do título, mas não por "medo de ameaças despóticas", pois estaria "disposto a ser mártir das ideias" que professava, e sim "por prudência", por entender que, naquele momento histórico, deveria "evitar conflitos e tanto mais quanto" se presumia "que o governo e a autoridade miravam a arranjar pretexto para nova suspensão de garantias". Em tal contingência, a folha republicana vaticinava que o autoritarismo viria a ter o seu preço, pois "a justiça e o direito" não poderiam ser aniquilados, "e a verdade muito menos" e isso seria por ela apregoado "aos quatro ventos"[235].

Quanto ao restabelecimento dos laços diplomáticos luso-brasileiros, uma das tônicas das manifestações dos jornais republicanos era o ataque efusivo aos governantes. Ainda pouco antes da oficialização do reatamento, *A Vanguarda*

[235] A VOZ PÚBLICA. Porto, 9 maio 1891. A. 2. N. 313. p. 1.

apontava para a "responsabilidade esmagadora do governo português na questão com o Brasil", perante a qual o povo luso jamais o poderia "absolver, porque desse modo" comprometera "gravemente os interesses e a honra do país e a segurança da colônia portuguesa do Brasil" a qual expusera "a graves perigos". Feita a reconciliação, o periódico manifestaria entusiasmo, dizendo que folgava "vivamente com a notícia", pois "Portugal e Brasil" eram "duas nações irmãs que, como tais", deveriam "viver em boa e sólida amizade". Segundo a publicação republicana, aquele conflito não poderia "quebrar as relações, por assim dizer, de família", que ligavam "indissoluvelmente os dois países", de modo que todos deveriam congratular-se "por ver terminado um incidente deplorável que felizmente" não afetara "as relações comerciais dos dois países, mas que havia criado um estado de coisas anormal e inconveniente"[236].

Apesar de tal júbilo, em seguida a folha republicana retomava os ataques aos governantes e à sua imprensa, referindo-se ao "procedimento sem dúvida incorreto e imprevidente" do governo, que dera "origem aos fatos que motivaram o conflito, para o qual concorreram ainda os jornais que estiveram durante a revolta a hostilizar sistematicamente o governo do Brasil". Para *A Vanguarda*, "o amor próprio de portugueses" sofria "com o fato de ver à frente do governo do país um grupo de homens" que tinha "levantado os mais lamentáveis conflitos diplomáticos e que, para desfazerem o resultado da sua inépcia, dos seus erros e até da sua incorreção", tiveram "de se curvar humildemente diante de várias

[236] A VANGUARDA. Lisboa, 1º jan. 1895. A. 5. N. 1.271. p. 1.; e 15 mar. 1895. A. 5. N. 1.343. p. 1.

chancelarias, dando explicações e pedindo desculpas", criando para o país uma "deprimente situação moral"[237].

Voltando a aplaudir o ato em si, mas deixando transparecer suas desconfianças, *A Vanguarda* enfatizava que, "dado o conflito com o Brasil", o mais "necessário era acabar com ele tão depressa quanto possível", trazendo alegria "a boa notícia" do reatamento. O periódico afirmava ainda que não conhecia "os termos da declaração feita pelo governo inglês em nome de Portugal" e considerava que "talvez até fosse melhor que se não publicasse nenhum dos documentos relativos às negociações relativas a este incidente diplomático", para que os portugueses não tivessem "de corar de vergonha". A folha esclarecia que o mais importante e o que trazia alegria a todos era "o reatamento das relações do Brasil com Portugal", diante do que felicitava "a nação portuguesa por este fato" bem como cumprimentava "com entusiasmo a grande nação brasileira, a irmã, com a qual o povo português" haveria "de manter, as mais estreitas relações de amizade"[238].

A já tradicional estratégia das folhas republicanas de estabelecer paralelos entre as formas de governo, demonstrando a superioridade da republicana sobre a monárquica foi também utilizada por ocasião do reatamento luso-brasileiro. Nesse sentido, *A Vanguarda* narrava que "entre os governos de Portugal e do Brasil interromperam-se as relações diplomáticas", ou seja, "entre a velha monarquia da Europa e a jovem república da América

[237] A VANGUARDA. Lisboa, 15 mar. 1895. A. 5. N. 1.343. p. 1.
[238] A VANGUARDA. Lisboa, 15 mar. 1895. A. 5. N. 1.343. p. 1.

tinham-se esfriado as relações, mercê de incidentes irritantes da política", ainda que tivessem continuado "as mesmas trocas de benefícios e de esforços entre os dois povos". De acordo com o jornal, "a monarquia dos Bragança, despeitada com a nova forma de governo que se erguera por sobre as ruínas do trono de outro Bragança", hostilizara "por todas as formas a república nascente", acalentara "com todo o empenho o desvairamento restaurador, mas por fim, reconhecendo a impotência dos seus esforços, a inanidade dos tentames *orleanistas*", calara "os ressentimentos", esquecera "os agravos dinásticos" e aceitara "a nova ordem de coisas"[239].

A partir de tal contexto, o mesmo periódico dizia que, "por um acaso raríssimo", encontravam-se naquele momento "povo e governo nas mesmas manifestações", constituindo tal acontecimento em "uma coincidência quase impossível de repetir-se", uma vez que "os entusiasmos populares" eram "secundados pelas felicitações do governo e os vivas da multidão pelos acordes guerreiros da banda da guarda municipal". Explicava que tudo isso só ocorria por tratar-se "de um velho companheiro, de um amigo" que esquecia "um ressentimento, de um filho que, como o pródigo da parábola", voltava "a receber as bênçãos da casa paterna". Entretanto, a folha considerava que tais "bênçãos não tinham nunca cessado por parte das mães" que tinham "no Brasil os filhos queridos, por parte das esposas que viram partir para ali os noivos em busca dos bens de fortuna, por parte das famílias cujos chefes" labutavam "sem cessar

[239] A VANGUARDA. Lisboa, 3 maio 1895. A. 5. N. 1.391. p. 1.

naquele solo riquíssimo em busca dos recursos" que lhes eram recusados pela "pátria depauperada"[240].

O contraponto dicotômico entre uma "boa" república, em antagonismo com uma "má" monarquia ficava também demarcado nas páginas de *A Vanguarda* ao explicar que haviam se "retirado os ministros dos dois países, mas os irmãos dos dois lados do Atlântico" permaneciam estendendo-se "as mãos e o povo português, fugindo em massa às exigências violentas" impostas pelo regime monárquico, "de um recrutamento injustíssimo, às desigualdades monstruosas do tributo de sangue e do tributo do dinheiro, ia abrigar-se à bandeira da Ordem e Progresso da grande república". O jornal persistia apontando as vantagens da república, dizendo que, no Brasil, aqueles portugueses eram "acolhidos pela forma mais hospitaleira", incluindo "os braços e as inteligências, os vencidos na luta pela vida e os heroicos revoltados do Porto, os valentes emigrados da primeira revolução republicana de Portugal"[241].

Na visão do jornal republicano, "estreitavam-se mais e mais as relações seculares dos dois povos", em um quadro pelo qual, no além-mar, "a democracia triunfante, apontava a Portugal o caminho do progresso", ao passo que, na pátria lusa, "o republicanismo, trabalhando para a realização do mesmo ideal, guiava-se pelo brilhantíssimo exemplo do Brasil". Realizando alguns registros de natureza histórica, *A Vanguarda* destacava que "o Brasil, tornando-se independente", apertara "mais os laços intelectuais e comerciais" com Portugal,

---

[240] A VANGUARDA. Lisboa, 3 maio 1895. A. 5. N. 1.391. p. 1.
[241] A VANGUARDA. Lisboa, 3 maio 1895. A. 5. N. 1.391. p. 1.

tendo em vista que se entendiam "mais facilmente os povos livres", compreendendo-se "melhor as nações independentes e amigas do que os países reunidos sob o mesmo cetro pela imposição da força armada". Assim, diante do reatamento, o jornal exclamava que Portugal saudava "o Brasil com o maior entusiasmo, fazendo os mais sinceros votos pelo seu progresso e pela sua grandeza". Tal asserção, acabava servindo de base para que a publicação republicana continuasse em sua campanha antimonárquica, destacando que todo aquele entusiasmo haveria "de ser delirante e os votos duradouros e veementíssimos quando a república portuguesa" pudesse "saudar a república brasileira, estreitando com ela para sempre os laços inquebrantáveis de aliada, amiga e irmã"[242].

O caráter de exultação esteve também presente nas matérias de *A Voz Pública*, referindo-se às festividades que tomavam conta do país e esclarecendo que se tratava de "uma festa em que não" havia "figurantes pagos nem empresários, como essas em que os agentes das monarquias" superintendiam. Dessa maneira, dizia que, "para saudar o Brasil não" se fazia "sentir a necessidade dos ensaiadores, nem a intervenção dos agentes oficiais", pois seria o próprio povo que cantava e festejava. Na concepção do jornal ali estava representada "a santa e a dupla feição do jubileu", saudando, "a um tempo, um grande povo" e aclamando "a soberba síntese política por que ele" se regia. Dizia ainda que não abraçava "somente o irmão secular", que honrava "a língua" e nobilitava "a história", mas também "o camarada das crenças, o gêmeo dos

[242] A VANGUARDA. Lisboa, 3 maio 1895. A. 5. N. 1.391. p. 1.

ideais santos, sob cuja auréola" os republicanos tinham "pelejado, sofrido, e pelo qual" permaneceriam "sempre combatendo"[243].

Demonstrando o seu anelo republicano, *A Voz Pública* declarava que, "no abraço entre os dois povos", por ocasião de todos aqueles festejos, deveria "prevalecer incomunicável a antinomia das formas políticas" pelas quais se regiam os brasileiros. Desse modo, esclarecia que saudava o irmão, "mas o irmão emancipado" através da "formidável revolução" que abolira "o império", e que dera "ao Brasil a única forma política consentânea com a grandeza moral dos seus filhos e, não menos, com a posição geográfica da sua terra". Buscando demonstrar a força da jovem república, o periódico dava uma estocada nos adversários, lembrando que eles haviam profetizado "a desolação e o desmembramento calamitoso de todo esse incomparável Novo Mundo", o que não estaria a ocorrer[244].

Mais uma vez propagandeando a causa do republicanismo, o mesmo periódico dizia que a república construíra um Brasil maior, com uma grandeza que era "obra preeminentíssima dos seus filhos", nascendo daí "os extremos do amor" luso. Propunha que todos vissem como era "grande a obra dos povos", se comparada "à sempre envilecida e sempre sanguinária obra dos reis". *A Voz Pública* conclamava todos a representarem, "perante o direito e a história, o século" em que viviam, com um "sol vivo e puro" que aquecia a todos, no qual os portugueses, bem ao contrário dos brasileiros, viviam no "passado com todos os

[243] A VOZ PÚBLICA. Porto, 26 maio 1895. A. 6. N. 1.575. p. 1.
[244] A VOZ PÚBLICA. Porto, 26 maio 1895. A. 6. N. 1.575. p. 1.

seus erros, o preconceito com toda a sua irracionalidade, o privilégio com toda a sua estupidez". A folha ressaltava ainda que, no Brasil, "o chefe de Estado" era "eleito e escolhido" pelo povo, "livremente, saído da dignidade do sufrágio"; ao passo que, em Portugal, o chefe de todos era "o arrojo de um útero, sem discussão e sem liberdade de repúdio". De acordo com tais ideias, o periódico saudava "a ideia santa da democracia e da liberdade universal", a qual seria "a esperança da única regeneração política" portuguesa[245].

A imprensa republicana também dedicou espaço para criticar acidamente o periodismo monárquico e governista, considerando suas manifestações como impróprias, inválidas e falsas:

> Se a imprensa assalariada que defende o governo por dinheiro, tivesse aquilo a que, vulgarmente, se dá o nome de manha do ofício, o que devia ter feito, logo que as circunstâncias determinaram o restabelecimento das nossas relações com o Brasil, era guardar uma atitude moderada que, sem excluir a satisfação e a justíssima alegria, não desse lugar a atos de indecorosa leviandade.
>
> Culpados, mais do que ninguém, pelos desmandos da sua língua e pelas inconveniências da sua propaganda monárquica, de todos os agravos que levaram aquele grande povo a romper conosco o seu trato secular, era de intuitiva velhacaria, que os propagandistas infelizes e desassisados, coagidos a lamber as botas dos homens que tentaram ferir, se mantivessem agora, numa posição que, pelo menos, não acordasse a memória dos seus atrevimentos. Pois, senhores, é o que se tem visto!
>
> Desde que a auspiciosíssima nova se volveu em irrecusável fato, não houve contê-los num júbilo, que, por serem pagos, não se podem dispensar de ser insolentes. Com os dentes quebrados pela majestade impoluta com que o novo regime, dia a dia, afirma o seu império nas terras do Brasil, é, assim mesmo, sem dentes e sem a mínima recordação das suas falsidades, que vêm saudar os representantes da república, que insultaram, investindo

[245] A VOZ PÚBLICA. Porto, 26 maio 1895. A. 6. N. 1.575. p. 1.

> conosco – que nem originamos e nem agravamos o conflito – para que atentemos no seu desavergonhado contentamento.
>
> De sorte que, pelo latir desses farrapões, quem concorreu para que se interrompesse a fraternal estima que, de séculos, unia Portugal ao Brasil, fomos nós, nós os republicanos é claro. (...)
>
> O que os senhores festejam? A vitória do governo? Mas o governo foi quem, pela leviandade dos seus propósitos, determinou o tristíssimo conflito. E, supondo que as provas da sua infamíssima política de aventuras e de bajulações ficassem, para sempre, no mistério insondável das chancelarias, foi ainda esse mesmo governo sem palavra e sem caráter, quem fez por na boca do rei as falsíssimas e injustíssimas palavras em regra, que a honra de um tribunal militar lhe fez publicamente engolir.
>
> O que é, pois, que os senhores festejam? A conduta da chamada imprensa monárquica, toda ou quase toda tornada em parede nua, onde não ficou miserável que não fosse estampar o seu pasquim contra a nascente república? Que miserável conduta foi essa que ainda agora mais rebaixam pelo estrondo com que perpetram a imunda palinódia! Onde estão as línguas que, então, se desatavam contra o Brasil, vaticinando a desgraça em que ia lançar-se aquela vasta terra, somente porque a uma instituição caduca e irracional, soube antepor, num arranque supremo de vida, de honra e de dignidade, um regime político que se estrita na justiça, na liberdade e na razão?[246]

O combate às folhas governistas persistia nas manifestações de *A Voz Pública* a qual questionava se os jornalistas monárquicos teriam consciência de que, "condenando as instituições democráticas" – que seriam "as únicas que o espírito" da época compreendia –, estavam sentenciando as mesmas "por sistema, por cálculo e por dinheiro", já que não havia "doesto que não trouxessem a campo, nem insinuação que não urdissem contra o patriotismo dos inovadores". Acusava o governo português e seu jornalismo de estar

[246] A VOZ PÚBLICA. Porto, 24 mar. 1895. A. 6. N. 1.522. p. 1.

"perfilhando a causa dos amotinados, que, no fim das contas, era a causa da pirataria, do roubo e da violação", de maneira que, "só depois que o regime republicano" sepultara "as últimas esperanças dos absolutistas" fora que eles "se volveram, de insultadores da grande revolução em seus entusiásticos amigos". Para o periódico não haveria "nada mais vil", considerando inaceitáveis as saudações à república de parte daqueles que, havia pouco, tinham colocado "nas aventuras de Saldanha da Gama o fito das suas esperanças redentoras", mas perdida a causa, voltavam-se "os aventureiros para a república", que depusera "o império, como amanhã" poderiam novamente mudar "para o império, caso a república, por um cataclismo moral, houvesse de sucumbir"[247].

As saudações das folhas republicanas direcionaram-se também ao representante diplomático brasileiro, visto como um verdadeiro símbolo da república. Era o caso de *A Vanguarda* que anunciava a chegada do "ministro do Brasil", diante do qual, "o povo, representando as aspirações do país inteiro", saudaria "nele a grande república brasileira" e festejaria "condignamente o restabelecimento das relações cordiais com o país irmão". A Assis Brasil a folha dedicava homenagem de primeira página estampado o seu retrato[248]. Na mesma direção foi *A Voz Pública*, segundo a qual, na acolhida entusiástica" a Assis Brasil, ele tivera o "ensejo de verificar, por seus próprios olhos e por seus próprios ouvidos, quão arredia a população portuguesa, séria e morigerada, prolífica de atos úteis, andava da insensatez" daqueles que, "levianamente,

[247] A VOZ PÚBLICA. Porto, 24 mar. 1895. A. 6. N. 1.522. p. 1.
[248] A VANGUARDA. Lisboa, 3 maio 1895. A. 5. N. 1.391. p. 1.

direta ou indiretamente, por tramoias ocultas ou por palavras indiscretas, arriscaram e contribuíram a por em sobressalto as relações tradicionais entre povos" irmanados. Este jornal descrevia a carreira intelectual do ministro brasileiro em prol da causa republicana, denominando-o de "democrata histórico" que trazia em si o significado da "nobre pátria brasileira[249].

[249] A VOZ PÚBLICA. Porto, 7 maio 1895. A. 6. N. 1.558. p. 1.

ANNO QUINTO N.º 1:391 — Numero avulso, 10 réis — Sexta-feira, 3 de maio de 1895

Numero telephonico—677

PUBLICAÇÕES: Na primeira pagina, preços convencionaes; na segunda pagina, linha, 100 réis; na terceira, linha, 60 réis; na secção de annuncios, linha, 20 réis.

Recebem-se annuncios e communicados para a VANGUARDA na administração d'este jornal, nas agencias Havas, Bastos & Gonçalves, etc.

Não se publicam communicados ou annuncios injuriosos para qualquer pessoa, nem se devolvem os originaes dirigidos á redacção e não publicados.

Toda a correspondencia relativa á redacção deve ser dirigida ao director do jornal; como a correspondencia sobre assumptos de administração deve ser dirigida ao administrador.

Redacção, RUA LUZ SORIANO, 48—LISBOA
ENDEREÇO TELEG.º—Vanguarda, Lisboa

A VANGUARDA

DIRECTOR—ALVES CORRÊA

Administrador—EDUARDO GASPAR

ASSIGNATURAS—(pagamento adiantado)
Lisboa—Um mez, 250 réis.—Tres mezes, 750 réis.—Seis mezes, 1$500 réis.—Um anno, 3$000 réis.
Provincias e ilhas adjacentes—Tres mezes, 800 réis.—Seis mezes, 1$700 réis.—Um anno, 3$600 réis.
Africa Occidental e Oriental, e Hespanha—Tres mezes, 1$050 réis.—Seis mezes, 2$100 réis.—Um anno, 4$200 réis.
Nos outros territorios da união postal—Seis mezes, 3$600 réis.—Um anno, 7$200 réis.
Assigna-se na administração do jornal e nas estações telegrapho-postaes e agencias.

Todas as communicações relativas a assignaturas devem ser dirigidas ao administrador e acompanhadas de uma cinta.

Administração, R. LUZ SORIANO, 48—LISBOA
ENDEREÇO TELEG.º—Vanguarda, Lisboa

Portugal e Brazil

Chega hoje o ministro do Brazil, e o povo de Lisboa, representando as aspirações do paiz inteiro, vae saudar n'elle a grande republica brazileira, vae festejar condignamente o restabelecimento das relações cordeaes com o paiz nosso irmão.

Entre os governos de Portugal e do Brazil interromperam-se as relações diplomaticas, mas ninguem o podia reconhecer nas relações commerciaes, nas saudações effusivas dos dois povos.

Entre a velha monarchia da Europa e a joven republica da America tinham-se esfriado as relações, mercê de incidentes irritantes de politica, mas continuavam as mesmas trocas de beneficios e de esforços entre os dois povos.

Dirigiam-se para aquelle uberrimo torrão as mesmas legiões de emigrantes e regressavam d'alli pela mesma fórma os nossos compatriotas, enriquecidos com os bens de fortuna com que os dotara o seu trabalho honrado.

A monarchia dos Braganças, despeitada com a nova fórma de governo que se erguera por sobre as ruinas do throno de outro Bragança, hostilisou por todas as fórmas a republica nascente, acalentou com todo o empenho o desvairamento restaurador, mas por fim, reconhecendo a impotencia dos seus esforços, a inanidade dos tentamens orleanistas, calou os resentimentos, esqueceu os aggravos dynasticos e acceitou a nova ordem de coisas.

Por um acaso rarissimo, encontram-se hoje povo e governo nas mesmas manifestações.

Por uma coincidencia quasi impossivel de repetir-se, os enthusiasmos populares são hoje secundados pelas felicitações do governo, os vivas da multidão pelos accordes guerreiros da banda da guarda municipal.

E' que se trata de um velho companheiro, de um amigo que esquece um resentimento, de um filho, que, como o prodigo da parabola, volta a receber as benções da casa paterna.

Essas benções, porém, não tinham nunca cessado por parte das mães que têem no Brazil os filhos queridos, por parte das esposas que viram partir para alli os noivos em busca dos bens de fortuna, por parte das familias cujos chefes labutam sem cessar n'aquelle sólo riquissimo em busca dos recursos que lhe recusa a patria depauperada.

Tinham retirado os ministros dos dois paizes, mas os irmãos dos dois lados do atlantico estendiam-se as mãos e o povo portuguez, fugindo em massa ás exigencias violentas de um recrutamento injustissimo, ás desigualdades monstruosas do tributo de sangue e do tributo do dinheiro, ia abrigar-se á bandeira da *Ordem e Progresso* da grande republica.

Eram alli acolhidos pela forma a mais hospitaleira os braços e as intelligencias, os vencidos na lucta pela vida e os heroicos revoltados do Porto, os valentes emigrados da primeira revolução republicana de Portugal!

As duas correntes de braços e de capital continuavam pela mesma fórma, e como d'antes ia uma valorisar os extensos territorios do Brazil, vinha outra equilibrar os enormes *deficits* commerciaes, levantar as nossas agonisantes artes e industrias, cobrir de melhoramentos materiaes, de palacios sumptuosos, herdades fertilissimas, granjas e *chalets* alegres e vistosos, os campos empobrecidos do Minho, Douro e Açores, de todo o Portugal.

Além, o esforço heroico continuado, immenso, do *gallego*, o portuguez expatriado, pre-

oriente, mas esse dominio, assentando no peso das armadas e na bravura dos soldados, durou apenas o curto periodo da nossa grandeza militar e maritima.

Fôra aquella a conquista guerreira, esta a posse pacifica da civilisação; a India, opprimida, fugiu-nos, libertando-se; o Brazil, tornando-se independente, apertou mais os laços intellectuaes e commerciaes.

Entendem-se mais facilmente os povos livres, comprehendem-se melhor as nações independentes e amigas do que os paizes reunidos sob o mesmo sceptro pela imposição da força armada.

Portugal sauda hoje o Brazil com o maior enthusiasmo, fazendo os mais sinceros votos pelo seu progresso e pela sua grandeza.

Mas esse enthusiasmo ha de ser delirante e esses votos hão de ser duradoiros e vehementissimos quando a republica portugueza poder saudar a republica brazileira, estreitando com ella para sempre os laços inquebrantaveis de alliada, amiga e irmã!

O escandalo do dia

Como n'outro logar referimos, constou que o immundo escandalo do Nyassa déra logar a crise ministerial.

Não sabemos que fundamento teriam esses boatos. O que sabemos é que essa traficancia era o assumpto de todas as conversações, fazendo-se ácerca d'ella as mais escandalosas apreciações.

As *Novidades* dizem que a consulta do procurador geral da corôa aconselha o governo:—1.º a reunir a assembleia geral da companhia, sob a presidencia do sr. visconde de Asseca; 2.º a declinar as responsabilidades do governo nos actos do commissario regio; ou, por outros termos, a exonerar sem demora o mesmo commissario; 3.º a entregar o caso aos tribunaes.

Sobre a entrega do caso aos tribunaes não ha ainda acto nenhum official.

CANAL DO BALTICO

Berlim, 25 de abril, t. — A junta da imprensa faz publicar a nota seguinte:

Por occasião da inauguração do canal do mar do Norte ao Baltico, o governo allemão poz um navio á disposição da Junta da imprensa para facultar-lhe o tomar parte em todas as travessias. Este navio não poderá receber senão numero restricto de pessoas.

Por esta rasão, e por causa do pouco espaço dos locaes onde se realisaram as festas, não poderão admittir-se mais de 150 correspondentes dos jornaes allemães e estrangeiros.

A fim de que os pedidos de admissão possam promptamente ser examinados e escolhidos, é necessario que os jornaes que, n'estas condições, tencionam fazer-se representar nos festejos, remettam, d'aqui até 10 de maio, os pedidos de admissão para os seus correspondentes ao sr. August Stein, secretario da junta da imprensa, Leipzigerstrasse, 128, em Berlim.

A associação de agricultura requereu hontem ao governo para ser applicada a differença de taxas ao vinho engarrafado importado nas colonias.

—Continuaram hontem correndo boatos de crise ministerial, motivados, ao que se dizia, pela questão do Nyassa e por difficuldades de pagamento no estrangeiro.

—Informa um jornal que estão em via de conclusão os trabalhos de classificação dos concelhos em conformidade com a nova reforma administrativa. Que os concelhos se preparem para resistir contra a violenta suppressão das suas regalias.

—Em fevereiro foi de 27:747$226 réis a importancia do imposto do real d'agua cobrado nos 17 districtos do continente do reino, menos 2:798$748 réis de que em egual mez do anno passado. Desde o começo do

DR. JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRAZIL

O diplomata illustre que a cidade de Lisboa, interpretando os sentimentos do paiz inteiro, hoje recebe com as mais ruidosas demonstrações de jubilo, é um dos homens mais illustrados e queridos da democracia brazileira.

Novo ainda, pois que nasceu em 1857, é já um velho republicano, um antigo combatente dos que com maior ardor trabalharam no Brazil para a destruição do imperio, para a proclamação da republica.

O honrado diplomata tem, pois, para a democracia portugueza um duplo titulo, que o impõe ao seu respeito e á sua admiração:—E' representante d'uma nação nossa irmã, que fala a nossa lingua e que partilha das nossas grandes glorias, e é um democrata por temperamento, que desde muito novo norteou o seu espirito por um grande ideal de justiça e que, depois de 15 de novembro de 1889, tem prestado assignalados serviços ás instituições republicanas.

Além d'isso, o sr. dr. Assis Brazil tem ainda por outro motivo direito á recepção grandiosa que hoje lhe é feita, com applauso de todo o povo portuguez:—E' neto de portuguezes, e este facto dá-nos a garantia segura de que, pertencendo, como pertence, á nossa familia e sendo, como é, dotado de um espirito superior, elle cooperará poderosamente para consolidar os laços de

rios e preparatorios. Em 1878 veiu para S. Paulo e matriculou-se na academia de direito, tendo como companheiros de anno Silva Jardim, Raymundo Corrêa, Augusto de Lima e outros rapazes, que em pouco deviam ser illustres. As *republicas* em que morava eram compostas de comprovincianos—Julio de Castilhos, Pereira da Costa, o mallogrado Ernesto Alves de Oliveira, Homero Baptista, Antonio Mercado, o seu velho amigo e conterraneo, que, a seus conselhos e auxilio, veiu para S. Paulo estudar desde os preparatorios e, pauperrimo, lá deu conta do recado e é hoje advogado conceituado e senador paulista.

Durou o curso juridico de Assis Brazil de 1878 a 1882. Esses cinco annos não foram estereis. Eis o que fez: redigiu e dirigiu a *Evolução*, com Castilhos e Pereira da Costa—o excellente periodico academico, o melhor de quantos se publicaram até então com feição politica; escreveu varias poesias politicas e philosophicas de esoterico fulgor, imaginativo, mas de grande envergadura doutrinaria; compôz esse magnifico livro de propaganda republicano-federal, intitulado *Republica Federativa* e mais o da *Historia da republica rio-grandense*; pronunciou numerosos discursos, em que se revelou e se fez um tribuno popular de primeira ordem; creou numerosos proselytos pa-

notaveis foram os discursos pronunciados pelo joven deputado n'aquella assembleia, nos quaes expunha com admiravel lucidez de argumentação a doutrina republicana e federativa, batendo e derrotando adversarios da força de Silveira Martins. Em abril de 1889 representou o partido republicano do seu estado no congresso geral que se reuniu em S. Paulo.

Proclamada a republica, sustentou-a e defendeu-a na *Federação*. Eleito deputado á constituinte, tomou parte nos seus trabalhos em novembro de 1890, depois de haver prestado notaveis serviços como ministro plenipotenciario do Brazil em Buenos-Ayres. Da sua passagem pelo congresso o traço mais fulgurante foi a sua famosa declaração de voto (escripto) na eleição do primeiro presidente constitucional da republica, em fevereiro de 1891. E' sabido que o vencedor foi o marechal Manuel Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisorio. Assis Brazil, seu amigo pessoal, votou no entanto no dr. Prudente de Moraes e deu com enorme e nobre civismo as rasões por que não votava no marechal, uma das quaes era uma sorte de prophecia, que mais alguns mezes deviam tornar um facto:—porque elle havia de ser funesto á republica.»

Quando o tempo lhe fez estrondosa justiça ás intenções patrioticas e ao atilamento politico a 3 de novembro, elle organisou no seu estado aquella formidavel reacção que foi um dos principaes, senão o principal factor, do contra-golpe de 23 de novembro de 1891, factor que frequentemente se olvida ou finge olvidar e do qual o sr. Custodio de Mello parece haver perdido inteiramente a memoria quando se arvora e apresenta em seus manifestos como principal auctor d'aquella brilhante reivindicação legal.

E' bom lembrar que, mezes antes havia rejeitado o meu amigo a pasta que lhe offerecera Deodoro:—Assis Brazil não poderia de modo nenhum servir a um governo de que era braço e mente—o barão de Lucena: braço ás manhas feito, mente dada ás Musas... *sebastianistas*.

Durante a resistencia ao golpe do Estado dirigiu Assis Brazil o governo do Rio Grande do Sul, divorciando-se completamente de seu cunhado e amigo Julio de Castilhos, que não soube ou não quiz repellir *logo* e com o vigor necessario o nefando golpe de 3 de novembro. Quando Deodoro resignou o cargo de presidente da republica no famoso e já citado dia 23 de novembro de 1891, passou Assis Brazil espontaneamente o governo ás mãos do general Barreto Leite. Voltou então a occupar o seu posto diplomatico em Buenos-Ayres. Tomou novamente parte nos trabalhos legislativos para apresentar o seu projecto de lei eleitoral, o qual faz objecto principal do seu ultimo livro, recentemente vertido a hespanhol, intitulado *Democracia representativa*, (cuja leitura recommendamos vivamente, a quantos estudam estas questões) e foi, por fim, nomeado ministro plenipotenciario na China em missão especial—missão que acaba de ser extincta pelo governo do dr. Prudente de Moraes.

Eis rapidamente traçada a vida publica do brazileiro eminente, com cujo retrato hoje orna a *Mala da Europa* a sua pagina de honra. Das suas virtudes privadas eu, que tenho a honra e a felicidade de ser seu velho e fraternal amigo, muito teria que dizer. Mas não pareceria suspeito? E gostaria o Assis que eu viesse para cima d'esta tribuna gritar aos muitos milheiros dos homens serios que constituem o publico habitual da *Mala* que elle é bom chefe de familia, bom amigo, delicado com todos, modesto sem biocôs, e mais isto e mais aquillo? Não gostaria certamente.

Prefiro dizer algo dos seus gostos e habitos de vida. Adora os exercicios de activi-

mal, a egua FAUCHETTE, ás cavallariças do principe de Galles e munir-se de novos documentos comprovativos da legitimidade da sua filiação.

O trato intimo de Assis Brazil é encantador pela simplicidade e pela franqueza. Diplomata finissimo, possuidor, como é, das *desnorte manobras*, como elle diz, não tem comtudo esses feitios pedantescos e disfructaveis com que se pavoneiam os fatuos que julgam que a sciencia de Talleyrand consiste toda no talho da casaca e na grande curva da espinha no exercicio das mesuras.

VALENTIM DE MAGALHÃES

CONVITES

A commissão organisadora das festas em homenagem ao representante dos Estados-Unidos do Brazil em Portugal, sua ex.ª o sr. dr. J. F. Assis Brazil, convida a população da capital a tomar parte na recepção do illustre diplomata, que chega á estação do Rocio, ás hoje, 4 horas da tarde.

Lisboa, 3 de maio de 1895.—A commissão—Brito Aranha, Custodio de Borja, visconde de S. Boaventura, Alves Corrêa, Caetano Ferreira, visconde de Melicio, Anselmo de Andrade, Alberto Pimentel, Magalhães Lima, Raphael Bordallo Pinheiro, Delfim Monteiro Guimarães, Jayme Victor.

Associação commercial de Lisboa

A commissão installadora da associação commercial de Lisboa convida todos os seus socios a comparecer na estação central, pelas 4 horas da tarde de hoje, 3 do corrente, á chegada do *sud-express*, para a recepção do illustre ministro da republica dos Estados-Unidos do Brazil, o ex.mo sr. dr. Assis Brazil.

A commissão espera que os seus socios concorram a este acto, como demonstração de regosijo da classe commercial pela terminação da crise que motivou a suspensão das relações diplomaticas entre os dois povos irmãos.

Lisboa, 3 de maio de 1895.—Joaquim Augusto dos Santos, Francisco P. Nascimento Cardoso, A. J. Simões de Almeida.

Associação commercial de lojistas de Lisboa

A commissão installadora convida todos os membros inscriptos nos cadernos da nova associação, e bem assim os demais commerciantes e lojistas da capital, a comparecerem na *gare* do caminho de ferro, estação central do Rocio, hoje, 3 do corrente, ás 4 horas da tarde, afim de prestarem ao illustre ministro da republica brazileira as homenagens do seu respeito, manifestando por esta fórma á sua satisfação por encontrar-se de novo entre nós um representante d'aquelle povo irmão, a que nos ligam tão estreitos laços de fraternal sympathia, e a que nos prendem valiosas relações de superior ordem moral e material.

Lisboa, 3 de maio de 1895. — Pela commissão—José Pinheiro de Mello, Luiz Filippe da Matta, Ignacio de Magalhães Basto.

Associação industrial portugueza

A commissão installadora convida todos os seus socios e representantes da industria nacional a comparecerem na estação da Avenida hoje, 3, pelas 4 horas da tarde, afim de, conjuntamente com os socios das associações commerciaes, representantes do commercio de Lisboa, receberem o novo e illustre ministro da grande republica dos Estados-Unidos do Brazil e manifestar-lhe a satisfação com que a industria e o commercio da capital vêem novamente representada no paiz a grande nação americana, tão ligada á nossa pelos laços da fraternidade e pelos interesses valiosos que unem os dois povos irmãos.

Lisboa, 3 de maio de 1895. — Pela commissão installadora da associação industrial portugueza—H. J. Taveira, Thomé Dias, Alfredo de Brito.

A camara municipal de Lisboa a convite do seu presidente sr. conde de Bes-

Assim, a imprensa republicana utilizou-se da reconciliação com o Brasil para, mais uma vez, incrementar a propaganda difusora de suas ideias. Perante

as dificuldades de 1891, 1893 e 1894, aquela se transformava em uma nova oportunidade de demonstrar as potencialidades da forma republicana, afinal, diante da jovem república, considerada como firme e próspera, tivera de negociar a velha monarquia, apontada como débil e morredoura, não só pedindo desculpas, mas precisando de apoio externo para obtê-las. Tais publicações criticavam o governo e o regime, acusando-os de causadores da crise diplomática; atacavam as folhas adversárias, imputando-lhes também parte das culpas; comparavam méritos e deméritos de monarquia e república, com a superioridade desta; e, mais uma vez, elevavam o Brasil à categoria de exemplo a ser seguido por Portugal, a caminho de sua mudança institucional.

A imprensa humorística e ilustrada

As abordagens calcadas no humor, na ironia e na crítica típicas da imprensa caricata, nas análises em relação ao Brasil foram perdendo, progressivamente espaço entre 1893 e 1894 e tal fenômeno acabaria por se ratificar por ocasião do reatamento diplomático. Nesse quadro, os semanários caricatos optaram pela pura e simples exaltação do acontecimento, sem uma impressão que ao menos arranhasse uma visão mais jocosa. O discurso de tais folhas acabaria por aproximar-se daquele dos representantes do periodismo dito sério, perdendo, em parte, seu grande diferencial em relação a estes. Permanecia como única característica de identidade intrínseca a esse tipo de publicação a utilização da imagem que também foi direcionada para manifestações de júbilo

e para prestar homenagens. Em linhas gerais, tais hebdomadários voltaram-se a duas direções essenciais, a abordagem do reatamento propriamente dito e as personalizações em torno de tal episódio.

Entre às folhas satírico-humorísticas e ilustradas esteve um periódico voltado à caricatura, que foi editado em Lisboa, circulando entre 12 de junho de 1879 e 16 de dezembro de 1899[250], com uma interrupção nos anos oitenta e noventa Constituiu um dos mais importantes jornais caricatos portugueses, com o título *O Antônio Maria*, que, de acordo com suas práticas crítico-humorísticas, esteve entre os mais combativos ao *status quo* reinante em Portugal[251]. Seu título era comicamente alusivo a um político regenerador, Antônio Maria Fontes Pereira de Melo. Em suas páginas ganhou vida o "imortal Zé Povinho", figura representativa do povo lusitano. Faria "para o advento da república" mais "do que os outros jornalistas do partido", através de "desenhos flagrantes, ousados e elucidativos", que "eram como catapultas contra o regime"[252]. Nesse sentido, exerceu "vasta influência no espírito público" e, "com a sua pena cáustica, caricaturava a monarquia agonizante"[253]. Em um jocoso e irônico programa, o semanário caricato pretendia ser uma "síntese do bom senso nacional tocado por um raio alegre do bom sol peninsular" que iluminava a todos. Dizia que a ele não restava "outro remédio, na maioria dos casos, senão

---

[250] RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 59-60.
[251] FRANÇA, José Augusto. *Rafael Bordalo Pinheiro: caricaturista político*. Lisboa: Terra Livre, 1976.
[252] MARTINS, 1941. p. 101.
[253] TENGARRINHA, 1989. p. 239

ser oposição declarada e franca aos governos, e oposição aberta e sistemática às oposições", o que não o impossibilitaria "de ser amável uns dias por outros, e cheio de cortesia em todos os números". Explicava que não vinha "possuído do extremo desejo de derribar as instituições vigentes" logo em seguida, esperando que elas ao menos o assinassem primeiro. Revelando a amplitude de seu público, afirmava que abria "os braços a todos os confrades" que soubessem ler e escrever, ou que tivessem "a ciência de assinar de cruz, pedindo-lhes a honra de o fazerem depositário dos segredos do seu espírito". Enfim, propunha-se a fazer "em prosa e verso, à pena e a carvão, a silhueta da sociedade portuguesa no último quartel do século dezenove"[254]. Por pouco mais de um lustro, entre 1885 e 1891, a redação de *O Antônio Maria* teria de suspender a sua publicação, época em que foi substituído pelo hebdomadário *Pontos nos ii*. Ao retornar, em 1891, *O Antônio Maria* reapresentava-se ao público em uma divertida conversa entre "Antônio, o moderado, e Maria, a irascível", a qual, até então, estaria a orientar os *Pontos nos ii* e retomava alguns dos elementos programáticos estabelecidos à época da sua gênese[255].

O gênero voltado à caricatura teve mais um representante na cidade do Porto, por meio do hebdomadário *Pontos e vírgulas*, que circulou de 1º de outubro de 1893 a 28 de dezembro de 1895[256]. Planeava ser um periódico "sem sabor de política esturrada" e "sem cheiro de ferir parcialmente influências

[254] O ANTONIO MARIA. Lisboa, 12 jun. 1879. A. 1. N. 1. p. 1.
[255] O ANTONIO MARIA. Lisboa, 5 mar. 1891. A. 7. N. 294. p. 1-2.
[256] RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 179.

partidárias". Pretendia rir de modo franco e vibrante "que nem um entorse nem um propósito mal sucedido" poderia apoucar, ou seja, buscaria que os leitores abrissem "os lábios em sorrisos não forçados". Em resumo, queria ser um "moderno Diógenes da pilheria, como o antigo o era das excentricidades estoicas"[257].

Charivari era o nome de um hebdomadário caricato que circulou na cidade do Porto entre 13 de novembro de 1886 e 29 de abril de 1899[258], vindo a constituir "uma peça importante" na história da caricatura lusa e, "adotando o nome de um célebre jornal humorístico francês", procuraria "entrar na política nacional com o mesmo impacto" dos semanários lisboetas do mesmo gênero[259]. Em sua apresentação, o humor também estava presente, estabelecendo uma espécie de conversa direta com os leitores, na qual afirmava que fazer rir naqueles frios de inverno que principiavam a entorpecer os nervos faciais, dando "aos rostos o aspecto de republicanos austeros", não seria tarefa fácil. Mas, mesmo diante de tal dificuldade, dizia que iria fazer "das tripas coração" para cumprir seu intento. Invocando figuras míticas e históricas de todos os tempos, como faunos da antiguidade, bobos da corte medievais e arlequins coetâneos, bem como vários nomes de exponenciais artistas da caricatura, pedia que tais "reis do riso" viessem em seu auxílio, trazendo-lhe "a ciência dos seus luminosos espíritos" para orientar-lhe em sua missão[260]. Assim, a folha, de

[257] PONTOS E VÍRGULAS. Porto, 1º out. 1893. A. 1. N. 1. p. 2.
[258] RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 154.
[259] SOUSA, s/data. v. 1. p. 266 e 276.
[260] CHARIVARI. Porto, 13 nov. 1886. A. 1. N. 1.

acordo com seu espírito crítico, faria jus a seu título, que se referia "a berrarias, tumultos, conflitos e confusões"[261].

Sem fazer caricaturas a respeito do reatamento, que foi visto apenas pelo prisma do entusiasmo, *O Antônio Maria* publicou uma alegoria na qual um facho de luz iluminava fortemente a data do fim da ruptura, designado pela presença dos escudos nacionais luso e brasileiro. Apareciam governantes, diplomatas, jornalistas, e intelectuais dos dois países, além de membros da colônia brasileira em Lisboa, todos folgazões a comemorar, cumprimentando-se entre si, em torno do mediador britânico. Completava o quadro o símbolo do povo português – o "Zé" – que saudava entusiasticamente o acontecimento, com o chapéu em uma das mãos e, na outra, as bandeiras brasileira e portuguesa. A cena era adornada por coroas de louros, buscando evidenciar que se tratava de uma vitória para ambas as nações[262].

[261] ALVES, Francisco das Neves. Um *Charivari* na República: representações da nova forma de governo brasileira nas páginas de uma folha humorística lusa. In: *Revista Historiae*. Rio Grande: Editora da FURG, 2010. v. 1. n. 2. p. 62.
[262] O ANTÔNIO MARIA. Lisboa, 31 mar. 1895. A. 11. N. 419. p. 3-4.

A legenda desta alegoria fazia referência ao “dia 14 de março”, considerado como aquele que seria “sempre de agradável recordação para portugueses e brasileiros”, pois significara “o restabelecimento das relações diplomáticas entre dois povos que nunca” poderiam “estar desunidos, porque” se achavam “ligados por estreitos laços de sangue, de espírito e de interesses

comuns aos dois países". Diante da figura, a folha fazia questão de saudar "por este fato os seus queridos amigos de além-mar"[263]. Essa visão que se distanciava do humor para representar o ato demarcatório do final do conflito era também empregada pelo semanário *Pontos e Vírgulas* que chegava a anunciar que estaria falando a "sério" ao abordar a temática relacionada com a retomada das relações entre Brasil e Portugal, passando a um texto prenhe em saudosismo, fatalismo e ceticismo, que em nada lembrava a galhofa dos caricatos e sim os editoriais mais sisudos da imprensa dita séria:

> A recepção festiva que a imprensa e a população lisbonense fizeram ao enviado da república brasileira Dr. Assis Brasil, as demonstrações de simpatia com que, na capital e nesta cidade, foi festejado o mais extremo e mais dedicado defensor dos portugueses, num momento angustioso e delicado – o Exmo. Sr. Conselheiro José Carlos Rodrigues e, finalmente, a partida do nosso embaixador no Brasil – Conselheiro Tomás Ribeiro, – tais são os fatos que, nos últimos dias, fizeram com que as atenções se voltassem num movimento de esperança e de simpatia, para a grande e florescente república.
>
> São muitos os motivos que fazem soar docemente aos ouvidos portugueses o nome daquela nação opulentíssima que nós chamamos ao convívio dos povos civilizados, que o gênio dos nossos maiores, o arrojo incomparável dos novos navegantes chamou à comunhão do progresso. O Brasil foi, no passado, a nossa glória, é, no presente, a nossa esperança e será no futuro, como o capitel rendilhado que atesta uma civilização extinta, o pregão que atestará aos séculos a grandes passadas, os nosso brilhantes feitos então esquecidos.
>
> O Brasil lembra, numa evocação gratíssima, a quem hoje vive pobre e decaído, o período esplendoroso da nossa história, os tempos áureos em que a nossa nacionalidade afirmava brilhantemente o seu direito à vida, a época refulgente de

[263] O ANTÔNIO MARIA. Lisboa, 31 mar. 1895. A. 11. N. 419. p. 3-4.

glórias em que os nossos heróis caboucavam o bronze em que Camões moldou as suas estrofes imortais. E como o Brasil, hoje poderoso e florescente, atesta a nossa capacidade colonizadora, como relembra os nossos feitos épicos, as nossas façanhas quase fabulosas, é-nos sempre gratíssimo ao coração ouvir falar dele, comovem jubilosamente o nosso peito as suas prosperidades e ensombra-nos a alma um véu de tristeza quando sobre ele se desencadeiam as calamidades. Isto quanto ao passado. Quanto ao presente não são inferiores os títulos que o Brasil tem à nossa estima a mais viva e ao nosso interesse o mais sincero. A população válida das nossas aldeias e os caráteres mais fortes das nossas cidades, aqueles a quem repugna perder um nome em troca de um número e aqueles a quem repugna a miséria e vão cheios de coragem procurar na luta a morte ou a fortuna, todos esses, parcelas da alma portuguesa, arrojadas para o exílio pelas contingências da vida, encontram no Brasil gasalhado e abrigo, e se muitas vezes topam a morte ao fim das fadigas, muitas outras triunfam no grande combate, voltando opulentos à pátria, amenizando a vida dos seus e dispensando em obras de caridade o excesso dos seus rendimentos, o produto dos seus labores.

Quanto ao futuro, se não nos enganam previsões justificadas em face da História, se, como é de supor, esta nacionalidade tem de desaparecer na voragem em que se subverteu a dignidade e a honra nacional, o Brasil será um padrão, uma memória que há de lembrar no futuro o grande papel histórico que nós desempenhamos na civilização humana. Isso basta para satisfazer o nosso orgulho, aquele anseio de imortalidade que é sentimento fundamental da alma dos indivíduos e da alma das coletividades. Conservando a nossa língua, perpetuando-a através das comoções políticas que hão de aniquilar os agrupamentos sem um ideal superior, as pequenas nacionalidades sem um papel histórico a desempenhar, os *Lusíadas* hão de ser lidos e apreciados durante muitos séculos; e, sendo assim, durante outros tantos séculos será conservada a memória dos nossos feitos.

É por isso que a alma portuguesa vibrou de contentamento e do mais intenso júbilo com a confirmação do restabelecimento das relações entre os dois povos irmãos. É por isso que nós estendemos os braços através do oceano, para estreitar contra o nosso coração, num amplexo cordial de parabéns, os nossos patrícios que

> com a sua atividade enriquecem e empurram na via luminosa do progresso a florescente república brasileira.[264]

As folhas caricatas buscaram também personalizar aqueles eventos, visando dar-lhes uma identidade e uma face humana. Nesse sentido, o protagonista nos desenhos expressos naquela ocasião era o ministro plenipotenciário brasileiro Assis Brasil. Dessa maneira, as manifestações de entusiasmo expressas por *O Antônio Maria* davam-se também através de uma gravura na qual eram dadas as boas vindas ao diplomata brasileiro, o qual aparecia como uma figura proporcionalmente em destaque no conjuntara do desenho, saudando os portugueses que lhe recepcionavam com muitas flores. Efusivo, mais uma vez lá estava o "Zé-povo", engrossando os desejos de boas-vindas. A legenda era descritiva, referindo-se à "chegada de Assis Brasil, novo ministro da república"[265].

[264] PONTOS E VÍRGULAS. Porto, 11 maio 1895. A. 2. N. 32. p. 2.
[265] O ANTÔNIO MARIA. Lisboa, 4 maio 1895. A. 11. N. 421. p. 1.

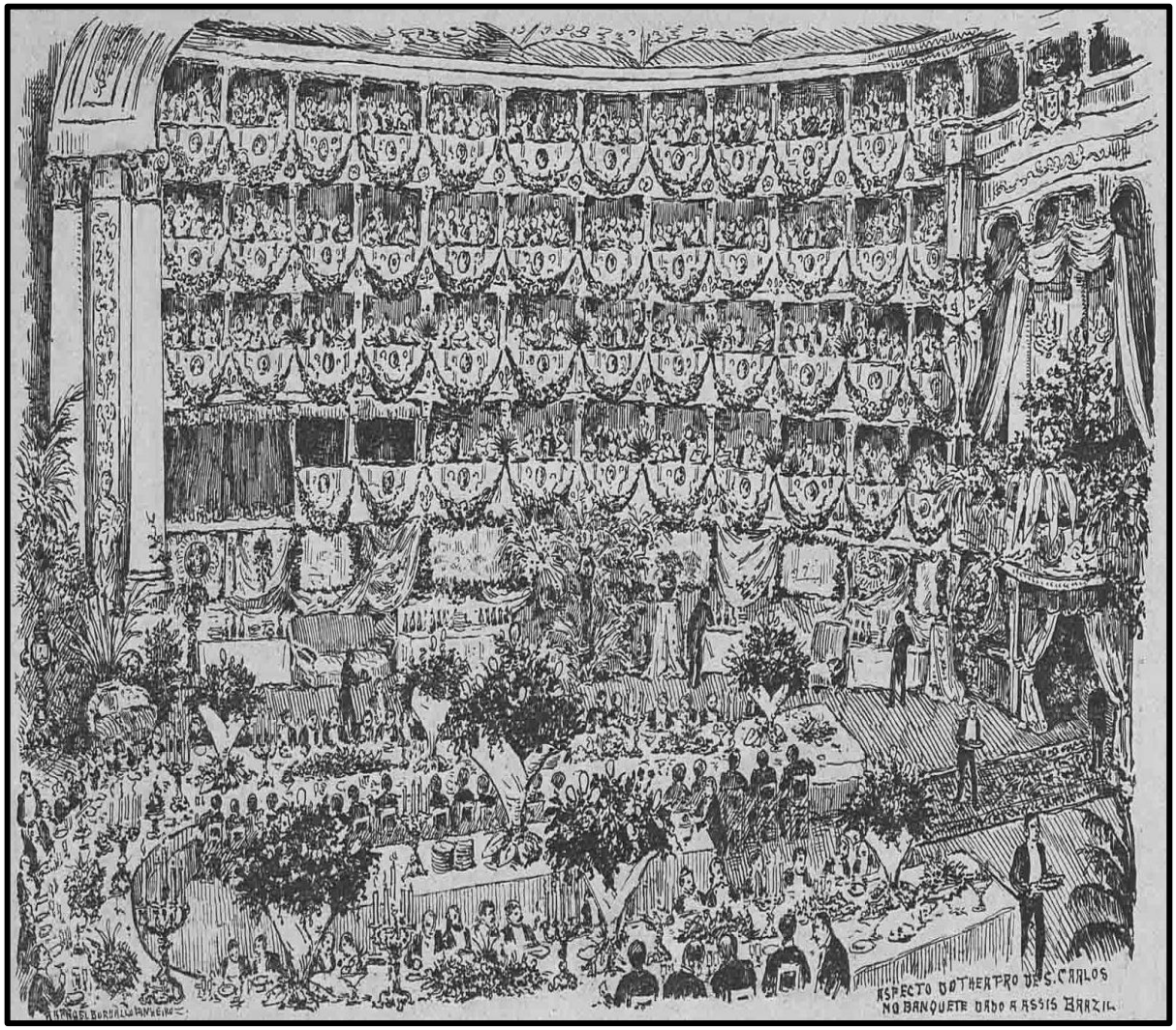
4 DE MAIO DE 1895
O ANTONIO MARIA
-3 DE MAIO-
A CHEGADA DE ASSIS BRAZIL
NOVO MINISTRO DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL
BEM VINDO.
RAPHAEL BORDALLO PINHEIRO

Ao destacar a presença de Assis Brasil, *O Antônio Maria*, fugindo da linha humorística e crítica, chegava próximo até mesmo a apresentar uma espécie de coluna social, o *high-life*, muito comum em alguns jornais da chamada imprensa séria. Nessa linha, mostrava detalhes das festividades oferecidas ao diplomata brasileiro, inclusive as ornamentações, a exposição de obras de arte e uma vista geral do Teatro de S. Carlos onde foram concentradas muitas das atividades alusivas à chegada de tal ministro. Tais incursões se davam somente através de registros iconográficos, de modo que nem mesmo os textos, normalmente carregados de fina ironia, se faziam presentes. Ainda no campo das homenagens e da personalização da reconciliação, o semanário caricato apresentava o retrato de José Carlos Rodrigues, um jornalista brasileiro que visitava Portugal e que teria "defendido os interesses" da colônia lusa no Brasil e contribuído "para o reatamento das relações entre os dois países"[266].

[266] O ANTÔNIO MARIA. Lisboa, 4 maio 1895. A. 11. N. 421. p. 2.; e 30 maio 1895. A. 11. N. 422. p. 5-6 e 7-8.

Aspecto do proscenio, do lado da presidencia. Na pagina seguinte damos o aspecto geral da sala.

Entre as peças que serviram á decoração da sala do theatro de S. Carlos, por occasião do jantar a Assis Brazil, notava-se a magnifica obra d'arte do auctor japonez Mushihana, que figurou na exposição de Tokiò, em 1890. E' propriedade do nosso amigo sr. Custodio Borja.


ASPECTO DO THEATRO DE S. CARLOS
NO BANQUETE DADO A ASSIS BRAZIL

O ANTONIO MARIA 4 DE MAIO DE 1895

Dr. José Carlos Rodrigues

Lisboa acaba de receber a honrosa visita do Dr. José Carlos Rodrigues, o redactor em chefe do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, e um dos jornalistas brazileiros que mais teem defendido os interesses dos nossos irmãos d'além-mar e que mais contribuiu para o reatamento das relações entre os dois paizes.

A empreza da *Mala da Europa* offereceu-lhe ha dias um banquete, e n'essa festa o illustre jornalista brazileiro teve occasião de apreciar a puresa de sentimentos que unem Portugal á sua patria.

A presença de Assis Brasil na cidade do Porto também serviria para o *Charivari* fazer referências ao reatamento, uma vez que, antes disso, o hebdomadário caricato não havia feito qualquer menção relacionada à reconciliação luso-brasileira. O periódico ilustrava sua primeira página como o retrato do "Dr. Francisco Joaquim Assis Brasil" e, embora invertendo os dois primeiros nomes do diplomata, pretendia fazer-lhe uma homenagem. Nesse sentido, tanto na imagem, quanto no texto que a acompanhava o periódico também fugia plenamente às características gerais da caricatura, com a ausência do fundamento jocoso e do espírito crítico, restringindo-se à publicação de tal retrato, de um pequeno escrito editado em meio a tradicional crônica de abertura e de uma alegoria[267].

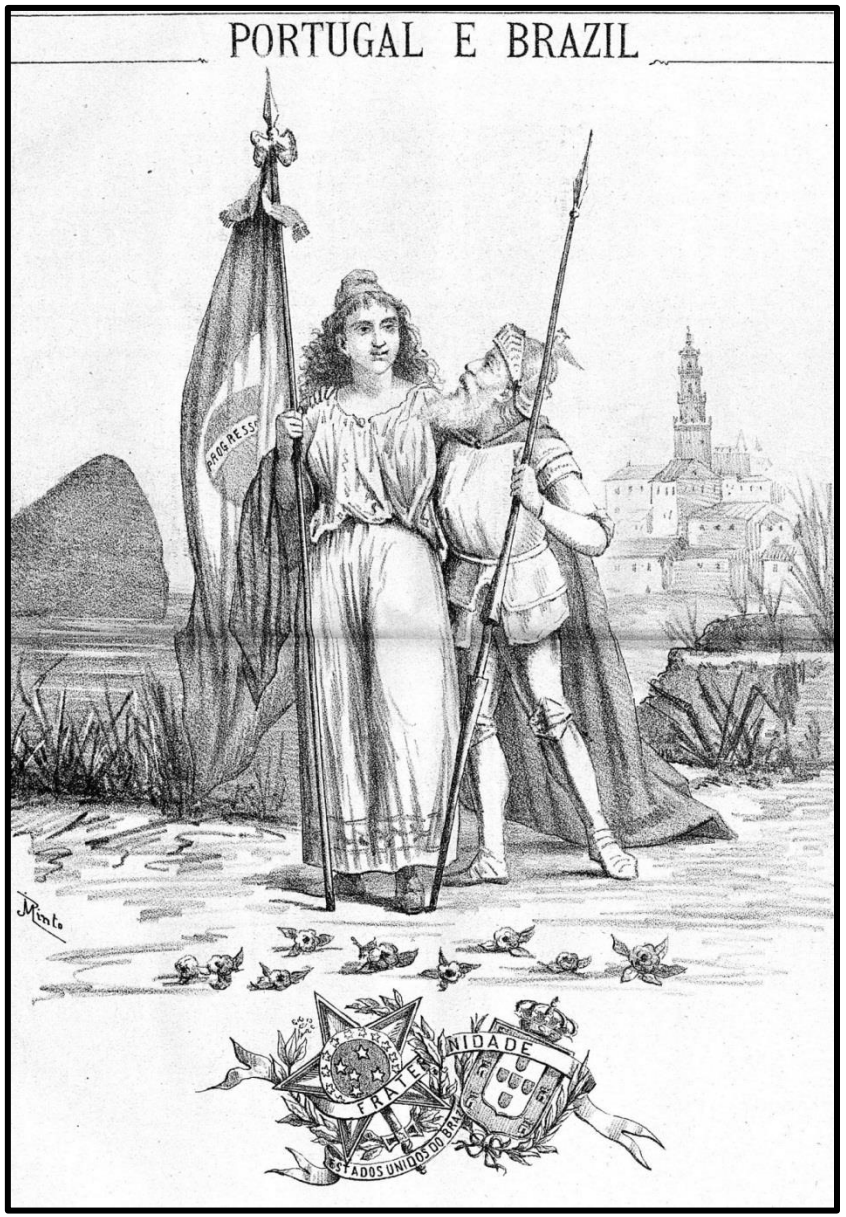
No texto, o semanário dizia que fora "preciso que a chegada de Assis Brasil, o insigne diplomata brasileiro, viesse acender um entusiasmo sincero no coração dos portuenses", de modo "que a cidade reconheceu no ilustre ministro do Brasil um vulto respeitável, merecedor da veneração de todos portugueses". Destacava que fora organizada "uma recepção festiva ao nobre cidadão brasileiro", para testemunhar "o justo contentamento popular, ao ver finalmente reatadas as amigáveis relações com a maior e a mais poderosa das nações sul-americanas". Afirmava ainda que, através de sua crônica, saudava o diplomata, "manifestando nessa saudação sincera e espontânea a grande simpatia" que consagrava "ao povo brasileiro, tão ligado pela história e pelo idioma" aos portugueses. Além disso, o jornal caricato publicava uma alegoria na qual a

[267] CHARIVARI. Porto, 25 maio 1895. A. 9. N. 31. p. 1-2 e 4-5.

jovem "dama-república", bandeira brasileira à mão direita, abraçava e era abraçada pelo velho cavaleiro, representando Portugal. Abaixo deles apareciam os brasões de armas dos dois países, ligados por uma faixa com a inscrição – fraternidade. A cena tinha ao fundo duas paisagens, uma brasileira e outra portuguesa, simbolicamente com uma pequena distância entre elas, buscando demonstrar a reaproximação entre as duas nações. A legenda era: "O *Charivari*, enchendo-se da mais sincera e efusiva satisfação, reúne o seu júbilo ao dos seus compatriotas, saudando, como português de lei, o povo brasileiro nosso irmão!"[268].

[268] CHARIVARI. Porto, 25 maio 1895. A. 9. N. 31. p. 2 e 4-5.

25 DE MAIO DE 1895
O CHARIVARI
Cop. de grav.
Dr. Francisco Joaquim Assis Brazil
Ministro dos Estados Unidos do Brazil em Portugal


PORTUGAL E BRAZIL
PROGRESSO
FRATERNIDADE
ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

Assim, os periódicos ilustrados e humorísticos, como já vinham fazendo desde 1893, por causa da guerra civil brasileira, e 1894, tendo em vista a ruptura diplomática, por ocasião do reatamento entre os dois países, refrearam seus ímpetos voltados ao gracejo e ao espírito crítico. O contexto histórico das relações com o Brasil e das fragilidades portuguesas não era o mais propício, servindo como um fator inibidor da verve mais característica de tais semanários que, ao tratar da reconciliação, acabariam por voltar suas abordagens iconográficas e textuais predominantemente à exaltação do episódio, sem um envolvimento crítico-opinativo. Dessa maneira, esses jornais abandonaram até mesmo a própria caricatura, destinando ao tema apenas alguns textos sem invocações ao humor, retratos de personagens, gravuras de ambientes festivos e alegorias alusivas ao reatamento.

****

A reconciliação que punha fim à ruptura diplomática entre Brasil e Portugal constituiria uma virada nas abordagens estabelecidas pela imprensa portuguesa em relação ao Brasil. As manifestações anteriores se deram no âmbito do afastamento entre ambos os países, sendo destinado amplo espaço para criticar/apoiar as mudanças ocorridas na nação brasileira. Tendo em vista tal espírito de discórdia que culminaria com o rompimento e as sequelas que poderiam se agravar, a suavização discursiva passaria a predominar no seio do

jornalismo lusitano. Dessa maneira, diante do reatamento diplomático, a maioria dos jornais dedicou-se exclusivamente ao enaltecimento do fato, deixando de lado, ao tratar do tema, suas tendências político-partidárias. Mesmo aqueles que continuavam engajados partidariamente como governistas, oposicionistas monárquicos e republicanos, destinaram suas páginas ao debate sobre a política interna lusa, sem resquícios no que tange a uma visão crítica em relação ao Brasil. Até mesmo a pequena imprensa, no caso representada pelos semanários satírico-humorísticos e ilustrados, abriria mão de seu norte editorial calcado no humor crítico e na expressão caricatural, para também destinar-se à exaltação do episódio. Tal comportamento era o reflexo da nova etapa que se inaugurava no relacionamento entre Portugal e Brasil, constituindo aquele reatamento de 1895 o primeiro passo em direção a uma busca pela reaproximação entre os dois países, em um processo histórico que teria continuidade no anos seguintes, com a culminância em 1900, durante as comemorações do quarto centenário do descobrimento do Brasil.

A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.

Coleção Documentos

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.

CENTRO DE LITERATURAS E CULTURAS LUSÓFONAS E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

EDIÇÕES BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE
edicoesbibliotecariograndense.com

9 786589 557982
IBSN: 978-65-89557-98-2